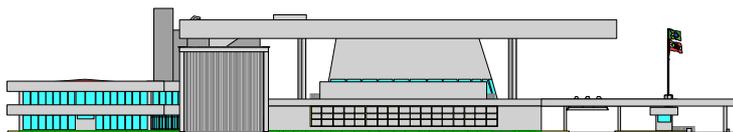


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 26 DE NOVEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.116

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.aleesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2116
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 027ª Sessão Especial da
16ª realizada em 12/11/2009.... 2
Ata da 015ª Sessão Solene da
16ª realizada em 18/11/2009.... 7
Ata da 108ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 24/11/2009.. 11
Ata da 060ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 24/11/2009..... 20

Publicações Diversas

Projetos de Lei..... 27

PLENÁRIO

ATA DA 027ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO HOMENAGEM AO DEPUTADO FEDERAL JOÃO MATOS PELA SANÇÃO DA LEI NACIONAL DE ADOÇÃO, DE SUA AUTORIA PROPOSIÇÃO DEPUTADOS ROGÉRIO MENDONÇA E DADO CHEREM

SUMÁRIO

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradece ao deputado João Matos e afirma que o Parlamento reconhece seu o esforço ilimitado para aprovar a nova Lei de Adoção.

SECRETÁRIO DADO CHEREM - Enfatiza que a iniciativa do deputado João Matos dá legitimidade perante a sociedade e a lei, que além de oferecer a oportunidade, também prepara os lares para receberem as crianças.

JUÍZA SÔNIA MARIA MAZZETTO MOROSO - Analisa a situação da criança e do adolescente abrigados e a importância da nova Lei da Adoção.

DEPUTADO FEDERAL JOÃO MATOS - Ressalta que sua missão sempre foi servir e que a perda de um filho foi a força motriz para lutar pela aprovação da Lei Nacional da Adoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Jailson Lima e José Natal para conduzirem à mesa as autoridades que serão convidadas para compô-la.

Excelentíssimo deputado federal João Batista Matos;

Excelentíssimo deputado estadual Dado Cherm, secretário de estado da Saúde e um dos autores desta homenagem ao deputado federal João Batista Matos;

Excelentíssimo deputado Rogério Mendonça, autor também desta homenagem ao deputado federal João Batista Matos;

Digníssima juíza Sônia Maria Mazzetto Moroso, da Vara da Família em Balneário Camboriú;

Senhor secretário de Desenvolvimento Regional de Ituporanga, Elias Souza;

Senhor secretário de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, Ítalo Goral;

Senhor secretário Desenvolvimento Regional de Ibirama, Aldo Schneider;

Senhor prefeito municipal de Laurentino e presidente da Amavi, Valdemiro Avi;

Senhor Paulo Ricardo Bruschi, presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses.

Senhoras e senhores, distintas autoridades e demais convidados, a nossa saudação respeitosa.

A presente sessão foi convocada por solicitação do sr. deputado Dado Cherm, atual secretário de estado da Saúde, do sr. deputado Rogério Mendonça e contou com a aprovação dos demais parlamentares, em homenagem ao sr. deputado federal João Batista Matos, pelo projeto que deu origem à Lei n. 12.010, a Lei Nacional da Adoção.

A seguir teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro André.

(Procede-se à execução do hino.)

(Pausa)

Convido o sr. deputado Rogério Mendonça para fazer uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Excelentíssimo senhor deputado estadual Jorginho Mello, presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado federal João Batista Matos, nosso homenageado desta noite;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Dado Cherem, secretário de estado da Saúde, que também é autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial.

Digníssima doutora Sônia Maria Mazzetto Moroso, juíza da família;

Senhor Elias Souza, secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Ituporanga;

Senhor Ítalo Goral, secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul;

Senhor Aldo Schneider, secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama;

Senhor Paulo Ricardo Bruschi, presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses;

Senhor Valdemiro Avi, prefeito do município de Laurentino, que representa na mesa os demais prefeitos presentes, pois que é presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

Quero fazer, inclusive, uma saudação a todos os prefeitos que, em grande número, fazem-se presentes nesta sessão.

Excelentíssimo senhor deputado Jailson Lima, vice-presidente desta Casa;

Excelentíssimo senhor deputado José Natal, que representa a grande São José;

Excelentíssimo senhor deputado Adherbal Deba Cabral;

Excelentíssimo senhor ex-governador Casildo Maldaner, que muito nos orgulha com a sua presença;

Todos os presentes, especialmente a família do homenageado, sua esposa Lúcia e seus filhos, e os amigos que estão prestigiando esta sessão especial em homenagem ao nosso querido João Matos.

(Passa a ler.)

"Hoje, tenho a felicidade de homenagear - juntamente com o deputado Dado Cherem - o meu grande amigo e professor, posso assim dizer, da minha caminhada política, o deputado João Matos. É um dia especial de reconhecimento e de gratidão.

Neste ato, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina reconhece o esforço ilimitado e contínuo desse guerreiro, que por mais de seis anos lutou em diversos cantos do país para construir uma lei justa, que garanta a crianças e adolescentes o direito à convivência familiar e comunitária. Foi uma longa caminhada, com certeza, cheia de desafios, mas que resultou em um modelo de legislação que pode até ser exportado para outros países.

Lembro-me muito bem do trabalho árduo que o deputado João Matos empreendeu, dos debates para ouvir a comunidade, do apoio aos grupos e associações relacionados com a adoção em Santa Catarina, da busca de parceiros para o projeto e das visitas que sempre fez às crianças nos abrigos.

Sem dúvida, muitas pessoas participaram junto com João Matos e também mereceriam ser homenageadas nesta noite. E

uma delas, com certeza, é a dra. Sônia Moroso, que teve, sem dúvida, um papel fundamental para que este projeto fosse transformado em lei.

Esta lei, agora sancionada e vigente no Brasil, veio para desburocratizar a adoção neste país, estabelecer regras mais claras e melhorar os processos para que as nossas crianças sofram menos e tenham mais dignidade.

Sabemos que a perda da família ou abandono deixa marcas profundas na vida dos pequenos. Muitos crescem e tornam-se adultos sem encontrar um lar, sem ter o carinho de pai, o carinho de mãe. Esperamos que esta lei possa amenizar o sofrimento e conceder novas oportunidades, tanto para as crianças quanto para os casais que desejam adotar.

Amigos e amigas, não posso deixar de mencionar também o pequeno Cleber Matos, que nos deixou tão cedo, vítima de um tumor no cérebro. Filho adotivo do deputado João Matos, ele faleceu aos 15 anos, em 2001, e deixou no coração desse grande pai o desejo de lutar com mais vigor em prol da adoção. Lembro-me bem dele, pois o conheci muito bem nos diversos encontros e até nas campanhas políticas, sempre alegre, brincando e irradiando vida. Tinha praticamente a mesma idade do meu filho Lauro. Partiu na tenra juventude, mas aqui ficou uma semente de que é preciso melhorar a vida desses pequeninos. Essa semente germinou, e vemos agora brotar uma nova lei nacional, que irá dar muitos frutos e bons resultados com o tempo. Enquanto o Cleber descansa na eternidade, nós devemos continuar trabalhando para construir um futuro feliz para as crianças abandonadas que sofrem.

Que este exemplo possa tocar os corações e criar nas pessoas um espírito solidário. Que o amor que ele transmitia sirva de inspiração em defesa desta Casa e na aplicação desta lei. O amor de uma família transformou a vida do menino e o amor do menino transformou a legislação de um país."

Parabéns, João Matos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades:

Deputado Jailson Lima, nosso segundo vice-presidente;

Deputado Adherbal Deba Cabral;

Deputado José Natal;

Deputado Professor Grando;

Senhor Luiz Carlos Moreira da Maia, presidente do Inmetro, neste ato representando Paulo França, secretário do Desenvolvimento Regional de Blumenau;

Senhor João Marcos Matos, diretor da secretaria de estado de Desenvolvimento Regional de Itajaí;

Senhor Fernando Braga, assessor parlamentar, representando o deputado Edinho Bez;

Vereador Azael Pereira, neste ato representando o presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis;

Ex-governador e ex-senador Casildo Maldaner;

Senhor João Carlos Von Hohendorff, presidente do Conselho Estadual de Contribuintes;

Tenente-coronel José Aroldo Schlichting, neste ato representando o coronel Eliésio Rodrigues, comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina;

Prefeito Fridolino Nitz, de Witmarsun;

Prefeito Jamir Marcelo Schmidt, de Apiúna;

Prefeito Albert Stadler, de Porto Belo;

Vice-prefeito Ademar de Bona Sartor, de Rio Rufino;

Professora Selma Elias Westphal, suplente de senadora da República;

Prefeito Erimar Senen, de Petrolândia;

Prefeito Eudegar José Back, de Presidente Nereu;

Prefeito Afonso Maria de Souza, de Aurora;

Vereador Alexandre Jansen, presidente da Câmara Municipal de Aurora;

Vereador Lavino Miguel Nunes, de Ilhota;

Vereadora Helena Maria Sautner Selbst, de Aurora;

Vereador Renato Geske, de Florianópolis;

Vereador Clóvis Brobring, de Aurora;

Senhor Romualdo Thophanes de França Júnior, diretor-presidente do Deinfra;

Senhor Altamir Paes, presidente do Deter;

Senhor Viegand Eger, magnífico reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Unidavi;

Padre Pedro José Koeller, neste ato representando o arcebispo de Florianópolis, dom Murilo Krieger;

Senhor Haroldo Voigt, secretário de Obras de Indaial, que neste ato representa o prefeito daquele município;

Senhor Dante Bonin, presidente da Associação Empresarial de Ibirama.

Neste momento concedo a palavra ao sr. deputado Dado Cherem, secretário de estado da Saúde, um dos autores desta homenagem ao deputado João Matos.

O SR. SECRETÁRIO DADO CHEREM - Quero desejar uma boa-noite a todos.

Cumprimento o presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello, e agradeço a oportunidade de discursar nesta noite, já que não estou no exercício efetivo do mandato de deputado, mas como secretário de estado da Saúde.

Quero também cumprimentar o homenageado da noite de hoje, lembrando o que a lei que ele elaborou representa para todos os brasileiros, o nosso querido deputado João Batista Matos.

Meus cumprimentos ao deputado Rogério Mendonça, que comigo propôs a realização desta sessão especial.

Desejo cumprimentar também a doutora Sonia Mazzetto Moroso, que fez parte da equipe que proporcionou esta lei a todos os brasileiros.

Meus cumprimentos ainda às seguintes autoridades:

Senhor Elias de Souza, secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Ituporanga;

Senhor Ítalo Goral, secretário de estado do Desenvolvimento Regional de Rio do Sul;

Senhor Aldo Schneider, secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Ibirama;

Doutor Paulo Bruschi, representando os magistrados catarinenses;

Senhor Valdemiro Avi, prefeito do município de Laurentino e presidente da Amavi, neste ato representando os demais prefeitos da região;

Senhores deputados Professor Grando, José Natal, Jailson Lima e Adherbal Deba Cabral;

Saúdo as demais autoridades no nome do ex-governador Casildo Maldaner.

(Passa a ler.)

"Há sete anos sou deputado estadual e atualmente, a convite do governador, sou secretário de estado da Saúde. Vocês com certeza imaginam o tamanho da responsabilidade delegada por essas duas funções.

Há quatro anos sou pai, e só sendo pai consigo entender o tamanho da responsabilidade que isso implica. Não há no mundo missão mais complexa do que dar rumo a uma vida. Hoje, sou pai legítimo de uma criança e de um bebê. Pai legítimo, mesmo não sendo pai biológico deste casal maravilhoso de filhos.

Insisto em 'legítimo' porque vemos seguidamente na televisão e, mais recentemente, na novela *Viver a Vida*, referem-se a filhos adotivos como se não fossem filhos legítimos. Eles podem não trazer nossos genes, mas são legítimos, sim, em nosso amor e em nossa família, perante a sociedade e perante a lei. Lei que oferece agora muito mais garantias a quem está na fila sonhando com um filho, a quem toma a brava decisão de doar um filho, quando não tem condições de criá-lo, e, principalmente, às próprias crianças.

A Lei Nacional da Adoção Cleber Matos, de autoria de um deputado que viveu no seu dia a dia a experiência da adoção, também agiliza todo o processo e vai permitir que as duas mil crianças que ainda hoje vivem em abrigos tenham o quanto antes a guarida e a companhia de uma família em um novo lar.

Não vão querer aqui insinuar que seja simples essa decisão de trazer um bebê ou uma criança, de forma definitiva, para a nossa casa, para a nossa vida. Sou particularmente testemunha dessa insegurança. Eu e minha esposa Giselda tínhamos a intenção de adotar um filho há muito tempo. Então, fizemos o cadastro, avançamos no processo, mas muitas vezes recuamos, protelamos, deixamos para depois. Tínhamos sempre prioridades, as especializações, os desafios profissionais, ingenuamente imaginando que alguma coisa pudesse ser mais importante do que uma família, porque é isto que um filho faz: transforma um casal em uma família.

Senhoras e senhores, se por um lado não foi fácil incluímos em nossa agenda a chegada do João Gabriel, que no mês que vem completa quatro anos, por outro lado foi unânime esperarmos ansiosos pela chegada da Lorenza este ano. Acompanhar de perto uma vida desabrochando é uma emoção grande. Os filhos superam a dependência confiando em nós plenamente. Fazem questão de retribuir, deputado João Matos, todo o amor que ganham. Comemoram com júbilo cada conquista, o primeiro passo, a coordenação para bater palmas, o fôlego para assoprar a velinha, a hora em que alcançam no botão do elevador. Persistem à exaustão quando querem alguma coisa.

E que lição nos dão essas crianças, dra. Sônia, de que deveríamos confiar mais nos outros. Damos mais atenção aos outros, deputado Jailson Lima; compartilharmos mais com os outros; sermos mais espontâneos; cuidarmos mais de nós mesmos. Mas também nos ensinam, de forma muito clara, o quanto as crianças são dignas de proteção, de oportunidades, de carinho, de amor.

Eu tenho muita confiança de que a Lei Nacional da Adoção Cleber Matos, deputado João Matos, vai abrir caminhos para que mais crianças, órfãs de um lar, encontrem pais amorosos, decididos a dedicar a vida para retribuir o privilégio de se ter um filho."

Para encerrar, deputado João Matos ou, como o amigo gosta de ser chamado, João do Mato, ou ainda como os milhares de filhos

dessa lei vão lembrar-se de v.ex.a., João Missionário de Deus, muito obrigado em nome dos pais, das mães e das famílias que estão melhor amparadas depois dessa lei!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência registra também, com muita alegria, a presença do ex-governador Paulo Afonso Evangelista Vieira, que acaba de chegar.

Convido para fazer uso da palavra a dra. Sônia Maria Mazzetto Moroso, juíza da Vara da Infância e da Juventude.

A SRA. JUÍZA SÔNIA MARIA MAZZETTO MOROSO - Excelentíssimo senhor presidente deste Poder, deputado Jorginho Mello;

Meu colega Paulo Ricardo Bruschi, presidente da AMC;

Senhor deputado João Matos, homenageado e colega de lutas;

Prezados deputados proponentes desta sessão especial em homenagem ao deputado João Matos;

Ex-governador Casildo Maldaner, a quem faço um cumprimento especial;

Minhas amigas Sandra e Elaine, que estão acompanhando este momento solene;

Demais autoridades nominadas pela mesa e, em especial, uma criança chamada João Batista Matos Neto, que está sentada logo ali, que é o neto do deputado João Matos e que simboliza, neste momento, penso, todas as crianças e adolescentes que serão beneficiados com as novas alterações legislativas propostas, inicialmente, pelo deputado João Matos;

Minhas senhoras e meus senhores.

(Passa a ler.)

"Dali, uma menina de 16 anos, disse uma vez: 'Meu pai me batia com pau quando ele estava muito bêbado. Ele bebia pinga e cerveja. Batia na minha mãe também. Minha mãe já separou dele, mas depois ele voltou para casa. Eu ficava na porta de casa, aí quando meu pai chegava e me olhava torto, eu já sabia que era para entrar. Eu entrava e ele me xingava, me dava bronca, me puxava o cabelo. Meu pai já me abusou. Começou quando eu tinha oito anos, foi até os 12 anos. Às vezes, com roupa, às vezes sem roupa, ele não me beijava, só passava a mão no meu corpo e na minha bunda.'

Aparecida, de 17 anos, em um abrigo juvenil feminino, de Porto Alegre, disse o seguinte: 'Eu tomo remédios porque eu sou nervosa e tento me matar quando eu lembro do abuso. Meu pai e meu cunhado me abusaram. Foi quando eu tinha dez anos. Eles me pegaram à força. Eles me estupraram. Os dois juntos. Eles não estavam bêbados. Meu pai me agarrou pelos cabelos, ele bateu muito em mim, eu comecei a gritar, meu cunhado me segurou, daí ele me estuprou. Eu senti muita dor. Fizem isso também com a minha irmã deficiente. Ela não caminhava, não falava.'

Wagner, sete anos: 'Minha mãe me deixou aqui. À noite eu penso nela, quero que ela me leve para casa. Quero ficar pertinho da minha mãe. Antes de eu vir para cá a gente brincava. Daí eu vim para cá, não deu mais para a gente brincar. Eu nunca mais abracei minha mãe. Não quero mais morar aqui no abrigo, porque esses meninos me batem.'

São diversos os depoimentos de crianças de abrigos.

A violência é o prefácio, o início, a porta de entrada que conduziu a criança para aquele abrigo. Toda criança grande ou pequena chega ao abrigo com uma história violenta para contar. De estupro, de surra, de morte, de negligência, várias tragédias que

empurram meninos e meninas para abrigos de todo o país, todos os dias.

Os abrigos têm uma porta muito grande de entrada e uma pequeníssima porta de saída. São diferentes das casas onde vivem as famílias, mas devem ser os mais próximos possíveis, segundo a lei.

(Continua lendo.)

"Não há cantos nem refúgios. Os quartos são coletivos e ficam trancados durante o dia, os armários também. Tudo é de todo mundo. Camisetas, calcinhas, cuecas e brinquedos. Só o passado é particular, de cada um, mas parecido pela irmandade na dor.

O Lar da Criança Menino Jesus, em São Paulo, tem interfone e muros altos. O lugar é muito diferente de um lar de verdade. Primeiro, nenhuma casa tem tanta gente. São 171 meninos e meninas de todas as idades. A arquitetura não guarda semelhança com os desenhos de casinhas que as crianças costumam fazer na escola. O prédio parece um caixote. Há três andares interligados por rampas. As crianças passam o dia em arremedos de apartamentos. Meninas separadas de meninos. Grandes separados de pequenos. Os irmãos que vão para lá são separados pela distância.

Numa outra instituição o espaço dos bebês tem cores, dormem em 18 idênticos berços azuis de ferro, brincam com 23 velocípedes. Todos da mesma cor: laranja. Comem em 18 cadeirinhas brancas de concreto, suspensas no ar e presas à parede.

O Lar Santa Terezinha é mais rico e prestigiado. Na sala de visitas tem fotografia do presidente da República, do ministro da Saúde e do governador do estado. Donizete mora ali desde os cinco anos. Está impregnado pela instituição. Não critica, não reclama, não questiona o sumiço do pai nem as regras da mãe superiora. Todos os 400 internos ficam de pé quando ela passa."

Todas essas informações foram publicadas no *Correio Brasiliense*, em 2002, numa matéria intitulada "Os Órfãos do Brasil", que foi resultado, deputado João Matos, da caravana da comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal por abrigos de oito estados, mais o distrito federal.

Dizia ainda a matéria:

(Continua lendo.)

"Eles são 200 mil brasileiros. A maioria tem mais de quatro anos de idade. Todos têm menos de 19 anos. Nenhum mora em casa. Nenhum mora na rua. Estão escondidos em orfanatos, espalhados por todo o país. Ninguém os conhece porque eles não incomodam. Não fazem rebeliões nem suplicam esmolas. São personagens invisíveis de uma história jamais contada.

Os órfãos brasileiros são órfãos de pais vivos. Homens e mulheres que maltrataram os filhos porque também já foram maltratados. Pela miséria, pelo desemprego e pela doença.

O Ipea recentemente fez nova pesquisa e apontou a estimativa de 80 mil crianças e adolescentes abrigados no país. É uma estimativa, porque ninguém ainda sabe ao certo quantos são e onde estão com certeza.

Para olhar essa realidade e importar-se com ela, propor mudanças, mesmo contra o aparato da rede de atendimento da criança e do adolescente, foi preciso coragem. Foi preciso importar-se com aqueles que não são vistos, como os invisíveis, aqueles que hipocritamente se pensa que estão bem porque estão em abrigos, não estão na rua, não estão pedindo esmolas, não são vistos, ninguém os está vendo, está tudo tranqüilo, eles estão no abrigo e então estão bem.

Aqueles que estão no abrigo não têm para quem pedir ajuda porque ninguém

dos direitos humanos, de igrejas, da OAB vai vê-los. Eles estão no abrigo, eles estão bem. Não há queimas de colchões nos abrigos porque a imprensa também pensa que eles estão acolhidos, que eles estão bem."

O Estatuto da Criança e do Adolescente disse que se abriga provisória e excepcionalmente. Isso quando ele foi editado. Mas não bastou. Precisou vir uma lei fixando prazos. A nossa esperança é que isso mude, que a realidade mude, porque na fixação anterior do Estatuto da Criança e do Adolescente só o princípio provisório e excepcional não bastou. Todos nós falhamos. Todos nós erramos e não nos importamos com aquelas crianças que estão lá dentro. A sociedade, a imprensa, o Ministério Público, a rede de atendimento, compreendidos os conselhos de direitos e tutelares, a sociedade, inclusive o Poder Judiciário, todos nós falhamos.

Mas se iniciou, então, há algum tempo, um movimento, a princípio silencioso, que começou nos grupos de estudos em apoio à adoção. E Santa Catarina tem registro de ter o maior número de grupos de apoio à adoção do país.

(Continua lendo.)

"Deixam seus meninos com a promessa de voltar, mas nunca retornam. Cerca de 40% das famílias jamais apareceram na instituição."

Os grupos começaram a ver, a sentir, a se importar, a falar, a exigir mudanças. Os movimentos se uniram em torno da sensibilidade de um parlamentar federal. E a esse movimento agregaram-se representantes do Judiciário, do Ministério Público, da rede de atendimento, alguns advogados, conselheiros, pais e mães por adoção e pretendentes à adoção.

Este parlamentar, o deputado João Matos, munido de um sentimento de justiça e vontade de fazer a diferença, de fazer alguma coisa por esses invisíveis, em face da sua história pessoal de adoção de um filho, de perda desse filho, movimentou o Congresso Nacional, conversou com outros parlamentares, estudou, buscou alternativas, conciliou, importou-se com essas crianças. Ele olhou dentro dos abrigos. Aquilo que não era feito ele fez.

Começou devagar, quando grupos de estudos apresentaram propostas que se tornaram polêmicas. Foram convidados vários integrantes do Judiciário e técnicos que pudessem contribuir. E eu tenho a honra de ter, e aqui faço publicamente um agradecimento, participado desse movimento que me deu uma experiência ímpar na função da Magistratura, pois não temos essa experiência. Foi uma experiência diferente, um olhar de um parlamentar sobre essa questão e uma oportunidade para falarmos daquilo que também sentíamos, viamos. Os juízes sentem, os juízes se importam com aquela criança que está no abrigo.

O deputado João Matos fez esse olhar, ele se importou com aquela criança. Enfim, ele buscou de uma forma técnica conceituada e tornou realidade as demandas de toda essa rede de atendimento que brigava muito, trazendo à tona todas essas reivindicações.

A minha participação especial, deputado, nesse movimento teve o dedinho, a influência de uma pessoa a quem quero agradecer publicamente, que à época era senador da República. Refiro-me a Casildo Maldaner, que um dia, quando eu lhe colocava a aflição das mães, a aflição das crianças que estavam no abrigo, disse: "Eu vou te apresentar um deputado que tem essa mesma

vontade, essa mesma vocação e vocês, com certeza, vão construir algo juntos". E foi o então senador Casildo Maldaner quem me apresentou o deputado João Matos, que hoje está aqui. Quero, então, agradecer-lhe por essa oportunidade.

A lei trouxe muitas mudanças polêmicas, fixando prazos, e isso os juízes não querem, os promotores não querem, enfim, a sociedade não quer ter prazo para cumprir. É complicado, é difícil! Não sabemos se os dois anos fixados serão suficientes, não é, deputado? Não sabemos! Pode ser que para uma situação dê certo e para outra não dê. Não importa, o fato é que em dois anos alguém terá que parar, ler o processo, estudar a história. Não é só o juiz, não é só o promotor, mas o profissional que está lá no abrigo também tem que dar as dicas, porque o juiz não faz nada sozinho, ele precisa de toda a equipe, de toda a sociedade nesse esforço conjunto para chegar a esse lugar que a criança anseia, porque nós sabemos muito bem, é dito em todos os eventos da infância, que o lugar da criança é na família, não é, deputado?

Quanto ao orçamento público, quero dizer que nós conseguimos algumas mudanças também depois desses anos de tramitação. Essa lei só dará resultado efetivo no Brasil inteiro, já que as realidades regionais são diferentes, se as pessoas que estiverem na rede de atendimento, o juiz, o promotor, a sua assessoria, o conselho tutelar, o conselho de direitos, os profissionais dos abrigos, os prefeitos, vereadores, todos, absolutamente todos, importarem-se com essa criança, deixarem de lado o cheirinho que ela tem, porque ela vem suja, vem cheirando a *crack*, ela vem agressiva, quebrando portas; então, tem que deixar de lado tudo isso e verificar que ela é uma criança, é alguém que precisa de ajuda. Alguém precisa olhar para isso! Porque se fosse um filho nosso, um filho meu, um filho seu, estaríamos ali buscando alternativas para a cura dessa dor.

Essas crianças sofrem silenciosamente, elas precisam de alguém que as proteja, que faça a sua defesa, e não precisa ser advogado para isso, mas que tenha voz e que dê vez a esses clamores.

Consequentemente, com toda essa mudança, com certeza, aquelas pessoas que estarão nas filas buscando adoção, buscando os seus filhos, também precisam abrir o seu coração para receber em suas casas não só crianças recém-nascidas, mas crianças maiores, crianças de outra cor, crianças que têm problema de saúde, porque ninguém pode garantir-nos que o nosso filho biológico virá saudável.

Amar! Adotar! Buscar o bem dessa criança, como o deputado fez. E ele deu a cara para bater durante esses anos todos: por isso, tem as minhas sinceras e justas homenagens. Como técnica reconheço o seu trabalho, porque dar a cara para bater por essa criança é fundamental. Dar a cara para bater, brigar por essa criança, por esse espaço que ela precisa, qualquer um pode fazer, não precisa ser o deputado; qualquer um pode sair em defesa desse pequeno.

Gente, nós adotamos o nosso marido, a nossa esposa, nós adotamos o filho do nosso marido, da nossa esposa, adotamos a sogra, o namorado, sem querer adotamos os amigos. E eles são mais filhos, muitas vezes mais irmãos, do que os biológicos, não é verdade? Por que não adotar um grandinho, por que não abrir o coração para as novas experiências, por que não deixar o amor fluir?

A adoção com coragem é só uma palavra - amor. Foi o que o deputado fez com

toda essa motivação da sociedade por trás. E agora só depende de nós para que novamente isso aconteça, para que isso seja bom para quem merece, para a criança, para o adolescente e para as famílias que tanto esperam a chegada desses novos seres, da sua completude, como disse o deputado Dado Chereim.

Muito obrigada.

Parabéns, deputado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - A Presidência quer fazer mais alguns registros de presença:

Professor Pedro Grisa, escritor, parapsicólogo;

Ex-secretário da Fazenda, Marco Aurélio Dutra, diretor da Celesc;

Professora Solange Hofmann, secretária da Educação de Apiúna;

Senhor Alcides Malikoski, vice-prefeito do município de Monte Castelo;

Senhora Gisela Chereim, querida esposa do deputado Dado Chereim;

Senhora Maria Lúcia Matos, esposa do deputado João Matos.

Convido neste momento o deputado João Matos para receber uma homenagem da Assembleia Legislativa, em função da autoria da Lei n. 12.010, das mãos dos deputados Dado Chereim e Rogério Mendonça, acompanhado da sra. Maria Lúcia Matos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Teremos agora a apresentação de um vídeo institucional, intitulado Lei Nacional de Adoção, que conta a trajetória da Lei n. 12.010, de autoria do deputado João Matos.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Convido o deputado federal João Batista Matos para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO FEDERAL JOÃO MATOS - Excelentíssimo senhor deputado Jorginho Mello, muito digno presidente do Poder Legislativo de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado Dado Chereim, secretário de estado da Saúde, membro licenciado desta Casa, autor da indicação para esta homenagem, assim como também o deputado Rogério Mendonça, nosso deputado Peninha, que representa o alto vale do Itajaí;

Excelentíssimo senhor Paulo Ricardo Bruschi, presidente da Associação de Magistrados de Santa Catarina, e em seu nome quero cumprimentar o Poder Judiciário do nosso estado, que tanto tem feito e que está na vanguarda entre as demais unidades da federação na organização das ações com relação à criança e ao adolescente, inclusive na área da adoção;

Excelentíssima senhora Sônia Maria Mazzetto Moroso, irmã de luta, mãe adotiva, juíza da Vara da Infância e da Juventude e da Vara da Família da comarca de Balneário de Camboriú;

Excelentíssimos secretários de Desenvolvimento Regional Elias Souza, de Ituporanga; Aldo Schneider, de Ibirama, e Ítalo Goral, de Rio do Sul;

Excelentíssimo senhor Valdemiro Avi, prefeito da minha querida, da nossa querida Laurentino;

Excelentíssimos ex-governadores Casildo Maldaner, parceiro nesta luta, e Paulo Afonso Evangelista Vieira, também parceiro;

Demais deputados estaduais presentes: Adherbal Deba Cabral, José Natal, Jailson Lima e Professor Grando;

Senhor Romualdo Theophanes de França Júnior, diretor-presidente do Deinfra;

Demais representantes e membros do Poder Executivo estadual, se me permitem essa saudação abreviada;

Senhores prefeitos, vice-prefeitos e vereadores;

Padre Pedro José Koeller, que representa neste ato o nosso arcebispo diocesano;

Magnífico reitor Veigand Eger, da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale de Itajaí, Unidavi, a minha universidade, da qual me licenciarei há muitos anos como professor;

Quero cumprimentar com carinho especial as demais autoridades, lideranças, amigas e amigos presentes;

Ao coral da nossa Assembleia Legislativa o meu muito obrigado por ter com suas vozes abrilhantado o Hino Nacional na abertura deste evento;

Queridos irmãos e queridas irmãs de luta do dia a dia de Santa Catarina, eu disse há pouco que realmente considero imerecida a homenagem, porque fiz o que deveria fazer. Os homens públicos são eleitos para prestar serviço.

Dignos deputados, dignas autoridades, eu conto essa história e peço vênias às senhoras e aos senhores para anunciar mais uma vez esse depoimento.

Pelos idos dos anos 70, em um encontro de três dias no retiro que fazia com lideranças de diversas paróquias na minha diocese de Rio do Sul, lá na cidade de Presidente Getúlio, o meu bispo solicitou que manifestássemos, através de uma frase muito sintética, o nosso princípio de vida, em que ficasse evidenciado o que queríamos e o que gostaríamos de fazer da nossa vida. Pensei e estabeleci uma frase à qual permaneci fiel ao longo de toda a minha trajetória como chefe de família, como educador e como homem público: serviço e servir.

Essa tem sido a minha proposta de vida. Tenho procurado ser fiel, tanto é, deputado Jailson Lima, que na maioria das minhas propagandas eleitorais, nas sete eleições a que concorri para deputado, a frase, o *slogan*, serviço e servir encontram destaque, porque não dizia para os outros, queria, isto sim, através de cada pedido de voto que fazia, reafirmar para mim mesmo o compromisso com o serviço e com o servir.

Com essa disposição é que me dediquei também a essa causa, motivado evidentemente por uma experiência muito pessoal, numa vivência que tivemos, a Lúcia, o Fábio, a Fabiana e o João Marcos, à época todos solteiros, quando viram o pai chegar em casa, numa noite de julho de 1987, com uma criança de colo. Eu apresentei aquela criança como sendo alguém sem condições por parte de sua mãe - que ficara viúva e que já havia tido a necessidade de colocar à disposição para adoção os outros filhos -, que nos procurara pedindo que aceitássemos e que adotássemos o Cleber.

Confesso que se tirar a primeira reação de João, que era o filho mais novo, que depois se transformou em alegria, foram quase 15 anos de alegria, de muita graça na nossa família. Cleber realmente foi a presença de Deus permanente na nossa casa, pois espalhava alegria. E há pouco, através do vídeo, puderam perceber aquela sua risada que, a partir das pessoas que organizaram esse vídeo, passou a ser uma espécie de marca registrada do Cleber, uma risada muito espontânea.

A partir dessa experiência, depois, o Cleber foi crescendo, com graça e saúde, mas teve que partir precocemente, de retorno à casa paterna. O curto espaço de tempo entre o

momento em que descobrimos a sua doença até ele falecer foram exatos 60 dias apenas. Eu não tive tempo para absorver a realidade que esperava, e a Lúcia administrou mais facilmente essa situação. Mas procurei depois, desculpem-me o termo que vou usar, curtindo o luto a que tinha direito como pai, pensar um pouco e refletir sobre qual fora o papel do Cleber em nossas vidas. E cheguei ao entendimento de que o Cleber viera com uma missão, cumprira essa missão e retornara.

Meu querido Paulo Afonso, parceiro na Câmara dos Deputados quando da criação da Frente Parlamentar da Adoção, concluí, queridas e queridos presentes, que o Cleber me trouxera uma mensagem: João Matos, tu, que tiveste o gesto da solidariedade com a mãe e os manos - ele os chamava assim -, e adotaste-me, tu tens voz e voto na Casa onde se fazem leis neste país. Tu és um dos 513 brasileiros privilegiados com um mandato na Câmara dos Deputados. Então, faça alguma coisa por essas milhares e milhares de crianças e adolescentes que como eu querem ter o direito de ter alguém para chamar de pai e alguém para chamar de mãe.

Entendi esse recado, claro, fruto do momento, fruto do luto, mas foi bom que eu tenha entendido esse recado. Não foi a revolta, não foi a incompreensão, foi esse recado. E lancei-me à luta. Ganhei parceiros, a começar pelo companheiro, pelo amigo, o ex-governador Casildo Maldaner, que no Senado da República, quando lá tramitou o projeto de lei que instituiu o Dia Nacional da Adoção, foi um grande defensor da causa.

Obrigado, Casildo, em nome de dezenas e dezenas de milhares de crianças e adolescentes que serão, com certeza, atingidos e beneficiados. E a partir da instituição do Dia Nacional da Adoção, dra. Sônia, dr. Paulo Ricardo, começamos a instalar neste país, eu entendo assim, um processo de implantação e implementação de uma cultura definitiva de adoção, capaz de mudar conceitos, capaz de alterar os perfis das crianças e adolescentes que são buscados por pessoas que querem adotar, mas que preferiam sempre recém-nascidos, raça branca, sexo feminino, perfeitas condições de saúde e por aí afora.

Ai se fosse de outra raça, sobretudo da raça negra, se fosse portador de qualquer deficiência, seja física, mental ou biológica, ou se tivesse um grupo de irmãos para serem adotados junto, eram deixados de lado.

Mas graças a Deus, meus queridos juízes, está-se modificando esse quadro. As pesquisas demonstram uma alteração significativa nesse quadro após a instituição do Dia Nacional da Adoção, pela Lei n. 10.447, projeto de lei de nossa autoria, em 2001, transformada em lei em 2002, que realmente contribuiu para mudar esse perfil, pois que em torno dessa data começou-se a discutir uma das questões que não vinham sendo discutidas no país, a não ser no Poder Judiciário, porque o Legislativo pouco fazia e o Executivo era praticamente omissivo nesse processo. E Santa Catarina já estava com o Poder Judiciário na vanguarda, dr. Paulo.

Pois bem, felizmente deu resultado, meu querido presidente, e estamos em curso com um processo de implementação da cultura nacional da adoção no Brasil, que vai ser compatível com a cultura de adoção dos países socialmente mais evoluídos do mundo, se Deus quiser, porque aqui pesa, querido padre Pedro, um sentimento de muita expressão: o da solidariedade humana, porque o brasileiro é, por excelência, solidário. E essa cultura da adoção encontra aqui um clima muito propício para o seu crescimento.

A luta continuou. Tínhamos que fazer outras coisas. Aqui em Santa Catarina, professor Arlindo - e quero homenageá-lo, já que foi o primeiro presidente da Acapa -, no dia em que participamos, juntamente com os seus colegas, da celebração, no então Colégio Coração de Jesus, de uma missa relativa a um mês de falecimento do Cleber, dali saímos acompanhados por pessoas como Jaci Simão, Rogério Kuhn, Hugo, Vera, Fernando, e fundamos a Associação Catarinense de Pais Adotivos, que instituiu diversos grupos de pais em várias cidades do estado. E depois, dra. Sônia e dr. Paulo Ricardo, eles vieram somar-se aos grupos de estudo e apoio à adoção já existentes, para que não houvesse dois movimentos, e até por excesso de zelo e preocupação de fazer alguma coisa, como aquele que sai e diz: "Agora eu vou salvar o mundo". Esse foi o sentimento, num primeiro momento. Nós instituímos esses grupos e o João Matos percebeu que já havia alguma coisa nesse sentido e que não cabia um movimento que viesse correr paralelamente a outro. E aí, com a compreensão do presidente e dos outros membros, aqueles grupos foram incorporados e fizeram parte dos grupos de estudo e apoio à adoção.

Mas era preciso fazer mais. Já se pensava numa lei, já tínhamos conversado com a dra. Sônia e identificado algumas outras personalidades que vieram emprestar uma excelente contribuição na elaboração do anteprojeto da Lei Nacional da Adoção. Nós já havíamos identificado a necessidade de uma legislação específica para a adoção, mas para que ela pudesse ser discutida nas instâncias do Congresso Nacional e lá encontrasse, meus caros deputados, o apoio necessário, fazia-se necessário constituirmos uma frente parlamentar de apoio à adoção. E isso aconteceu em 2003.

Um pouco antes de entrarmos com o projeto de lei, instituímos a Frente Parlamentar da Adoção, formada por 128 parlamentares, senadores e deputados federais, como eu disse, de todos os sexos, de todos os partidos e de todas as unidades da federação, entre os quais o então deputado Paulo Afonso e tantos outros de Santa Catarina, a maioria deles, para nossa grata surpresa, pais adotivos.

Aí foi mais fácil e começamos a discutir. Quanta peregrinação, dra. Sônia, quantas viagens a senhora fez a São Paulo, a Brasília e a outros pontos deste país. Dr. Paulo, se puder pedir-lhe um favor, registre junto à Magistratura de Santa Catarina o papel dessa extraordinária juíza e mãe adotiva.

E quero dizer desta tribuna, de onde tantas vezes o exerci o meu mandato de deputado estadual, com toda a sinceridade e também prestando-lhe uma homenagem, que na elaboração desta lei tem a mão, a participação muito importante da Magistratura de Santa Catarina, através dessa extraordinária juíza, dessa extraordinária cidadã e mãe, a dra. Sônia Maria Mazzetto Moroso!

Receba, meu querido presidente da Associação da Magistratura Catarinense, essa demonstração de reconhecimento pelo que o Judiciário de Santa Catarina tem feito!

Por fim, entramos com o projeto de lei e houve muita discussão. Não tínhamos uma lei de adoção. Às vezes nos enganamos e dizemos: "A nova lei de adoção". Mas a verdade é que realmente não tínhamos uma lei. O que tínhamos, e o nosso juiz e a nossa juíza sabem disso, eram dispositivos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que dedicava um capítulo para a adoção. O Código Civil Brasileiro dedicava um capítulo para adoção e a CLT tinha dois parágrafos, um até de autoria do, à época, senador Casildo

Maldaner, tratando da questão de licença-maternidade para a mãe adotiva. Fora isso não tínhamos um instrumento próprio da adoção.

Hoje, nós temos a Lei Nacional da Adoção, a Lei n. 12.010, sancionada pelo presidente Lula no dia 13 de agosto deste ano e vigorando a partir do dia 3 de novembro.

Na semana passada, dra. Sônia, recebi alguns telefonemas: "João, já estamos aplicando aqui vários dispositivos da lei". Pois bem, eu fiz a minha parte, porque o meu compromisso sempre foi o de ser útil no meio e nas circunstâncias em que fui colocado. Eu tinha, quem sabe, como justificativa e como necessidade a própria atividade parlamentar. Outras pessoas, como a senhora, não tinham qualquer outra motivação, a não ser a de querer participar. Formamos uma comissão extraordinária, coordenada pelo desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, de Recife, ele também, anteriormente, juiz de uma das varas daquela cidade.

Não é perfeita, meu querido presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, mas é o começo. E podemos dizer, dra. Sônia, que não ficamos de braços cruzados vendo a banda passar. Fizemos a nossa parte, demos início a um processo. Nenhuma lei é perfeita, ela precisa ser atualizada, precisa ser melhorada. E competirá, por certo, àqueles que nos sucederem dar continuidade a esse processo.

Não quero alongar-me. Apenas gostaria de pedir permissão para fazer alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, aos deputados Dado Cherem e Rogério Mendonça, os dois amigos que propuseram a esta Casa esta homenagem. Não a mereço, mas a recebo em nome das quase 83 mil crianças e adolescentes abrigadas em instituições deste Brasil afora, que anseiam que se dê uma definição nas suas situações, muitos delas já habilitadas para a adoção. E recebo esta homenagem desta forma: em nome deles. Recebo-a também em nome de uma comissão que se dedicou durante meses e meses, anos e anos para ver aprovado, depois de seis anos e dois meses de tramitação, o projeto que se transformou em lei. E essa comissão está aqui

representada pela dra. Sônia Moroso. Recebo esta homenagem, repito, em nome dessa comissão.

Quero receber esta homenagem em nome de todos vocês e daqueles que não puderam estar aqui, gente que vem acreditando em mim durante tantos anos, Jaci, e que me reconduziu primeiro a esta Casa e depois ao Congresso Nacional, com a seguinte determinação: vá e trabalhe! E além de receber a homenagem em nome de todos vocês e daqueles que não puderam estar aqui, recebo-a em nome de todos estes: daqueles que durante esses anos votaram e apoiaram-me, daqueles que não votaram porque não puderam, mas entenderam que podíamos fazer algum trabalho, e mesmo aqueles que não puderam ter essa postura, esse pensamento.

E quero dedicar, Lúcia, Fábio, Andréa, João Neto, Fabiana, Claudinei, Micheli, João, Mariana e Camila, a Lei Cleber Matos a vocês, que foram aqueles que mais me estimularam para que lutasse, e que renunciaram, muitas vezes, à presença do esposo, do pai e do avô para que eu pudesse cumprir a determinação de buscar bem servir à gente que represento.

Com humildade, eu aceito, deputados Peninha e Dado Cherem, esta homenagem em nome dessa gente toda. E faço um pedido: espero que ela se transforme em instrumento de multiplicação daquelas e daqueles homens de boa vontade, que ajudam, no dia-a-dia, a fazer deste mundo um mundo melhor.

Por isso tudo, eu quero agradecer a vocês todos, a esta Casa, da qual já fiz parte, às autoridades, mas gostaria de agradecer especialmente ao Paizão do Céu, este Deus extraordinário, sinônimo de misericórdia, de bondade, de diálogo e de perdão. E, apesar das nossas insignificâncias, das nossas falhas, Ele nos usa como instrumento para a transformação do mundo no qual nos colocou, num mundo melhor.

Enfim, se tenho feito alguma coisa, eu o fiz porque alguns milhares de catarinenses acreditaram em mim. E vou fazer de tudo, meus filhos, minha esposa e meus netos, para jamais decepcionar aquelas e aqueles que tantas vezes apostaram em mim.

A vocês, um beijão. Obrigado, Lúcia, filhos, noras, genros e netos. Gente querida, que bom que vocês vieram. Esta solenidade não seria completa para mim se vocês não estivessem aqui representando todo um conjunto.

Muito obrigado, minha terra natal, pelas faixas! Obrigado, gente, por tudo! Obrigado, deputados, pela presença!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Recebo das mãos do deputado João Matos uma cópia da lei para encaminhar à nossa Biblioteca e ao nosso Centro de Memória.

Quero dizer ao deputado João Matos que a Lei Cleber Matos propicia a milhares de crianças e adolescentes a formatação de um lar. É por esse tipo de lei e por esse trabalho que vale a pena ser político, que vale a pena levantar todos os dias, deputado João Matos, e trabalhar incansavelmente.

Tenho certeza absoluta de que o Cleber, como um anjo que está por aqui, está muito mais orgulhoso de v. exa. como deputado, como paizão e como aquele que se preocupou, como disse a dra. Sônia Moroso, em encontrar um lugar mais seguro para muitas crianças e adolescentes desprotegidos deste Brasil.

Parabéns! O senhor orgulha o estado de Santa Catarina como homem público e, acima de tudo, como ser humano.

Quero agradecer a presença de todos os senhores e convidá-los para um coquetel no *hall* de esta Casa.

Convidamos todos para ouvirem o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo querido coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro André.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, para a concessão da Comenda do Legislativo Catarinense.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 015ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

OUTORGA DO TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE AO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

PROPOSIÇÃO DA DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS
SUMÁRIO

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Menciona que o título atribuído ao vice-presidente é um merecido reconhecimento ao homem público, cidadão, empresário e amigo de muitos anos.

VICE-PRESIDENTE JOSÉ ALENCAR - Revela que mesmo tendo nascido em Minas Gerais, sente-se catarinense de coração, pois o estado é modelo para o país, seu povo é acolhedor e trabalhador; relembra sua trajetória de vida, as dificuldades, desafios e vitórias.

DEPUTADO JORGINHO MELLO - Resume o

significado da homenagem, afirmando que se trata de momento único, no qual se tem a honra de homenagear um homem público de grande valor que orgulha todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Nilson Gonçalves, Kennedy Nunes, Darci de Matos e Dirceu Dresch para conduzirem à mesa as exmas. autoridades que serão nominadas para compô-la:

Excelentíssimo senhor José Alencar Gomes da Silva, vice-presidente da República;

Excelentíssima senhora Ivete Appel da Silveira, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor Carlito Merss, prefeito de Joinville;

Excelentíssimo senhor Sandro Daumiro da Silva, presidente da Câmara Municipal de Joinville;

Excelentíssima senhora deputada Professora Odeete de Jesus, autora da proposição;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, esta sessão foi convocada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com a aprovação de todos os srs. deputados, para a outorga do título de Cidadão Catarinense ao excelentíssimo senhor José Alencar Gomes da Silva, vice-presidente da República.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional pela banda do 62º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar.

(Procede-se à execução do hino.)
(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, autora do projeto de lei que deu origem à lei que concede o título de Cidadão Catarinense ao excelentíssimo senhor José Alencar Gomes da Silva, vice-presidente da República.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Excelentíssimo senhor deputado Jorginho Mello, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor José Alencar Gomes da Silva, vice-presidente da República;

Excelentíssima senhora Ivetê Appel da Silveira, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor Carlito Merss, prefeito de Joinville;

Excelentíssimo senhor vereador Sandro Daumiro da Silva, presidente da Câmara Municipal de Joinville;

Senhoras e senhores, quero saudar a senadora Ideli Salvatti e em nome dela saúdo todas as mulheres presentes;

Quero saudar também os meus colegas do Parlamento aqui presentes.

Eu não poderia deixar de agradecer aos meus companheiros de partido, os republicanos, que saíram dos seus municípios e vieram para contemplarmos e aplaudirmos esse valioso homem público.

Quero também saudar todos os vereadores que hoje estão aqui e quero dizer para o nosso vice-presidente, para os mais íntimos conhecido como Zé Alencar, é assim que o chamamos, que ele já vai fazer parte da família catarinense.

V.Exas. não imaginam o quanto sonhei com este momento da outorga do título de Cidadão Catarinense ao vice-presidente da República. Quando conversei com o presidente Jorginho Mello, uma pessoa muito querida, sempre pronta para atender aos pleitos dos srs. deputados e deputadas, de imediato s.exa. atendeu ao nosso pedido.

Quero agradecer, portanto, ao presidente, deputado Jorginho Mello, porque mesmo doente, debilitado, continuou despachando, trabalhando no hospital. A vida pública nos cobra muito. Por isso, o nosso presidente, senadora Ideli Salvatti, continuou despachando, trabalhando, não parou um minuto. Então, hoje, é um dia festivo, um momento de confraternização.

Vejo aqui o presidente do meu partido, Paulo Henrique, que veio de Itajaí para nos prestigiar. E eu gostaria de pedir uma salva de palmas ao meu presidente estadual.

(Palmas)

Ele estava escondidinho, mas sabemos que às vezes a timidez faz parte e valoriza mais a pessoa.

Senhoras e senhores, este momento é de muita alegria, até por estar aqui em Joinville, onde residí por algum tempo. Tive a minha passagem por Joinville e pude sentir o calor desse povo querido. Eu tinha uma dívida com o prefeito de Joinville, Carlito Merss, e não poderia deixar de dizer a esse jovem prefeito o quanto ele é valioso.

De público, prefeito, quero dizer a v.exa. que há algum tempo tivemos um pequeno desentendimento, mas tudo por problemas dos companheiros de partido. Até ficamos meio contrariados. Mas nunca deixei de admirá-lo. Falei à senadora Ideli Salvatti que v.exa. é valioso, trabalhador e que tem levado Joinville avante. Então, quero dizer que o momento, hoje, é até de reconciliação.

Sou autora da lei aprovada por todos os 40 deputados. Não tivemos rejeição, porque

o nosso querido José Alencar é uma pessoa amada, querida, é um exemplo de homem público. É uma figura que serve de modelo, uma pessoa batalhadora, lutadora, uma pessoa que também esteve com problemas de saúde, mas que não deixou em momento algum a peteca cair, sempre trabalhou em prol de todos os brasileiros, envolvido na vida pública, o que não é fácil para aqueles que a exercem com responsabilidade. Muitas vezes, quando solicitados para atender alguém, deixamos o nosso prato de lado e vamos escutar os anseios daqueles que nos elegeram.

Então, grande presidente de honra do meu partido, estou muito orgulhosa de estar aqui. Inclusive, abandonei o meu discurso, e peço perdão, mas não vou ler, porque acho que a homenagem tem que vir de dentro. É uma coisa muito linda poder homenagear o vice-presidente de honra do Partido Republicano, que tem o número 10. E muitas vezes faltam palavras no dicionário para podermos exprimir tão valioso momento.

Acredito que esteja aqui o presidente do Conselho de Ética do meu partido, dr. Gerônimo Alves, e gostaria de pedir uma salva de palmas para ele.

(Palmas)

Hoje sou deputada graças a Deus, em primeiro lugar, e a esse homem que trabalhou bastante na minha primeira eleição e que hoje veio aqui nos prestigiar neste momento tão importante. Parabéns, meu presidente do Conselho de Ética!

Quero agradecer aos amigos que estão aqui, que são muitos. E até não vou citar um a um para não falhar com os demais. Mas estou feliz, estou transbordando de alegria.

Quero dizer que é muito importante ter o Zé Alencar como catarinense, porque agora ele já é nosso. A partir de hoje ele é nosso, ele é um catarinense.

(Palmas)

Quero agradecer o carinho de todos e agradecer aos meus colegas que vieram prestigiar-nos. Agradeço também à presidenta do Partido dos Trabalhadores, ex-deputada Luci Choinacki.

Muito obrigada e que Deus abençoe todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Obrigada, deputada Professora Odete de Jesus, pelos elogios.

Esta Presidência quer fazer o registro da presença das seguintes autoridades:

Vereador James Schroeder;
Vereador Lauro Kalfels;
Vereador Moacir Nazário;
Vereador Belini Meurer;
Vereador Manoel Francisco Bento;
Vereador Juarez Nicasio Pereira;
Vereadora Zilnete Nunes;
Vereador Jucélio Pasqual Girardi;
Vereador Odir Nunes da Silva;
Vereador João Rinaldi; e
Vereadora Dalila Rosa Leal, todos de Joinville.

Esta Presidência também quer fazer o registro da presença das seguintes deputados estaduais: Nilson Gonçalves, Darcy de Matos, Kennedy Nunes e Dirceu Dresch.

Esta Presidência ainda registra a presença das seguintes autoridades:

Senadora Ideli Salvatti;
Ex-governador Casildo Maldaner;
Ex-governador Paulo Afonso Evangelista Vieira;
Vice-prefeito de Joinville, Ingo Butzke;

Senhor Carlos Rodolfo Schneider, presidente da Associação Empresarial de Joinville;

Senhor Udo Dohler, cônsul honorário da Alemanha;

Senhora Ana Maria, diretora do Hospital Regional de Joinville;

Excelentíssimo senhor Antônio Vituri, diretor da Eletrosul de Florianópolis;

Senhor Paulo Henrique Ferreira, presidente estadual do PRB;

Excelentíssimo senhor Erildo Bodaneze Junior, presidente do PRB do município de Abelardo Luz;

Senhor Joventino De Marco, meu conterrâneo e vice-prefeito de Joaçaba;

Senhor Nilton Reis Martins, presidente do PRB de Joinville;

Excelentíssima senhora Maria Salet Moslinger, minha amiga da cidade de Joaçaba e presidente do PRB de Joaçaba;

Senhor Nilson Mosling, presidente do PRB do município de Joaçaba;

Senhor Hamilton Jesus Queiroz, presidente do PRB do município de Jaraguá do Sul;

Senhor Walter Salvador, presidente do PRB de Blumenau;

Senhora Luci Choinacki, ex-deputada federal e presidente estadual do PT;

Senhor Ademir José Rover, presidente do PRB do município de São João Batista;

Senhor Irio Correa, presidente do PT do município de Joinville;

Senhor Márcio Mariano, presidente do PRB do município de Criciúma;

Senhor Márcio Alexandre, presidente do PRB do município de São José;

Senhor Valdir José dos Santos, presidente do Conselho das Entidades Religiosas de Santa Catarina;

Senhor Artur Feijó, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas de Santa Catarina;

Senhor Francisco de Assis Nunes, ex-deputado estadual;

Senhor Dionei Walter da Silva, ex-deputado estadual;

Senhor José Aluísio Vieira, diretor da Fundação Pró-Rim, neste ato representando o deputado federal José Carlos Vieira;

Senhor Tufi Michreff, diretor-presidente da Conurb - Companhia de Urbanização de Joinville;

Senhor Gerônimo Alves, presidente do Conselho de Ética da executiva do PRB de Brasília/DF;

Senhor Zulmar Valverde, delegado de polícia, neste ato representando o deputado federal Paulo Bornhausen.

Convido, neste momento, o jornalista Valter Souza para proceder à leitura do *curriculum vitae* do homenageado.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, boa-noite!
(Passa a ler.)

"Filho de Antônio Gomes da Silva e Dolores Peres Gomes da Silva, nasceu em Muriaé, em 17 de outubro de 1931. Começou a trabalhar com sete anos de idade, ajudando o pai em sua loja. Aos 15 anos foi trabalhar como balconista numa loja de tecidos conhecida por A Sedutora. Em maio de 1948 mudou-se para Caratinga para trabalhar na Casa Bonfim. Notabilizou-se como grande vendedor, tanto neste último emprego, quanto no anterior.

Aos 18 anos, iniciou seu próprio negócio. Para isso, contou com a ajuda do irmão Geraldo Gomes da Silva, que lhe emprestou Cr\$ 15 mil (quinze mil cruzeiros). Em 31 de março de 1950 abriu a sua primeira empresa, denominada A Queimadeira, localizada na cidade de Caratinga.

No final de 1959, seu irmão Geraldo faleceu. Assumiu, então, os negócios deixados por ele na empresa União dos Cometas. Em 1967, em parceria com o empresário e deputado Luiz de Paula Ferreira, fundou, em Montes Claros, a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas. Em 1975 inaugurava a mais moderna fábrica de fiação e tecidos que o país já conheceu.

A Coteminas cresceu e hoje são 11 unidades que fabricam e distribuem os seguintes produtos: fios, tecidos, malhas, camisetas, meias, toalhas de banho e de rosto, roupões e lençóis para o mercado interno, para os Estados Unidos, para a Europa e para o Mercosul.

Na vida política foi presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria. Candidatou-se às eleições para o governo de Minas Gerais em 1994 e em 1998 disputou uma vaga no Senado Federal, elegendo-se com quase três milhões de votos. Elegeu-se vice-presidente da República do Brasil na chapa do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, conseguindo a reeleição em 2006."

(Palmas)

Neste momento, o sr. deputado Jorginho Mello, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, acompanhado da sra. Ivete Appel da Silveira, que representa aqui o governador Luiz Henrique da Silveira, fará a entrega do título de Cidadão Catarinense ao sr. José Alencar Gomes da Silva, vice-presidente da República, agora oficialmente cidadão de Santa Catarina.

Eu chamo à frente também a senadora Ideli Salvatti, que era paulista e que agora também já é catarinense.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O Poder Legislativo presta uma homenagem ao sr. José Alencar Gomes da Silva, por sua meritória carreira como homem público, pelo exemplo de coerência, dignidade, grandeza e sabedoria com que ocupou os mais altos cargos públicos e pelo empenho na defesa dos cidadãos catarinenses a partir de agora.

Convido para fazer entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, a sra. deputada Professora Odete de Jesus, autora do projeto de lei que deu origem à lei que concede o presente título, acompanhada de todos os deputados estaduais de Santa Catarina aqui presentes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido para fazer uso da palavra o cidadão catarinense José Alencar Gomes da Silva, digníssimo vice-presidente da República.

O SR. VICE-PRESIDENTE JOSÉ ALENCAR - Excelentíssimo senhor deputado Jorginho Mello, ilustre presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Ivete Appel da Silveira, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimos senhores ex-governadores de Santa Catarina Casildo Maldaner e Paulo Afonso Evangelista Vieira;

Excelentíssima senhora Ideli Salvatti, minha querida amiga e grande senadora;

Excelentíssimos senhores deputados federais catarinenses aqui presentes;

Excelentíssima senhora ex-deputada federal e presidente estadual do PT, Luci

Choinacki, também minha grande amiga do passado não muito remoto, porque nós somos jovens, Luci.

Gostaria, ainda, de cumprimentar, com o maior apreço, o senhor Carlito Merss, eminente prefeito de Joinville, a quem eu agradeço pela presença. E em nome dele saúdo todas as autoridades municipais presentes e cumprimento também a ilustre sra. Marinete Merss, sua digníssima esposa.

Excelentíssima senhora deputada estadual Professora Odete de Jesus.

Eu, naturalmente, sou suspeito para falar dela, porque foi ela quem propôs esta homenagem que eu recebo humildemente, mas com muita alegria.

Eu trabalho aqui em Santa Catarina já há algum tempo e confesso que não esperava que fosse receber esta homenagem aqui, hoje, em Joinville. Não sei se atralhei a vida de vocês, porque houve a vinda dos deputados estaduais de Santa Catarina para Joinville. Os vereadores vieram todos aqui e acolheram-nos na sua Casa. Além do mais, eu me atrasei um pouco, porque ia descer em Joinville e acabei descendo em Navegantes, e de Navegantes até aqui levamos mais ou menos uns 20 minutos. Eu peço desculpas a todos vocês pelo atraso, mas eu estou muito feliz, hoje, e realizado por esta homenagem que vocês me prestam.

Excelentíssimo senhor Sandro Daumiro da Silva, presidente da Câmara Municipal de Joinville, em nome de quem saúdo os vereadores presentes;

Excelentíssimos senhores secretários do município de Joinville;

Excelentíssimos senhores prefeitos municipais, autoridades judiciárias, militares e eclesiásticas, representantes da imprensa, senhoras e senhores.

Eu tenho aqui o nome de todos os deputados estaduais: Ada De Luca, Adherbal Deba Cabral, Ana Paula Lima, Antônio Aguiar, Carlos Chiodini, Cesar Souza Júnior, Dagomar Carneiro, Darci de Matos, Dirceu Dresch, Edison Andriano, Elizeu Mattos, Gelson Merísio, Genésio Goulart, Giancarlo Tomelin, Ismael dos Santos, Jailson Lima, Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Jorginho Mello, José Natal, Kennedy Nunes, Lício Mauro da Silveira, Manoel Mota, Marcos Vieira, Moacir Sopelsa, Narcizo Parisotto, Nilson Gonçalves, Padre Pedro Baldissera, Pedro Uçzai, Professor Grando, Professora Odete de Jesus, Renato Hinnig, Reno Caramori, Rogério Mendonça, Romildo Titon, Sargento Amair Soares, Serafim Venzon, Silvio Dreveck, Valmir Comin e Vânio dos Santos.

Eu quero, sinceramente, agradecer a todos, pois a proposta foi acolhida por unanimidade. E se não fosse, mesmo que fosse pela minoria, eu deveria agradecer a todos, porque todos consentiram que ela chegasse à Assembleia Legislativa e fosse votada.

Muito obrigada a vocês!

Quero cumprimentar também os vereadores James Schroeder, Lauro Kalfels, Moacir Nazário, Belini Meurer, Manoel Francisco Bento, Juarez Nicasio Pereira, Zilnete Nunes, Jucélio Pasqual Girardi, Odir Nunes da Silva, João Rinaldi, Maurício Fernandes Peixer, Daila Rosa Leal, Roberto Bisoni, Joaquim Alves dos Santos e Patrício Destro.

Muito obrigado pela presença de vocês!

Quero cumprimentar todos os amigos aqui de Joinville e de Santa Catarina que me honram com a sua presença e dizer para vocês que hoje é realmente um dia em me cabe uma grande honra por receber esse título. Mais do que isso, só se eu tivesse

nascido aqui, mas eu nasci em Minas Gerais e se vocês forem lá vão gostar do meu estado. O meu estado também é de trabalho, de luta, de história. Mas Santa Catarina tem alguma coisa especial que nos prende, comove-nos e faz-nos a cada momento em que vamos conhecendo melhor o estado mais nos orgulharmos do Brasil, porque Santa Catarina é Brasil, graças a Deus!

Há algum tempo houve um problema seriíssimo aqui, que afetou grandemente o estado, que foram as chuvas. Eu me lembro, tive muito contato com o governador durante todo aquele tempo em que eu estava recém operado e não pude vir ao estado. Mas de Brasília eu procurei fazer alguma coisa. É bem verdade que vice-presidente não manda nada, mas quando a causa é nobre, o vice pede, e pede com empenho. Então, pedi com muito empenho, não sei se as coisas aconteceram, mas o presidente Lula esteve aqui e, emocionado, deu notícias de como estava o estado e - isso eu presenciei - deu ordens a todos os ministérios que tinham algum aspecto ligado ao caso que resolvessem imediatamente, que atendessem urgentemente Santa Catarina, porque ele ficou realmente consternado com o que viu aqui.

De maneira que temos alguma ligação com Santa Catarina. Nós, como eu disse, estamos trabalhando há algum tempo em Blumenau, e aqui, hoje, foi lido um *curriculum* muito pobre meu, que fala apenas da indústria têxtil. Quando se fala da indústria têxtil, senadora Ideli Salvatti, nós temos que pedir licença a Santa Catarina e a Joinville, onde há fábricas extraordinárias de empresas de grande valor, que trabalham com grande proficiência e que são exemplo para todos nós.

Eu não me atrevo a contar prosa de que sou do setor têxtil aqui em Santa Catarina, não! Mas quando falam alguma coisa, logo digo: "Espera aí, me respeita porque eu também tenho uma fabricazinha lá em Santa Catarina!" Dai eles me respeitam.

É muito bom estar aqui com vocês. Eu trouxe um texto escrito, ninguém precisa ficar triste, porque além de ser pequeno, as letras são grandes. Então, o discurso é pequeno. Mas eu vou ler porque isso aqui foi fruto da ajuda do pessoal do gabinete e se eu não ler, eles depois não me fazem outro texto para outra ocasião.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, ao saudar e agradecer ao excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Jorginho Mello, ao excelentíssimo sr. presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, vereador Sandro Daumiro da Silva, e à minha querida amiga, deputada Professora Odete de Jesus, autora da proposição que me concede esta honraria de Cidadão Catarinense, estendo meu agradecimento ao laborioso povo do estado de Santa Catarina, que me acolhe mais uma vez de braços abertos.

Digo mais uma vez porque, como todos sabem, estamos há alguns anos trabalhando em Blumenau, onde encontramos o clima de hospitalidade característico deste admirável povo de Santa Catarina, ao qual, neste instante, passo a pertencer, e estou muito orgulhoso desse fato. Mais do que isso, só se tivesse nascido aqui. Porque eu não posso dizer de fato que sou catarinense, mas posso dizer que sou catarinense de direito e de coração.

(Palmas)

Estamos em Joinville. E aqui, na Câmara de Vereadores desta importantíssima comunidade catarinense, queremos ressaltar a nossa gratidão a duas personalidades deste

estado: o prefeito Carlito Merss, que nos acolhe em sua magnífica cidade, e o meu dileto e honrado amigo, velho companheiro, governador Luiz Henrique, que muito me desvanece com sua honrosa presença, na pessoa de sua digníssima esposa, prestigiando de forma singular este grande momento de minha vida.

Nesta ocasião tão importante, vemos um bellissimo exemplo de união que nos dá a Assembleia Legislativa do nosso estado - e isso aqui eu não os autorizei a colocar, não, porque eu não tinha pedido licença a vocês.

(Palmas)

Mas já que a Assembleia Legislativa concordou e juntou-se à Câmara de Vereadores de Joinville nesta magnífica sessão solene para me acolherem como um dos seus, posso assim falar.

Aos ilustres deputados que representam todos os municípios catarinense e aos eminentes vereadores joinvilenses, meu sincero reconhecimento por tornarem possível a conciliação das agendas, de modo a me permitir estar aqui exatamente na oportunidade em que se inaugura a 71ª Festa das Flores de Joinville, a perfumada, bela e alegre festa catarinense. O presidente Lula me pediu que o representasse por ocasião da abertura da 71ª Festa das Flores. Então, é com muita honra que lá estarei representando-o.

A tradicional e consagrada festa oficial de Joinville é um evento de porte internacional, que reúne orquidófilos de diversos países, oferece atrações de destaque nacional e dá importante projeção à história e à cultura do município. Sobretudo, revela que os catarinenses têm uma extraordinária capacidade empreendedora, indispensável ao sucesso dos negócios, ao crescimento das empresas e ao desenvolvimento dos estados e da nação.

A deputada Professora Odete de Jesus a manifestação de meu apreço e um especial agradecimento pela generosidade da iniciativa de me conceder o título de Cidadão Catarinense, que ocupará lugar de destaque na galeria de meus valores maiores. Crédito à bondade da ilustre deputada o gesto de incluir o meu nome entre os cidadãos deste estado que tanto admiro por sua grandeza, bravura e capacidade de superação, como tem comprovado a sua imorredura e exemplar história, de que todos nos orgulhamos.

Senhoras e senhores, gostaria de acrescentar ao sr. governador Luiz Henrique da Silveira, na pessoa de sua esposa; ao sr. prefeito Carlito Merss; ao sr. presidente Jorginho Mello; à ilustre deputada Professora Odete de Jesus, caríssimos deputados e vereadores, senhoras e senhores, que recebo com humildade uma distinção desta relevância que me concede a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O sentimento de minha gratidão se associa à emoção de ser distinguido por uma instituição que tanto significa o nosso estado.

Estejam v.exas. seguros de que tudo farei para honrar o título que ora recebo e tenham a certeza da minha singular alegria ao dizer que agora sou Cidadão Catarinense. De coração e de direito."

Eu tenho um pouquinho mais de tempo para falar com vocês e vou aproveitar a oportunidade.

Nós, do ramo têxtil, quando estamos em Joinville, em Blumenau, em Florianópolis ou em qualquer cidade de Santa Catarina, sempre, estamos próximos de grandes exemplos dessa indústria no Brasil. Então, lembramo-nos daquilo que nos move, e temos segurança de que ter uma empresa, seja ela qual for, é ter um bem para a comunidade. Mas como um bem para a comunidade?

Há empresas que só têm um dono, nem são S.A., não são constituídas sob a forma de responsabilidade limitada, são empresas individuais. Então, como pertencem à comunidade? Pertencem, sim! Em primeiro lugar porque o empresário de Santa Catarina, que é exemplo disso, não vive da empresa. Ele vive mais para a empresa. Claro que recebe o seu *pro labore*, mas ele vive para a empresa, ele se realiza com o sucesso e com o engrandecimento dela.

Nós precisamos de uma economia forte, próspera e independente, a fim de que sejam alcançados os objetivos sociais. E para que a economia de qualquer país seja próspera, forte, independente, é preciso que suas frações o sejam, e as empresas são frações da economia, por isso elas pertencem à comunidade, ao bem da comunidade. Cada empresa é uma fração da economia como um todo. Há frações minúsculas, há frações pequenas, há frações médias, grandes, gigantes. Há algumas que são estatais, outras são privadas.

Nós temos, por exemplo, uma grande fração da economia do Brasil que é a Petrobras, uma empresa com controle estatal. Nós temos o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -, que é uma outra grande fração da economia do país. Nós temos a pastelaria da esquina, que é uma fraçãozinha da economia e que também precisa ser próspera para que o pastel tenha qualidade, porque se não for, não terá autoridade para comprar a melhor carne. É preciso que haja dinheiro para comprar a melhor carne, é preciso que seja um bom freguês, é preciso ser respeitado pelo fornecedor, porque assim ela será mais forte.

Então, a economia de qualquer país é representada por empresas. E o que significa a economia de um país? A economia tem quatro componentes básicos: o setor primário, o setor secundário, o setor terciário e o setor de infraestrutura. E são essas empresas que representam esses setores. Por exemplo: no setor primário, temos as empresas agrícolas, as de pecuária e as de mineração. Se o cidadão tem uma pequena horta, ele está no setor primário, mas não tem empresa, aquilo é dele mesmo. Na verdadeira concepção da palavra, há uma empresa, porque ele empreende, trabalha e planta; ele leva para distribuição aquelas verduras que colhe. E é apenas uma horta. Outros já têm uma propriedade rural muito grande, em que associam a pecuária com a agricultura e às vezes até se dedicam apenas à agricultura.

Aqui na região há muita produção de arroz nas várzeas. O Brasil produz 12 milhões de toneladas de arroz, mas são várias pequenas empresas agrícolas que produzem esse arroz; algumas são grandes, mas todas são fração da economia.

As empresas do setor secundário podem ser indústrias pequenas, médias e grandes. Aquela pastelaria de que eu falei é uma indústriazinha do setor secundário. Já o setor terciário está relacionado à prestação de serviços, ao comércio e a todas as atividades ligadas à prestação de serviços, é formado por empresas dessa área. Já do setor de infraestrutura, temos as empresas de energia elétrica, de transporte, etc.

Pois bem, a economia de um país está nos setores primário, secundário, terciário e na infraestrutura. Se eu perguntar, por exemplo, o que é isso? É a força econômica do país! É toda a força econômica do país que está aí representada. E são as empresas que representam essa força econômica e que participam cada uma delas no seu segmento próprio, ou seja, nos setores primário, secundário, terciário e de infraestrutura.

É por isso que eu me bato e falo muito com os meus filhos, com os meus irmãos, com os meus amigos, em todas as ocasiões que posso. Vocês têm uma responsabilidade redobrada no momento em que acreditam que a empresa é um bem da comunidade. Nós estamos aqui tomando conta de alguma coisa por algum tempo porque somos transitórios. Há mais esse fator para nos confirmar o fato de que a empresa é um bem da comunidade. Ela sobrevive, independentemente da sobrevivência do pretendente a dono. E quanto mais dono ele for, mais dela gostará e mais para ela viverá. É por essa razão que ela prospera. E quando prospera, é uma fração da economia que está contribuindo para que a economia seja cada vez mais próspera.

Eu me lembro, costumo citar esse exemplo na minha terra, que havia em Minas Gerais, na região onde está hoje a Usiminas, na cidade que hoje se chama Ipatinga, mas que era o município de Coronel Fabriciano, uma fábrica muito grande, a Acesita. Essa empresa ficava num bairro chamado Timóteo, que depois passou a ser cidade, pois se emancipou. Mas o pessoal de Coronel Fabriciano sempre dizia: "Nós aqui temos a Acesita!" Depois vieram os japoneses, fizeram uma *joint venture* com os brasileiros e realizaram a grande obra da Usiminas. Eu me lembro muito do lugar onde era. Havia meia dúzia de casas de sapé. Era um terreno plano, às margens do rio Doce, que foi escolhido pelos técnicos, engenheiros japoneses e brasileiros, para abrigar a Usiminas.

Quando você chega e diz que nós aqui temos a Usiminas, e fala grosso, quem são esses "nós"? É a nossa comunidade! Se a Usiminas vai bem, as coisas vão bem no município. Se a Usiminas vai mal, as coisas não estão indo bem no município.

Isso posto, temos que agradecer sempre o que somos alvo de alguma homenagem, especialmente uma homenagem deste porte, sr. presidente. Esta é uma homenagem que cala profundamente em nosso coração.

Eu sou de origem muito humilde, meu pai era um pequeno comerciante, aqui foi dito e foi lido que eu trabalho desde os sete anos. Quem pode dizer que um menino de sete anos trabalha? Eu atrapalhava, não trabalhava, na vendazinha do papai. A mamãe fazia uns pastéis e botava numa vitrinzinha para vender e eu comia os pastéis. O papai achava graça, porque ele gostava que os filhos se alimentassem bem. Ele era um homem lutador nos negócios pequeninos, mas era um homem de bem. Teve 15 filhos e eu sou o 11º dessa família de 15. De fato saí de casa aos 14 anos e ao me despedir do papai e da mamãe, lá em Minas Gerais, eu disse: "Benção papai, benção mamãe". E meu pai disse assim: "Meu filho, não se esqueça que o importante na vida é poder voltar". Eu não entendi muito bem aquilo porque era muito bobo, muito pequeno, depois é que eu entendi a importância do que ele me falou, ou seja, que o importante na vida é poder voltar a uma casa, a uma cidade, a uma família, a uma empresa.

Então, durante toda a minha vida eu procurei agir de tal forma para poder voltar. E podem estar certos, srs. deputados que me conferem essa grande honra da cidadania catarinense, que vou fazer tudo e pedir a Deus que não me deixe nunca cair em tentação, para poder voltar quantas vezes eu queira a este belo estado, orgulho do Brasil, que é Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência registra, com muita honra, a presença dos seguintes vereadores que não foram citados: Maurício Fernando Peixer, Roberto Bisoni, Joaquim Alves dos Santos e Patrício Destro.

Obrigado pela honra da presença de cada um de vocês.

Sr. vice-presidente, eu quero dizer a v.exa., como presidente da Assembleia Legislativa, com muita honra, em meu nome e em nome de todos os srs. deputados que aqui se encontram, que eu tive, no mês de outubro, uma grande oportunidade concedida pelo sr. governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, e pelo sr. vice-governador Leonel Pavan, de ser governador deste estado por alguns dias. Foi uma homenagem que eles prestaram aos deputados estaduais da Assembleia Legislativa deste estado.

Eu tive um pequeno acidente, o senhor deve ter visto, porque o Brasil inteiro viu, numa procissão, quando estava em cima de um palco e ele caiu. Eu pensei que fosse

algo pequeno e fui para o hospital depois de certo tempo, depois de devolver o governo. Fiquei 15 dias no hospital, ocasião em que parei para pensar, repensar, refletir.

E é nesses momentos que uma figura como a de v.exa. se agiganta. O Brasil gosta de v.exa., o Brasil respeita v.exa., porque é um homem que desde os sete anos - assim como eu também - lutou para sobreviver.

V.Exa. pode ter certeza de que eu e todos os meus companheiros deputados deixamos de realizar esta sessão na capital para vir a Joinville prestar-lhe esta homenagem, na presença de tantas pessoas, com muita alegria, com muita honra, porque o senhor orgulha os mineiros, mas orgulha, sobremaneira, todos os brasileiros.

A Assembleia Legislativa o abraça e recebe-o como um empreendedor, um homem vencedor, um homem honrado, que vem para um estado que é um estado vencedor, um estado de qualidade, de bons exemplos, um estado de gente que trabalha. Por isso é que todos nós temos orgulho de ser catarinense,

agora muito mais fortalecidos com um novo coestadano, nosso irmão não por nascimento, mas por força de lei.

Deus lhe dê bastante saúde e que possa superar todos os dias as dificuldades que porventura se lhe apresentem. O senhor é um vencedor, é uma pessoa que temos como exemplo.

Um grande abraço e que Deus o abençoe!

Teremos agora a execução do Hino de Santa Catarina pela banda do 62º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos os que nos honraram com a sua presença e encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença de Francisco Libardoni e do vice-prefeito de São Lourenço do Oeste.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Sauda a presença de Francisco Libardoni.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deixa claro que a população brasileira rejeita as idéias reacionárias do presidente do Irã; alerta para o uso de drogas nas escolas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Acusa de incompetentes os governos que ainda não deram solução às moradias que desabaram em Blumenau.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Lembra que o PT apresentou proposta para utilização de recursos do Fundo Social para atender às vítimas de novembro de 2008.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Critica a morosidade da solução dos problemas decorrentes das enchentes e da Defesa Civil Estadual; elogia a Defesa Civil Nacional; lamenta os vetos do governo a projetos de sua autoria.

ADHERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Registra a presença de representantes da Associação dos Moradores de Armação do Itapocoroí.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Reafirma seu pensamento quanto à índole do presidente do Irã; expressa sua indignação quanto ao que tem ocorrido nos recentes concursos públicos.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Relembra participação pessoal e da Aprasc no socorro à região de Blumenau em novembro de 2008; anuncia novo processo eletivo na Aprasc.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Cobra maior agilidade na recuperação dos municípios assolados por catástrofes e melhor divisão dos recursos da nação.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Analisa as ações pós-enchentes e critica quem se utiliza politicamente do episódio.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Lamenta o uso da tragédia de Blumenau em fins eleitorais.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Pronuncia-se sobre o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Analisa as dificuldades do setor de carnes e de laticínios no estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Rebate as acusações da deputada Ana Paula Lima contra o governo do estado e o governo municipal de Blumenau; rechaça a presença do presidente do Irã no Brasil.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Defende a deputada Ana Paula Lima e o governo do presidente Lula.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Questiona o deputado José Natal e exalta o governo Lula.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Ressalta a importância da manifestação dos blumenauenses de agradecimento aos brasileiros.

Ordem do Dia

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Encaminha a votação o PL n. 0212/2009, de sua autoria.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha a votação o PL n. 0212/2009, de autoria do deputado Reno Caramori.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0438/2009, que autoriza a concessão do uso oneroso de imóvel em Florianópolis (construção de edifício garagem).

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha a votação do PL n. 0438/2009, que autoriza a concessão do uso oneroso de imóvel em Florianópolis (construção de edifício garagem).

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Solicita a retirada da pauta de dois vetos a projeto de sua autoria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Concorda com a retirada dos vetos, mas alerta que é preciso deliberar sobre as matérias.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Concorda com a retirada dos vetos da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, quero apenas cumprimentar com muita alegria, pois ele está em nossa Casa, o ex-deputado federal, um velho amigo, o nosso secretário regional de São Lourenço do Oeste, sr. Francisco Libardoni. É uma satisfação tê-lo aqui, eis que foi um grande guerreiro do oeste

de Santa Catarina, ele que está acompanhado do vice-prefeito de São Lourenço do Oeste, sr. João Carlos Ecker.

Desejamos que vocês se sintam em casa neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro, esta Presidência também gostaria de endossar as palavras do deputado Moacir Sopelsa com relação ao grande cidadão Francisco Libardoni, que hoje é secretário de Desenvolvimento Regional de São Lourenço do Oeste, pela trajetória na vida política de Santa Catarina, inclusive na esfera federal.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Em nome do PPS, em função do tempo que conhecemos Francisco Libardoni e por sua história de luta em prol de Santa Catarina, também damos-lhe as boas-vindas a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Inscrito para falar o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes desta Casa, sr. Francisco Libardoni, grupos da terceira idade, inicialmente vou-me reportar ao discurso de v.ex.a., deputado José Natal, na última sessão, quando o Brasil ainda aguardava a visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que passou pelo nosso país ontem. Naturalmente que ele merece o nosso respeito por estar representando 70 milhões de iranianos e foi tratado com a civilidade que os brasileiros sempre dispensam a qualquer visitante estrangeiro, sobretudo a um presidente de um país do qualate do Irã.

Porém é importante, e aí concordo com o deputado José Natal, que o presidente Mahmoud saiba que este Parlamento e a maioria dos brasileiros não concordam com boa parte, ou melhor, com 99,9% das suas idéias: negar o holocausto, pregar a destruição do estado de Israel, perseguir os opositores, sobretudo dissidentes religiosos, e manter o mundo sob uma permanente ameaça nuclear.

Até entendemos, compreendemos, os interesses do país, a diplomacia brasileira do nosso presidente Lula, no que diz respeito aos acordos comerciais e até tecnológicos com o Irã, mas que isso não seja, como dizia o artigo hoje publicado no *Diário Catarinense*, uma chancela à visão e aos métodos condenáveis desse polêmico governante do Oriente Médio.

Sr. presidente e srs. deputados, eu volto a esta tribuna para falar sobre um tema que tem sido uma das minhas bandeiras nesta Casa, que é o combate às drogas. Hoje recebemos aqui mais um grupo de estudantes que veio abrilhantar esta sessão e acompanhar os trabalhos desta Casa Legislativa.

A revista *Veja* traz uma matéria interessante, com o seguinte título: *Drogas, o perigo que ronda as escolas*. De fato, a escola, que deveria ser um local de segurança, que deveria ser uma ilha de aconchego para que as nossas crianças e os nossos adolescentes que passam ali a maior parte do seu tempo para a devida e meritória formação, tem-se tornado a porta de entrada para o mundo da experimentação das drogas. E aí vai o nosso alerta.

Eu transcrevo aqui o depoimento de uma garota de apenas 14 anos, que estuda num colégio de periferia. E ela diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Já experimentei maconha, *ecstasy*, LSD e lança-perfume, sempre em festas e na companhia de amigos. Na minha escola, entre os mais velhos, difícil é achar quem nunca usou nenhuma dessas coisas'."

Acrescento aqui o depoimento do coordenador do setor de psiquiatria da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), sr. Ronaldo Laranjeira, que diz:

(Passa a ler.)

"Geralmente, a experiência começa com drogas legais, como álcool, tabaco e cola de sapateiro. Em seguida, entram as drogas ilícitas e, entre essas, a maconha está em primeiro lugar quando se trata de ambiente escolar'."

Por tudo isso, srs. deputados, é preciso, talvez, iniciar um trabalho com os formadores de opinião na escola, por excelência os professores, para que estejam habilitados, sendo capazes de abordar as crianças, os adolescentes, alertando-os sobre o perigo das drogas, sabendo conscientizar aqueles que ainda não se envolveram com esse tipo de problema, dando orientações, inclusive, de como lidar com uma constatação que não podemos mais negar - e não podemos ser hipócritas: o consumo e, eventualmente, até o tráfico de drogas está ocorrendo dentro dos muros das nossas escolas.

E para enfatizar ainda esta minha intervenção nesta tarde, eu trago alguns dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, o Cebrid, da Unifesp, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Cinquenta e sete por cento dos jovens entre 12 e 17 anos consideram que obter drogas em 'qualquer momento' é 'muito fácil'. Em 2001, 48,3% já tinham ingerido álcool; três anos depois, eram 54,3%. O consumo de maconha também subiu de 6,9%, em 2001, para 8,8%, em 2005."

Por tudo isso, o nosso manifesto, o nosso repúdio contra aqueles que ainda entendem que deve ser liberado o consumo da maconha, que nós entendemos ser a porta para outras drogas. E temos manifestado desta tribuna, e reforço mais uma vez hoje, a nossa posição contrária à legalização das drogas, porque entendemos que isso vai acabar, necessariamente, resultando no aumento do volume do consumo de substâncias nocivas à saúde, nocivas à família, nocivas à sociedade e, por que não dizer, nocivas à democracia.

Além disso, a liberação das drogas não vai causar, como que por encanto, o desaparecimento das máfias de traficantes. Eles vão continuar oferecendo um produto mais barato aos usuários, sem dúvida nenhuma. Mesmo porque os cartéis não vão ser desalojados pela simples legalização das drogas, e cito os campos de cultivo das Farc, na Colômbia, e de ópio, pelos talibãs.

Quando visitei outros países, sobretudo do primeiro mundo, tive a oportunidade de conhecer um bairro da Holanda onde havia a liberação das drogas e onde a quantidade ilimitada não é um crime. Mas o consumo nessas regiões e nesses países acabou causando uma degradação urbana terrível, negativa, que hoje é questionada por toda a sociedade holandesa.

Por essas e outras razões, nós nos colocamos contrário a qualquer projeto e a qualquer pronunciamento, como fez o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, voltado à liberação das drogas, em especial à liberação da maconha, porque fazendo isso estaremos,

certamente, colocando-nos contra a vida e contra os destinos desta nação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados, cumprimento, de forma muito especial, as crianças e adolescentes do Educandário Imaculada Conceição, do município de Florianópolis, que estão visitando este Parlamento e que, com certeza, serão os nossos futuros representantes do estado de Santa Catarina.

Também quero cumprimentar este grupo de idosos da Amai - Associação de Moradores de Armação do Itapocoroí -, do litoral catarinense, que se faz presente nesta Casa acompanhando esta sessão ordinária, sr. presidente.

Srs. deputados e sra. deputada, recordo-me que há um ano, precisamente entre os dias 22 e 23 de novembro de 2008, nós tivemos um fato trágico em Santa Catarina - e isso vem ocorrendo com muita frequência de um ano para cá -, que são os desastres, os desabamentos, essas situações climáticas, que muitos querem estudar, mas poucos têm as soluções. Mas como parlamentar da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, temos um compromisso com o povo.

(Passa a ler.)

"No último domingo, dia 22, fomos tomados de um misto de tristeza, indignação e reflexão, com a passagem de um ano do início de uma das maiores tragédias climáticas da história do nosso país e do nosso estado.

Centenas de vidas foram ceifadas e milhares de pessoas ficaram desabrigadas no vale do Itajaí, que foi a região mais castigada pelas enchentes e também pelos deslizamentos de terra. As cicatrizes ainda estão abertas, a despeito das inúmeras obras de reconstrução, a maioria patrocinada pelo governo federal, pelo governo do presidente Lula. O presidente Lula foi enfático ao disponibilizar todo o aparato da Força Aérea Brasileira no resgate de milhares de pessoas e esteve pessoalmente em Santa Catarina, nas cidades de Blumenau e de Itajaí, e trouxe a sua solidariedade aos desabrigados de forma imediata.

Além disso, o presidente Lula editou, naquela época, uma medida provisória disponibilizando recursos para o estado e liberou, naquele período, mais de R\$ 800 milhões. E mais! De forma inédita, liberou mais de R\$ 1,3 bilhão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, contribuindo com a recuperação das famílias e da economia local e estadual.

Mas as marcas da tragédia, srs. parlamentares, do mês de novembro ainda persistem, com ênfase à questão da moradia, da habitação. E é na falta de moradia para as famílias que perderam tudo na tragédia de novembro de 2008 que está o que eu denomino da 'maior vergonha' para o nosso estado. E cito o município que resido, Blumenau, onde, lamentavelmente, deputada Ada De Luca, centenas de famílias ainda continuam em abrigos provisórios, vivendo em situação precária e sofrendo com o descaso do poder público municipal. E isso, deputados, sem contar as inúmeras famílias que estão em casas de parentes ou de amigos.

Os abrigos são verdadeiros cortiços. Neles, crianças e idosos, homens e mulheres dividem o espaço, tendo uma simples divisória para delimitar a área e dar um mínimo de

privacidade. Lá, pasmem, a temperatura supera os 40°. Imaginem como será o Natal que essas pessoas vão passar dentro dos abrigos.

Desde o ano passado, através do Fórum Permanente de Solidariedade às Cidades Atingidas pelas Chuvas e Deslizamentos, o qual nós presidimos, tenho, todos os dias, acompanhado a questão das moradias para essas famílias que estão nos abrigos provisórios e que, senhoras e senhores, passado um ano, tornaram-se permanentes.

E o dinheiro federal, o dinheiro do governo do presidente Lula, veio. As doações do povo brasileiro chegaram. Infelizmente, ainda não foi feita a lição de casa, que é a construção das casas necessárias ao povo de Santa Catarina."

Foi para isso, srs. deputados e sra. deputada, que o povo brasileiro depositou dinheiro na conta aberta pela Defesa Civil Estadual. E a propaganda que víamos na televisão, depois de catástrofe, era: "Ajudem o povo de Santa Catarina que perdeu, além dos familiares, suas casas". Foi para isso que o povo brasileiro fez doações.

(Continua lendo.)

"Pasmem, senhoras e senhores, a reconstrução das casas será feita pelo projeto Minha Casa, Minha Vida, do governo do presidente Lula. E pela incompetência de alguns governantes, as famílias que estão nos abrigos terão que suportar mais um ano naqueles espaços desumanos.

Nós estamos fazendo a nossa parte, seja através das denúncias, que diariamente recebemos e das quais prontamente apuramos a responsabilidade, seja através dos encontros com os desabrigados, como já ocorreu nos municípios de Blumenau e Gaspar, levando a informação clara e precisa sobre os seus direitos e as formas de acesso à moradia popular.

Não é por falta de recursos federais, mas por falta de empenho dos governos no trato da questão habitacional que as vítimas daquele triste dia de novembro de 2008 ainda permanecem em abrigos."

É uma vergonha, srs. deputados, sras. deputadas, deputado Pedro Uczai, que as pessoas de uma cidade como Blumenau ainda estejam em abrigos. Uma cidade rica como Blumenau ainda persiste com os abrigos.

Milhares e milhares de pessoas depositaram dinheiro naquelas contas. Era essa propaganda que se fazia. Milhares e milhares de caminhões de doações chegaram à cidade de Blumenau, e alguns deles foram desviados. A denúncia está no Ministério Público e espero que ele cumpra a sua parte, investigando-as. Milhares e milhares de pessoas fizeram a sua contribuição ao povo de Santa Catarina, e até agora, senhoras e senhores, a casa para essas pessoas morarem ainda não foi construída.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputada Ana Paula Lima, quero cumprimentá-la porque há mais de um ano a bancada do PT apresentou um projeto de lei para destinar recursos do Fundo Social para os atingidos pelas enchentes. E o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, baixou em diligência ao governo do estado para receber resposta se era possível ou não atender àquela reivindicação justa dos atingidos, mediada pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

Realmente, não há vontade política, não querem resolver. E ao invés de os

governos municipais fazerem críticas, deveriam estar resolvendo também junto com o governo do estado, porque o governo do presidente Lula fez a sua parte, quando houve as enchentes, principalmente liberando o FGTS para os trabalhadores atingidos.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É lamentável, srs. deputados, sras. deputadas e povo catarinense, pois no dia 23 de novembro fez um ano da tragédia e essas pessoas ainda se encontram em abrigos.

Eu fiquei muito triste no domingo porque ainda há pessoas fazendo festa para celebrar um ano da tragédia. Celebrar o quê? Festejar o quê? Na cidade de Blumenau, deputada Ada De Luca, fizeram uma festa grandiosa para celebrar um ano da tragédia.

Senhoras e senhores, se um parente de qualquer dos deputados estivesse naquela situação, será que estaria do jeito que está?! As pessoas estão vivendo, como falou um jornalista da cidade de Blumenau, em estado de calamidade pública; são campos de concentração aqueles abrigos!

O Instituto Ressoar, srs. deputados, quis dar para a cidade de Blumenau, juntamente com o Instituto Guga Kuerten, 100 casas, mas o prefeito não as quis e mantém as pessoas ainda nos abrigos provisórios.

Eu não tenho nada a festejar! Eu tenho, sim, que denunciar as ações de governos incompetentes, que não deram solução para essa triste tragédia de novembro.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Gostaria de fazer o registro da presença do grupo de idosos da Associação de Moradores de Armação do Itapocoroí, de Penha, acompanhadas da sra. Alda Margarida Machado, e também de alunos do Educandário Imaculada Conceição, de Florianópolis, acompanhados das professoras Adriana e Maria.

Muito obrigado pela presença no Parlamento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, deputada Ana Paula Lima, o problema que v.exa. trouxe à tribuna eu pude constatar, *in loco*, há oito dias, no momento da Romaria da Terra e da Água, no Baú. Houve vários depoimentos de lideranças, de pessoas, de pais, de mães de família que pediam que alguma providência fosse tomada, até relatando que, na época, abriram-se muitas contas, com um volume enorme de dinheiro sendo arrecadado.

Então, é aquilo que v.exa. coloca aqui: um ano depois ainda há muitas famílias vivendo em abrigos, não tendo um local para morar. E não existiu nenhuma prestação de contas. Acho que o Parlamento tem a responsabilidade de apurar e até mesmo buscar entre o povo de Santa Catarina e de outros estados comprovantes de depósitos nessas contas, porque hoje até se esquece quais são elas. Nós temos que fazer esse levantamento e exigir uma prestação de contas, porque essa transparência é, sem dúvida nenhuma, necessária para manter a confiança de toda sociedade catarinense e brasileira.

Assistindo a algumas imagens, acompanhei aquilo que aconteceu no Congresso Nacional - e nem sei qual foi o dia -, quando foram homenageadas pessoas que são pagas com o dinheiro público e que têm a incumbência, o dever, a obrigação, de exercer

a sua função da melhor forma possível. No entanto, milhares de pessoas que, espontaneamente, doaram-se e ainda continuam a doar-se, sequer foram lembradas.

Não adianta ficarmos emocionando-nos. Acho que temos que começar a utilizar, em alguns momentos, a racionalidade das coisas e não nos aproveitarmos da desgraça do nosso povo para querer tirar dividendos eleitorais e políticos. Está na hora de exercer com maior seriedade o nosso papel.

Aliás, fiz duras críticas à Defesa Civil de Santa Catarina pela morosidade no encaminhamento da documentação à Defesa Civil Nacional, ao ministério de Integração, pois os documentos levaram aproximadamente 40 dias para chegar lá em cima.

E aqui me alegro, pois em apenas em 24 horas a Defesa Civil do governo federal reconheceu o estado de calamidade do município de Guaraciaba e a situação de emergência de muitos municípios que foram atingidos pelo vendaval, pelas tempestades. Inclusive, já está publicado no Diário Oficial, mostrando assim agilidade, rapidez neste momento sério e importante, no qual a população precisa de atendimento, mas tentando justificar por que foi enviado pelos Correios, imaginem, em época de greve.

Então, diante da gravidade toda como em muitas outras ocasiões e momentos, essa documentação deveria ter sido entregue em mãos em Brasília, podendo pedir e até exigir que o mais rapidamente possível fosse atendida, liberada, porque lá na ponta o nosso povo sofre, vive os problemas. E todo mundo perde com isso! Perdem as famílias e toda a sociedade diante de todo o contexto.

Então, novamente quero trazer esse assunto, mas ainda bem que as coisas lá em cima estão sendo encaminhadas rapidamente. E hoje já está muito adiantado o processo de recuperação da terra. Agora, fica aqui um alerta para todos nós em relação a essas contas que foram abertas em função do desastre de um ano atrás no vale do Itajaí, pois temos que ser transparentes e fazer uma prestação de contas do dinheiro doado; e foram muitos milhões de reais doados pela solidariedade do nosso povo. E o pessoal na ponta está reclamando que não viu a cor desse dinheiro e que vive a penúria do desastre que aconteceu.

Fora isso, sr. presidente, há dois vetos para serem apreciados nesta Casa, opostos a projetos de minha autoria, que considero de extrema importância. Um deles trata da inclusão do suco de uva na alimentação escolar.

Quando fazemos a defesa da nossa agricultura familiar, nós a colocamos no centro do debate, do desenvolvimento econômico de nossas regiões. Mas no momento em que se tenta prestigiar uma cultura tão importante, que envolve a cadeia produtiva da uva, tentando incluir na alimentação escolar esse elemento, o governo do estado veta um projeto que poderia representar um incremento na renda das famílias, que seria mais um elemento a dar incentivo, motivação aos agricultores familiares a permanecerem na vitivinicultura.

São projetos que visam oportunizar ao nosso agricultor familiar ter mais qualidade de vida. Mas, infelizmente, não temos o reconhecimento por parte do governo do estado. Uma pena! Uma atividade tão importante, tão fundamental que precisa do aparato e do incentivo do poder público, na verdade, vive aí no descaso por parte do governo estadual.

Outra questão extremamente importante que vai nessa mesma direção é o

projeto de lei também vetado pelo governo do estado sobre um programa de defesa da ecologia, da natureza, justamente no momento em que vivemos as consequências do superaquecimento global: desastres num canto deste estado, desastres no outro, desequilíbrio total do clima, o que vai desintegrando, gerando desarmonia na sociedade em que nós vivemos.

O projeto de lei visa contemplar a aquisição de geladeiras novas, exatamente para tirar da atmosfera um elemento chamado CFC (clorofluorcarbono), que prejudica enormemente a camada de ozônio. O nosso projeto de lei pretende utilizar os recursos do fundo da Celesc para subsidiar programas tais como esse, ou seja, o governo do estado recolhe esses elementos e os substitui, colocando à disposição da população novas geladeiras que não poluam.

No entanto, mais uma vez o governo do estado veta um projeto tão importante que seria destinado às famílias de baixa renda do estado de Santa Catarina, com recursos já previstos no fundo da própria Celesc. Infelizmente, não conseguimos avançar em programas essenciais de inclusão social, que se dirigem às camadas mais pobres do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença na Casa de representantes da Associação dos Moradores de Armação do Itapocoroi, tendo como responsável a sra. Alda Margarida Machado, do Beto Carrero World.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, público presente nesta Casa, fiquei estarecido com o discurso feito desta tribuna pela deputada Ana Paula Lima, querendo, no meu entendimento, desvirtuar o que, há uns 15, 20 dias, declinei nesta Casa, no sentido de que o presidente iria receber em nosso país um homem que, na minha visão, é extremamente sanguinário. O mundo todo pregava e prega a paz e o presidente Lula convida para vir ao Brasil um homem sanguinário.

Eu falei sobre isso há uns 20 dias desta tribuna e não retiro uma só palavra! Ele esteve aqui e o povo está indignado! E a deputada Ana Paula Lima vem para cá falar de enchente em Blumenau? Toda Santa Catarina reconhece a solidariedade do povo brasileiro, sim, e se não fosse essa solidariedade, talvez aquelas pessoas estivessem em situação bem mais complicada. Mas a maior responsabilidade no aporte de recursos é, sim, do governo federal para recuperar a vida e a dignidade daquelas pessoas. Nota zero para a deputada, que fez um discurso meramente politiquero! Meramente politiquero!

Vou ficar por aqui com este assunto, porque o meu foco hoje, srs. deputados, é falar sobre a máquina de fraudar a juventude que virou o estado de Santa Catarina, seja para quem se prepara para um concurso público, seja para o pai que paga o colégio para o filho. O jovem se arrepende de estudar,

prepara-se para um concurso público e de repente, todos eles são anulados, são fraudados e assim por diante.

E podemos citar como exemplo o que ocorreu, no último domingo, no concurso da Udesc. Uma empresa de Santa Catarina que realiza concursos por este país afora e também dentro do estado, contratava empresas que não têm capacidade, buscando o menor preço. Ora, minha gente, se a empresa tem o menor preço, então que use a sua equipe, que é competente para fazer concursos por este Brasil todo.

O TRE fez um concurso há 20 dias que foi anulado por problemas. E onde estão os homens da Justiça, que não sabem elaborar um concurso, que não contratam uma empresa decente?

A minha filha fez um concurso para o cargo de técnico judiciário, no ano passado, e foi a primeira colocada para a região de Lages e Videira. Mas o que aconteceu? O concurso foi anulado exatamente naquela região porque os coordenadores do Ministério Público, srs. deputados e srs. catarinenses, erraram ao colocar as provas dentro do envelope, pois havia 40 alunos na sala de aula e mandaram o envelope com 38 provas apenas.

Quero falar em nome da minha filha e dos demais catarinenses que se prepararam, estudaram demasiadamente, deixando de curtir sua juventude para serem burlados num concurso para o qual até hoje não houve solução.

Estou falando sobre esse assunto agora em função do que aconteceu no último domingo com a Udesc. Isso é vergonhoso! Milhões e milhões são arrecadados e simplesmente o concurso de técnico judiciário realizado no final do ano passado está na gaveta. Não houve problemas com as provas, foi pura incompetência de quem fez. E quem não tem culpa, quem estudou, que se preparou e investiu está de fora.

Então, nós temos que ver isso porque esses homens colocam gente para fiscalizar prefeituras, para fiscalizar esta Casa Legislativa, mas chega na hora de fazer um concurso transparente para a sociedade, isso não acontece.

Por isso, srs. deputados, solicito a v.exas. que me ajudem a formar uma comissão nesta Casa para averiguar o que está acontecendo nos concursos, que se transformaram numa máquina de fazer dinheiro, de tirar dinheiro de quem já não tem. Fica aqui, tenho certeza absoluta, em nome de toda essa juventude que se prepara, a minha indignação!

Eu, como funcionário público, se quiser uma melhoria salarial, se quiser mudar de carreira, também terei que enfrentar um concurso público. E eu se fizer um concurso, se me preparar, provavelmente cairei nessa... Vou ficar quieto para não dizer um palavrão porque estou alterado com essa pouca vergonha.

Deixo o meu repúdio em nome de todos os catarinenses que passam por esse constrangimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário é destinado ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Srs. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, público que nos acompanha diretamente

nesta sessão, teria um diálogo aqui com a deputada Ana Paula Lima, que fez um pronunciamento anteriormente, pelo qual gostaria de parabenizá-la, dizendo que temos contribuído na medida em que somos informados da necessidade de um apoio a mais, de um voto a mais, de uma presença a mais, de um deputado para tentar minimizar o sofrimento de toda aquela gente do vale do Itajaí, que sofreu com a calamidade no ano passado.

Naquele período estivemos lá com vários diretores da Aprasc, com companheiros, com carro da Aprasc, com a caravana do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, com o pessoal da saúde pública do estado de Santa Catarina, por vários dias, tentando ajudar aquelas pessoas que estavam naquela situação tão calamitosa. Aliás, estamos sempre à disposição, como já dissemos diversas vezes desta tribuna, no sentido de contribuir para minimizar o sofrimento das famílias que foram atingidas, para contribuir com a reconstrução e com o restabelecimento das condições de trabalho, das condições de vida do povo de Blumenau, inclusive porque temos vários familiares lá, alguns dos quais perderam a própria casa.

Estivemos naquela região visitando, trabalhando, morando junto às comunidades mais de uma vez, assim como procedemos ao socorro - bombeiros e policiais militares - durante várias semanas, especialmente nos dias mais difíceis, salvamos muitas vidas. Dessa forma, sentimo-nos participantes desse processo e sempre à disposição para contribuir mais.

Estou dizendo isso porque certo jornal lá da região publicou, numa certa coluna, a posição de um cidadão que, por motivos políticos muito específicos, disse que apesar de termos recebido votos em Blumenau não tínhamos mais aparecido na cidade; mesmo um ano depois da calamidade não havíamos ido até lá.

Com certeza isso não é verdade e centenas, milhares de pessoas de Blumenau sabem que estivemos lá de corpo presente, com o pé na lama, de jipe e de carro, e não de helicóptero sobrevoando a calamidade. Estivemos lá fazendo curativo, ajudando, contribuindo, carregando água e comida para aquele povo durante vários dias; somando dá uns 15 dias, deputado Pedro Uczai, pois íamos na quinta-feira e voltávamos no domingo. Esse foi o trabalho que fizemos.

É claro que não nos vamos diminuir por conta de um cidadão de lá que, vislumbrando a eleição do ano que vem, queira eventualmente criticar uma pessoa que ele acha que não deva ir a Blumenau e que não deva ganhar votos lá. Pelo contrário, desde a minha eleição fui mais de 20 vezes a Blumenau, tenho milhares de pessoas conhecidas, todos os praças da Polícia Militar e todo o Corpo de Bombeiros são nossos companheiros, nossos conhecidos, e estão lá para trabalhar para a população de Blumenau.

Por último, quero dizer que estamos tendo eleição para a diretoria e conselho fiscal da Aprasc nos dias de hoje, amanhã e depois. Nesses três dias teremos mais de 90 urnas em todo o estado de Santa Catarina, sendo tudo organizado e realizado por centenas de companheiros e companheiras, com vistas a mais um processo eleitoral da entidade representativa dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Temos chapa única mais uma vez! Mas é preciso registrar que houve a intenção, deputado Pedro Uczai, de novo, de pessoas bastante influentes em inscrever outra chapa. Iniciativas importantes! Mas como receberam

vários "nãos" pelo lado da cara, usando uma expressão bem lá de Imbuia, acabaram não conseguindo inscrever-se.

Quero dizer que é este parlamentar, que é sargento da reserva da Polícia Militar que está mais uma vez concorrendo ao cargo de presidente. Numa hora tão difícil, em que tantas forças se voltam contra nós, não teria como pedir licença para ficar de fora. Entendo que seria até uma covardia da minha parte fazer isso. Portanto, estamos-nos dispondo a ficar mais três anos à frente da nossa entidade, convidando todos os praças para votarem e parabenizando todos que estão participando desse processo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, estamos acompanhando a situação de Santa Catarina no que diz respeito a recursos para a recuperação dos municípios atingidos há um ano pelas enchentes, em resumo, pela catástrofe que se abateu sobre Santa Catarina.

Lamentavelmente, pouco ou quase nada em algumas áreas foi feito em favor das famílias que ainda continuam desabrigadas. A própria situação do porto de Itajaí, que vem causando um prejuízo enorme à economia catarinense, à geração de riquezas, à geração de emprego, ainda é muito precária.

O que nós estamos acompanhando até o momento é que há uma transferência de responsabilidade ora para o governo do estado, ora para o governo federal. E lá nos municípios, onde o fato aconteceu, onde precisa haver uma ação forte, determinada, com recursos e com decisões para recuperar, restabelecer economicamente e socialmente as localidades e as famílias, pouco ocorreu. Há gente vivendo ainda em abrigos - e já fez um ano da catástrofe!

O governo do estado afirma que o governo federal centraliza os recursos e que há excesso de burocracia para liberá-los. Eu até não discordo do governador, pois de fato existe uma centralização de recursos, e não só deste governo, isso é histórico, mas nos últimos anos aumentou esse poder, não só deste governo como também do anterior, de centralização dos recursos na união em detrimento dos estados e dos municípios.

É verdade também que a maioria das receitas da arrecadação que formam o PIB, deputado Antônio Aguiar, vai para o governo federal. É verdadeiro, de igual forma, que não existe iniciativa para fazer a reforma tributária. E volto a repetir desta tribuna que não haverá reforma tributária enquanto não houver reforma política. E enquanto não houver reforma política não serão criadas as condições favoráveis para as reformas tributária, previdenciária e trabalhista.

O Brasil vem pagando um forte ônus por falta dessas decisões, um ônus muito alto, porque enquanto estivermos com excesso de carga tributária, excesso de juros, excesso de legislação, ou seja, principalmente na área trabalhista, haverá diminuição na contratação, o que pode propiciar até a sonegação pelo excesso de encargos sociais.

Tudo isso é real! Por outro lado, em Santa Catarina temos o Fundo Social, aprovado por esta Assembleia. Estou fazendo essa relação porque existe uma proposta de o governo federal criar um fundo de emergência

para atender os municípios em situações difíceis, como essa que ocorreu em Santa Catarina. Eu acredito que essa seja a solução menos burocrática, mas ágil, porque o governo federal poderá repassar os recursos, ou seja, diretamente para os municípios, pois é lá que são resolvidos os problemas. É no município que temos uma solução mais rápida, onde se aproveita o dinheiro com mais rapidez, onde existe maior fiscalização, maior controle social maior, porque há uma fiscalização ininterrupta da Câmara de Vereadores, como também da própria sociedade.

Se o governo federal adota esse modelo, ele de fato estará colaborando com os municípios, ao passo que com relação ao estado de Santa Catarina, não vi até o momento nenhuma destinação de recursos do Fundo Social para os municípios que foram atingidos pelas catástrofes.

Ora, se nós temos um Fundo Social cuja criação foi autorizada por esta Casa, não há necessidade de o governo pedir autorização orçamentária ou a elaboração de um projeto específico para a liberação desses recursos. Mesmo assim não vemos nenhuma ação de destinação de recursos por parte do governo do estado, principalmente para os municípios atingidos, tanto no vale do Itajaí quanto no sul ou no oeste.

Ao mesmo tempo, cobra-se do governo federal, com todo o direito e razão, mas há que se esperar que o governo do estado de Santa Catarina tome algumas iniciativas e demonstre que também está preocupado em alocar recursos para recuperar o quanto antes os municípios atingidos por vendavais, enchentes, enfim, por todas as catástrofes que ocorreram em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. parlamentares, srs. parlamentares e todos que nos acompanham neste momento, seja no plenário desta Casa ou em sua residência, através da TVAL ou da Rádio Aleisc Digital, com certeza hoje é um dia de muita reflexão, pois no último final de semana vivenciamos uma data extremamente importante, não de comemoração, mas de muita reflexão porque completou exatamente um ano da maior catástrofe que atingiu Itajaí em toda a sua história.

Antes de adentrar detalhadamente no assunto, gostaria de trazer alguns números, até para que, de forma concreta, todas as pessoas possam entender aquilo que está sendo tão falado nesta Casa, esta tarde.

A catástrofe levou 494,4mm de chuva, o maior número já registrado na história de Santa Catarina em uma única região; levou também para o vale do Itajaí, infelizmente, 135 mortes, sendo que cinco mil pessoas foram resgatadas; ocorreram três mil pontos de deslizamento somente na cidade de Blumenau. Algo inacreditável para quem jamais pensou que isso iria acontecer.

Além disso, mais de 2.100 casas foram atingidas, sendo que muitas pessoas perderam sua residência e outras tiveram a casa parcialmente atingida. Ou seja, foi uma catástrofe que mexeu diretamente com a vida de cada pessoa do vale do Itajaí, pois quem não teve a sua casa diretamente atingida, teve

a casa de um parente ou de um amigo atingida.

Todos nós que passamos por aqueles dias de muita angústia, de muita luta, deputado Adherbal Deba Cabralm - e v.exa., que é de Navegantes, também acompanhou e viveu aquele drama -, rezamos para nunca mais acontecer uma tragédia daquelas.

Este último final de semana foi efetivamente um momento de muita reflexão. Muitas pessoas querem aproveitar este momento, deputada Ada De Luca, para fazer aqui apenas pronunciamentos políticos, demagógicos, dizer que esse não fez isso, não fez aquilo, colocar-se como se fosse o salvador ou a salvadora da pátria.

Na verdade, srs. deputados, nós sabemos que o problema é muito sério e que muitos, desde a esfera federal até as esferas estadual e municipal, ainda têm muito a fazer, começando, por exemplo, pelo governo federal, que havia previsto do Orçamento da União à bancada catarinense R\$ 50 milhões para a prevenção de enchentes. Mas o presidente Lula, num decreto assinado no dia 11 de agosto, passou esses R\$ 50 milhões para zero. De R\$ 50 milhões para zero! Não foi um corte de R\$ 10 milhões ou de R\$ 20 milhões, ou ainda, deputado Kennedy Nunes, como aquele que ocorreu em Joinville, onde praticamente não houve corte, pois lá o prefeito Carlito Merss não teve esse problema. O prefeito foi beneficiado porque é do partido do presidente da República! Enquanto isso, no vale de Itajaí o corte dos recursos da união foi de 87%. E agora algumas pessoas vêm aqui reclamar que a prefeitura não fez isso, que a prefeitura deixou de fazer aquilo.

Quero também prestar contas daquele recurso que as pessoas doaram, que as pessoas contribuíram, voluntariamente, ou seja, os R\$ 8,2 milhões, aos atingidos pelas enchentes. Esse dinheiro foi utilizado para a compra de terrenos, onde serão construídas casas para essas pessoas que ainda estão morando em abrigos.

Quanto aos abrigos, quero dizer que a própria ONU diz que, por mais que não sejam a residência das pessoas, nós sabemos disso, são muito melhores do que muitos locais de países do primeiro mundo. São abrigos aprovados pela própria ONU, deputado Sargento Amauri Soares, que dão um mínimo de dignidade. Agora, a verdadeira dignidade está na residência de cada família.

Então, nós temos que lutar e buscar cada vez mais recursos. Não adianta vir aqui apenas chorar e reclamar dos outros! É necessário trabalhar e que cada um faça a sua parte, como a prefeitura está fazendo, como o governador faz e como alguns setores do governo federal também estão fazendo! Nós temos que continuar ajudando a reconstruir.

Por isso quero, neste momento, parabenizar a prefeitura, parabenizar todos os voluntários de Blumenau, que realizaram um ato muito bonito no final de semana, porque acho que o pior sentimento que pode existir numa pessoa é a ingratidão! E o que a população de Blumenau fez no final de semana não foi uma festa, como alguns estão dizendo, não foi uma comemoração, mas, sim, srs. parlamentares e sras. parlamentares, um ato de agradecimento ao povo brasileiro pela sua generosidade.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Parabéns, deputado, pelo seu discurso. Mas v.exa. sabe que há pessoas que apostam em quanto pior ficar melhor, porque senão elas perdem a bandeira! Ficam usando a desgraça

como massa de manobra. Isso não é certo. Nós temos que levantar as bandeiras corretas.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu tenho certeza de que não existe uma bandeira mais bonita do que agradecer a todos aqueles que ajudaram, porque é só através do agradecimento, do reconhecimento que nós realmente nos reanimamos a continuar buscando a ajuda que precisamos. Então, depois de um ano da catástrofe nada melhor do que agradecer a todos aqueles que estão ajudando o vale do Itajaí a se recuperar. Agora, isso também não exige ninguém da responsabilidade e cabe como uma reflexão para que cada um de nós possa continuar assumindo a sua responsabilidade em continuar lutando por aquele que ainda precisa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e pessoas que nos acompanham através da TVAL e Rádio AleSC Digital, quero falar sobre o dia de amanhã, 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres. E gostaria que v.exas. prestassem atenção porque é muito sério o que eu vou falar, já que todos têm filhas, netas, irmãs, esposas, noras.

(Passa a ler.)

"Estima-se que a cada quatro minutos uma mulher é agredida, seja em seu ambiente de família ou fora dele.

Trata-se de um problema cotidiano, fruto das relações de poder entre homens e mulheres na vida doméstica e na sociedade em geral, baseadas na cultura patriarcal: subordinação, dominação, subvalorização do sexo feminino. Essa vulnerabilidade cultural atinge todas as mulheres, independentemente idade, raça, etnia, situação financeira ou credo religioso e até idade.

Entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta baseada na discriminação por gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, patrimonial, tanto no âmbito público quanto no privado. Assim, a agressão tem diversas manifestações, sendo a mais comum a violência doméstica.

A violência doméstica resulta em diversos danos à saúde da mulher e vem sendo relacionada ao uso excessivo de drogas e álcool, distúrbios gastrointestinais, inflamações ginecológicas, dores de cabeça, asma, ansiedade, depressão e outros distúrbios psíquicos, levando até mesmo a tentativas de suicídio.

A família ainda é considerada um território fora ou longe do alcance da Justiça. O convívio social torna-se um obstáculo para a denúncia e cria bases para a impunidade, pois existe cumplicidade ou indiferença da sociedade, srs. deputados, líder do meu governo, com essa forma de violência. Além disso, interfere na qualidade de vida e no desenvolvimento da sociedade no seu todo.

Torna-se urgente a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha, torna-se urgente a educação e divulgação dessa lei para todos os srs. parlamentares, para todas as mulheres e, principalmente, para as nossas adolescentes, para que saibam como sair desse ciclo de violência.

Muitas vezes, depois de toda essa violência que a mulher sofre, acontece uma festa em família ou na casa de amigos e ela é chamada pelo marido de 'meu amor', mas isso é só teatro.

Quero repassar aos colegas dados sobre as marcas da violência no mundo:

. A cada cinco anos a mulher perde um ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica;

. O estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva;

. Na América Latina e Caribe a violência doméstica atinge entre 25% a 50% das mulheres. Segundo o Banco Mundial, nos países em desenvolvimento estima-se que entre 5% a 16% de anos de vida saudável são perdidos pelas mulheres em idade reprodutiva como resultado da violência doméstica.

Já o custo da violência doméstica apresenta os seguintes dados, conforme pesquisa do Banco Mundial - BID:

. O custo total da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país.

. Segundo levantamento feito nos Estados Unidos, foi estimado que a violência contra as mulheres custa entre US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões ao ano.

No Canadá um estudo estimou que o custo da violência contra as mulheres supera C\$ 1 bilhão, isso incluindo o serviço da Polícia, o sistema de Justiça Criminal, acompanhamento, capacitação e hospital. São dados importantes, que precisam ser utilizados pelos governos e ONGs na construção de políticas públicas para mulheres."

Quero parabenizar a deputada Ana Paula Lima, presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que hoje pela manhã realizou uma audiência pública para discutir, mais uma vez, a implementação da Lei Maria da Penha.

Peço apoio aos nobres colegas ao meu projeto de lei que institui 25 de novembro como o dia estadual da não violência contra as nossas mulheres.

Quero terminar dizendo uma frase da Marília Pera: "Mais do que o corpo, a violência machuca a alma, destrói os sonhos e acaba com a dignidade de uma mulher."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigada, deputada Ada de Luca.

Deputada, solicito a v.exa. que presida esta sessão para que eu possa fazer uso da palavra, no restante do tempo do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os minutos restantes do PMDB serão utilizados pelo deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, srs. deputados, imprensa falada, escrita e televisada, nos últimos dias, deputado Pedro Baldissera, v.exa. também foi uma das pessoas que levantaram aqui diversas vezes uma situação difícil que vivemos na agricultura. Refiro-me aos preços dos produtos da agricultura.

Nesta semana, o ex-ministro da Indústria e Comércio e ex-ministro da Agricultura, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, numa reunião na Fiesc, em Florianópolis, pronunciou-se sobre a produção de carnes no país. Sua palestra serviu de título à nota da colunista do DC, Estela Benetti, que fez um alerta sobre os danos do câmbio desfavorável.

V.Exa., deputado Antônio Aguiar, que também é de uma região produtora de carne bovina, sabe que no momento em que estamos tirando a safra do boi que vem da engorda, da aveia, da pastagem de azevém, o nosso produtor precisa dessas pastagens, dessas áreas, para fazer a plantação de soja, de milho. E fala-se, inclusive, em preço do boi a R\$ 2,00 o quilo. Isso daria R\$ 4,00 o quilo da carne. E Estela Benetti diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O ex-ministro da Indústria e Agricultura, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, conselheiro do grupo líder mundial em carne bovina, o JBS-Friboi, alerta que o dólar baixo está causando desindustrialização no país e derrubando as exportações de carnes. Em palestra para industriais catarinenses ontem, na reunião da Federação das Indústrias do Estado (Fiesc), ele aconselhou as empresas brasileiras a abrirem unidades no exterior e fazerem *marketing* lá fora.

Conforme Pratini, em função do dólar baixo, o Brasil enfrenta queda de 25% nas exportações de produtos manufaturados, o que implica processo gradual de desindustrialização. O problema cambial também causou redução de 30% das receitas de exportações de carnes do país no período de janeiro a setembro deste ano frente aos mesmos meses do ano passado.

As medidas adotadas pelo governo para enfrentar o problema cambial foram atrasadas e não são suficientes. O dólar não poderia ter uma cotação inferior a R\$ 2,30. Entre as mudanças que podem ser adotadas, ainda, estão alterações no sistema tributário, devolução de créditos fiscais de exportação e a permissão de abertura de contas em moedas estrangeiras - afirma Pratini."[sic]

Nos últimos 30 anos, eu diria que o Brasil, deputado José Natal, deixou de ter uma política, deputado Antônio Aguiar, de proteção à produção nacional. Quando abrimos as fronteiras para o mundo, deixamos de proteger o produtor brasileiro, nas exportações e importações, da valorização da nossa moeda.

E aqui fico na dúvida se queremos uma moeda forte ou não. Claro que torcemos por uma moeda forte, mas temos que torcer por uma moeda forte com algumas proteções para a nossa produção.

E daí vem, para mim, um dos principais problemas porque estamos com excesso de produção de leite, mas não temos critérios para a sua importação, eis que deixamos que o produto estrangeiro entre no Brasil - produtos lácteos, produtos com lactose, leite em pó, leite longa vida - sem que se dê uma proteção para o nosso produtor, derrubando ainda mais o nosso mercado. E o mesmo acontece com outros produtos. Inclusive, vimos uma enxurrada, deputado Valmir Comin, de investimentos estrangeiros em nosso país, uma enxurrada de moeda estrangeira em nosso país.

É bem verdade que precisamos ter uma preocupação forte com relação ao produtor, mas temos que ter também preocupação com a nossa indústria, eis que os empresários do setor de carne estão abalados - frango, porco e carne bovina. E agora estamos vivendo a crise do milho. Até chegam a fazer previsões que no próximo ano o milho deve ficar entre R\$ 17,00 e R\$ 18,00 a saca. Deputado Antônio Aguiar, quem vai plantar milho para vender a R\$ 17,00, R\$ 18,00?

Srs. deputados, se as carnes ficarem realmente com preços baixos como estão e não mexermos no consumo *per capita* interno, teremos dificuldades muito grandes, em Santa Catarina, na produção de pequenos animais e na produção de carne.

Eu sei que o deputado Padre Pedro Baldissera tem tido contato com as nossas indústrias procurando buscar o equilíbrio também entre o empregado e o industrial. Mas quem padece sempre nessa parte são os produtores, porque eles ainda, queiramos ou não, são a parte menos organizada; se formos ver outros setores, eles são mais organizados.

Quando falamos no preço baixo das carnes, não vimos esse mesmo reflexo nos mercados. Quer dizer, na outra ponta, onde está o consumidor, a carne não baixou de preço. O abuso de poder é sempre muito alto em todos os produtos. Enquanto o leite baixou mais R\$ 0,06 este mês, a dona de casa compra o queijo fatiado no supermercado por um preço muito mais alto. Verifiquem o quanto ela paga pelo quilo desse produto. Isso quer dizer que no momento estamos prejudicando o nosso produtor. Ele, na verdade, é um guerreiro, é um herói, porque ficar na agricultura da forma como está nos últimos anos, tem que ter amor pela profissão, tem que ter força na profissão, porque a sua atividade tem-no deixado em situações difíceis.

Ontem estive com o setor cooperativista, com a Cooperativa Aurora, que tem mais de 50 mil pequenos produtores agregados. Eles colocaram a dificuldade de recursos que a cooperativa tem, dificuldades, inclusive, de buscar esses recursos.

Então, o que quero dizer com isso? Quero dizer que o governo pode ser este ou aquele, de qualquer partido, mas precisa dar segurança à agricultura brasileira. E como se faz isso? Com certeza não da forma protecionista como é feita nos países europeus, nos países desenvolvidos, mas com proteção de preço, cuidando da entrada de produtos estrangeiros, uma vez que temos o nosso produto para vender. Além disso, precisamos de um maior de poder de negociação quando vamos vender o nosso produto...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o tucano de bico amarelo, deputado José Natal, por até nove minutos.

Antes, porém, esta Presidência gostaria de registrar, com satisfação, a presença neste plenário do vereador Evandro Marcelo Neis, do município de Ouro, e também do prefeito progressista de Quilombo, Lenoir Bigolin.

É um prazer tê-los conosco!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, quero pedir desculpas em função da minha fala anterior, quando me exaltei um pouco. O tempo era curto e realmente houve indignação quando me reportei aos concursos públicos. Mas tenho certeza de que também é o que pensa a maioria dos deputados do PSDB desta Casa, porque são coerentes, querem transparência, já que esta Casa também realizará um concurso público. Esperamos, inclusive, não ter dor de cabeça no futuro. Até já fica aqui o meu alerta, porque mesmo sendo da base do governo, sendo do partido do presidente desta Casa, virei aqui fazer as críticas, pois estarei observando todos os detalhes.

Srs. deputados, falo em nome do PSDB e, tenho certeza, em nome da maioria do povo brasileiro, que realmente lutou para que tivéssemos um país extremamente democrático como vivemos nos dias de hoje.

Muita gente, decorrente de atos de governos passados, ficou conhecer a localização de seus familiares e a tristeza, o aperto no coração, permanece até os dias de hoje. A própria sociedade brasileira tem vivido muitas mazelas.

O governo do qual fiz parte, no passado, também cometeu grandes deslizes, até porque a perfeição é difícil de existir. Mas a sociedade brasileira elegeu um presidente na expectativa de que a mudança ocorreria em todos os níveis. No entanto, o que o presidente Lula fez foi copiar, e bem copiado, o que fez o PSDB, mas dizendo-se dono de tudo. A única coisa que o PSDB realmente não fez e que não diria para o presidente Lula fazer seria convidar para vir ao nosso país um homem que tem na sua face, no seu semblante, no seu coração e no seu sangue, no meu entendimento, ódio. E esse homem foi recebido pelo governo deste país com tapete vermelho.

Por outro lado, quero destacar que o Irã tem sofrido demasiadamente em busca de liberdade, a liberdade que nós com muito sacrifício conquistamos. Mas quando o povo se manifesta para tal conquista é reprimido com violência, é vítima de assassinato e de desaparecimento. Mas o presidente Lula recebe no Brasil um homem sanguíneo, defende o programa nuclear do Irã, programa este que, com certeza, não será para fins pacíficos.

O PSDB de Santa Catarina, e falo em nome de todos, inclusive do nosso líder maior, o presidente do partido, Leonel Pavan, não concorda com esse ato arbitrário do presidente da República, porque antes que aqui chegasse esse cidadão, esse sanguíneo, a sociedade e as cabeças pensantes deste país, aquelas que ajudaram a construir esta nação, já tinham colocado que esse homem não seria bem-vindo ao Brasil.

Mahmoud Ahmadinejad é um homem que tem o mais absoluto repúdio da bancada do PSDB na Assembleia Legislativa, que deseja que ele retorne ao seu país em breve, para não dar mal exemplo à sociedade brasileira.

Também, srs. deputados, como deputado da base do governo nesta Casa, em nome da bancada do PSDB, quero aqui repudiar o discurso da deputada Ana Paula Lima porque apoio este governo, porque Leonel Pavan esteve à frente, junto com Luiz Henrique e muitos cidadãos decentes deste estado, em todos os momentos, em defesa daqueles que sofreram na calamidade, nas catástrofes de Santa Catarina.

O povo brasileiro é e continua sendo o povo mais solidário do mundo e se assim não fosse a situação dos brasileiros seria muito mais crítica do que é. Tenho dito, nessa linha, que se não fossem as entidades sem fins lucrativos teríamos uma massa miserável muito grande neste país. Mas graças a essas pessoas, que colocam o seu precioso tempo à disposição dos outros, temos uma condição um pouco melhor. E o governo Luiz Henrique/Leonel Pavan fez de tudo para amenizar a dor e o sofrimento da sociedade de Santa Catarina na época das enchentes.

Tenho certeza absoluta de que se o governo federal, e agora farei uma crítica, não fosse tão burocrático e se não houvesse as questões político-partidárias à frente, o porto de Itajaí poderia estar funcionando há muito tempo e nas cidades de Blumenau, Itajaí, Navegantes, assim como tantas outras que foram atingidas, as pessoas já teriam começado a trabalhar, ganhando o seu dinheiro, as empresas já teriam começado a produzir riqueza e renda para o nosso estado e as pessoas já estariam morando dentro das suas residências.

Então, o discurso da deputada Ana Paula Lima foi um discurso vazio, um discurso de quem realmente não tem autenticidade. Não é a primeira vez que a deputada vem a esta Casa e faz um discurso politiquero, querendo realmente mexer com a sensibilidade daqueles que sofreram bastante e ainda continuam sofrendo, sim, porque estão morando em abrigos. Não devemos culpar o nosso governo, mas o seu governo, deputada, sim, que se tem mostrado demasiadamente politiquero, resolvendo apenas o que quer resolver.

Então, em nome da bancada do PSDB, que dá sustentação ao governo nesta Casa, registro o repúdio ao seu pronunciamento. Faço isso em favor de todas as pessoas decentes, daquelas que trabalharam, daquelas que contribuíram naquele momento difícil, daquelas que mesmo estando sofrendo até hoje continuam na certeza de que Deus, Santa Catarina e os homens públicos estão fazendo de tudo para lhes restituírem um mínimo de dignidade.

Deputada, não diga que o nosso governo é incompetente porque não o é. A questão é que a burocracia é muito grande e, lamentavelmente, o tal do dinheiro norteia o mundo, o dinheiro norteia todos, porque sem dinheiro não se faz nada.

V.Exa. é deputada. Todo mundo diz que deputado ganha bem, mas não é verdade. Mas se estiver sobrando dinheiro, adote uma família e dê a ela. V.Exa. e o seu esposo, que é deputado federal, que adotem uma família. Inclusive, já fiz isso, no passado, como vereador. Então, faça isso. Ajude realmente a amenizar o sofrimento de algum blumenauense, algum brusquense, algum itajaense, e dê-lhe uma residência, porque assim o seu coração será um coração feliz, tanto quanto o dos tucanos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Sempre fui feliz!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência, antes de passar a palavra ao próximo partido, gostaria de registrar a presença do vice-prefeito Danilo Deitos, do município de Ouro. E já foi registrada a presença do vereador Evandro Neis.

Os meus cumprimentos e os cumprimentos desta Casa aos senhores.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra ao sr. deputado Pedro Uczai, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, público que acompanha esta sessão, antes de iniciar o meu pronunciamento, quero registrar a presença nesta Casa do prefeito de Quilombo.

Seja bem-vindo à nossa Casa, assim como os seus assessores, que prestigiam esta sessão.

Deputada Ana Paula Lima, não precisamos gritar, não precisamos aqui, agressivamente, desconstruir o discurso do deputado José Natal. As denúncias que v.exa. fez aqui estão carregadas de muita seriedade e responsabilidade, porque, no fundo, v.exa. não gostaria de ter feito aquele discurso, denunciando, cobrando e vendo ainda cidadãos da sua terra em abrigos. V.Exa., deputada Ana Paula Lima, gostaria de fazer elogios à solução de todos os problemas.

Há poucos dias, deputado Padre Pedro Baldissera, a população de Ilhota, lá na

Romaria da Terra, estava perguntando para onde foram os milhões de reais doados pela população brasileira! Perguntavam, deputado José Natal, o custo de uma ponte em período de enchente e em período em que não há enchente. Por que uma ponte em período de enchente custa três ou quatro vezes mais? Porque não houve licitação, porque escolheram a empresa para fazer a ponte! É por isso que eles querem desqualificar o seu pronunciamento, deputada Ana Paula Lima! É por isso!

Nunca houve tanto dinheiro do governo federal quanto nessa tragédia! E houve também na região oeste. Lamentavelmente, ela ocorreu, apesar de torcermos para que não ocorresse. Mas as mudanças climáticas estão aí.

Mas o deputado José Natal vem aqui e mira a metralhadora contra o próprio governo do estado, contra o secretário do próprio PSDB, em relação ao concurso da Udesc. O secretário é do partido dele, do PSDB! Ele mira a metralhadora para todos os lados e para todas as direções!

Nós queremos, deputado José Natal, comungar com uma posição sua: nós também temos críticas ao presidente do Irã. Houve corrupção lá e eles têm torturado e perseguido a oposição. Tenho críticas, sim! Mas que moral o PSDB tem, quando nem assina o requerimento para instalação de uma CPI para investigar os torturadores lá do lado da sua casa, deputado José Natal! Lá em São Pedro de Alcântara estão torturando presos algemados! Por que v.exa. comunga, legítima, permite esse tipo de prática?

Olha, deputado José Natal, eu gosto de ficar ao lado do presidente Lula. V.Exa., no ano que vem, vai ter dificuldade de ficar agarrado no ex-presidente Fernando Henrique, porque 49,3% da população brasileira não votam no candidato do ex-presidente FHC, ao passo que 76% aprovam o meu presidente Lula.

Tenho orgulho de estar ao lado do presidente Lula, e terei orgulho de fotografar José Serra ou Aécio Neves, no próximo ano, pois se um ou outro for candidato a presidente, Fernando Henrique deve ir passear, dar palestras no estrangeiro, mas não ir aos comícios, porque a cada aparição que ele fizer, o seu candidato despencará nas pesquisas!

Vai ser assim, deputado José Natal! Nós temos orgulho do nosso país, nós temos orgulho do nosso Brasil, nós temos orgulho da economia e do pré-sal. Ontem, a ministra Dilma Rousseff veio aqui mostrar como este país cresce e como se distribui renda. Deputado, o governo de v.exa. não distribuiu R\$ 1,00 dos lucros com o petróleo (a exceção dos royalties e dos patrocínios) para programas ambientais, para programas voltados à defesa do meio ambiente, para programas educacionais, para ciência e tecnologia. Nós vamos fazer um fundo social, e não esse escândalo eleitoral que vocês estão fazendo aqui no estado para ganhar voto. Nós vamos criar fundo social voltado à soberania deste país.

Nós temos orgulho do nosso presidente e da nossa ministra que esteve ontem em Santa Catarina defendendo a soberania do país e a empresa estatal. Para v.exas. era o capeta defender a empresa pública! V.Exas. privatizaram quase tudo, destruíram este país! Na resistência nós seguramos a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. E por isso que estamos aqui muito à vontade para defender o nosso projeto. Temos problemas, sim; temos contradições, sim; temos muita burocracia ainda neste país, sim; temos muita injustiça social e sofrimento, sim. Mas não será com a

volta do tucanato, dos neoliberais questionando e criticando o presidente Lula dessa forma que vai haver solução!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com muita alegria, ouço em aparte a deputada Ana Paula Lima, que foi alvo, hoje, de muita polêmica nesta tribuna. E quero manifestar a minha solidariedade a v.exa., pela sua dignidade.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Quem não conhece, não sabe o que as pessoas no vale Itajaí estão sofrendo e sofreram no ano passado.

Eu não sei onde estava o deputado José Natal, mas eu estava na minha cidade, na minha região, socorrendo as pessoas durante todo o ano. Então, ele não tem o direito de falar de uma coisa que não conhece! Temos que resolver o problema, deputado José Natal, das pessoas que estão há uma ano morando em abrigos. V.Exa. não gostaria de estar nessa situação! Faço um convite e um desafio a v.exa.: vá visitar, junto comigo, para ver como estão vivendo aquelas pessoas.

Deputado Pedro Uczai, mas vamos falar de coisas grandiosas, da vinda da ministra, no dia de ontem, ocasião em que deu uma aula para o povo catarinense e brasileiro entender o que é o pré-sal, essa riqueza nacional.

E, graças a Deus, o presidente operário está tendo um gesto de grandeza, de soberania, posicionando-se nacional e internacionalmente, deputado Pedro Uczai.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso só agora teve a coragem de reconhecer um filho que na época a Rede Globo e ele esconderam de todo mundo. Que pelo menos tenha agora um gesto de grandeza!

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não, embora esteja terminando o meu tempo. Mas ouço v.exa., com muita alegria.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Pedro Uczai, somos obrigado a fazer um registro, porque achamos que o Parlamento é salutar e há aqui muitas divergências. Assim, podemos trazer aqui algo que somos contra e algo que somos a favor. Mas há uma coisa que não podemos questionar, deputado Pedro Uczai, e é isto que lamentamos: pôr em dúvida a iniciativa que o município de Blumenau teve, no final de semana, que foi um gesto de agradecimento a todos aqueles que ajudaram a cidade e seus habitantes de forma voluntária, seja uma entidade, seja uma pessoa física, não importa quem, deputado Pedro Uczai, não importa o partido, não importa a cor, não importa a raça, não importa nada disso, nem se é governo ou se não é. Desmerecer um agradecimento feito pela população de Blumenau para todos os brasileiros que ajudaram numa hora difícil, é uma coisa que não consigo admitir.

Não podemos agir, nesta Casa, de uma forma política a ponto de desmerecer um gesto tão bonito, que é o gesto do agradecimento do povo blumenauense a todos aqueles que ajudaram, seja pouco ou seja muito. E é isto que nós queremos: agradecer!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Como também é legítimo fazer, além do gesto do agradecimento, o questionamento daquilo que não foi solucionado, dos problemas que perduram depois de um ano.

Deputado Jean Kuhlmann, hoje, pela parte da manhã, o deputado Elizeu Mattos, líder do governo, protelou e enrolou de novo

esta Casa sobre um projeto de lei, de autoria da bancada do PT, que propõe que mais recursos do Fundo Social sejam...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0461/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0121/2009; 0134/2009; 0136/2009; 0319/2009, 0344/2009 e 0345/2009, todos de entidade social apresentando relatório de atividades; e 0338/2009, do TRT/SC.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0212/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, que dispõe sobre a qualidade dos comprovantes emitidos em caixas eletrônicas em bancos no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa e emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, as emendas melhoram o projeto e não alteram o seu conteúdo. É importante esse projeto para toda Santa Catarina e para o Brasil.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, cumprimentando o autor e o relator da matéria, quero dizer que isso é muito importante, até porque, hoje, a maior parte das operações que o cliente faz é através do caixa eletrônico. Difícilmente alguém vai ao banco para pegar comprovantes; pega-se diretamente no caixa eletrônico. Por isso esse material tem que durar. Depois de 15 dias, quando vamos verificar aquele comprovante guardado no bolso, vemos que desapareceu tudo o que estava escrito, que só restou um papel amarelinho.

Por isso o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0280/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que

dispõe sobre a exibição do preço dos produtos por unidade de medida.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0281/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que denomina Darci Lazaretti a rodovia estadual SC-283, trecho Palmitos ao trevo da BR-158 e do trevo da BR-158 a Caibi.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0322/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira, que dispõe sobre a prioridade de tramitação aos processos e procedimentos administrativos em que figure como parte ou interveniente as pessoas que específica.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Nós temos mensagens de veto na pauta da Ordem do Dia. Como necessitam de quórum qualificado, vamos deixá-las para o final, esperando que o quórum melhore, e continuaremos deliberando agora as matérias que não necessitam de quórum qualificado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0438/2009, de origem governamental, que autoriza a concessão do uso oneroso de imóvel no município de Florianópolis (construção de edifício garagem).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu vou-me manifestar, mas a bancada do Partido dos Trabalhadores está liberada para votar.

Nós nos posicionamos contra este projeto no âmbito da comissão de Constituição e Justiça porque é um terreno público que vai

passar para a iniciativa privada, no centro de Florianópolis, para construir um edifício garagem. Olhem o que está sendo feito aqui nesta tarde!

Em toda discussão sobre mobilidade urbana e plano diretor é abordada a questão do transporte coletivo, são lembrados os pedestres e os turistas andando pelas calçadas no centro histórico da cidade.

Ocorre que agora querem trazer mais veículos individuais para o centro da cidade. E o que é mais lamentável nesse projeto é que querem privatizar um terreno público, sendo que quase não existem mais terrenos públicos no centro de Florianópolis.

Portanto, não é possível que, enquanto o governo necessita construir hospitais, escolas, universidades e museus para preservar a memória do estado de Santa Catarina, seja disponibilizado um terreno público para a iniciativa privada construir um edifício garagem. Deixem a iniciativa privada construir prédios, construir garagens, mas não em terreno público, em terreno do povo de Santa Catarina! O fato de ser uma concessão onerosa não muda nada. Além do mais, não existe prazo que defina o tempo de concessão. Poderão ser 100, 200, 300 anos de concessão onerosa.

Então, vejam o que estão querendo que esta Casa aprove: a privatização de um terreno no centro da cidade para a construção de um edifício garagem, de forma onerosa, é verdade, mas sem prazo determinado. Portanto, isso não é concessão, isso é uma dilapidação do patrimônio público. Isso me cheira negócio em ano pré-eleitoral!

Por isso, srs. deputados, voto contra!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, o meu encaminhamento é no sentido de orientar aqueles que estão acompanhando a sessão pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Na verdade, o governo tem alguns terrenos disponíveis em Florianópolis que poderiam ser utilizados para construir garagens. Quem vai construir é a iniciativa privada. Mas daquela construção certamente o governo terá alguma receita que poderá ser utilizada na Educação, na Saúde, com a construção de hospitais, por exemplo. Ou seja, o governo não terá despesa nenhuma e ainda contará com uma receita decorrente dessa concessão.

Por isso, o PSDB vota "sim" ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com os votos contrários dos deputados Padre Pedro Baldissera, Ana Paula Lima, Sargento Amauri Soares e Pedro Uczai.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0049/2009, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal, no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MARCIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS	

Está encerrada a votação.
Votaram 25 srs. deputados.
Temos 25 votos "sim" e nenhum voto "não".
Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Passaremos à deliberação das mensagens de veto, uma vez que já temos quórum qualificado.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, tendo em vista a ausência de vários parlamentares, gostaria de saber se há possibilidade de retirar da pauta os dois vetos que estão na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se houver concordância dos srs. líderes, será possível a retirada.

Consulto os srs. líderes para saber se os três vetos podem ser retirados.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, se não estou enganado, já é a quarta vez que esses vetos são retirados da

pauta. Na semana passada retiramos da pauta dois vetos a projeto do deputado Padre Pedro Baldissera, porque ele não estava. Não há problema algum. Só estou alertando porque já é a quarta sessão que eles entram em pauta e são retirados e podem acabar não sendo deliberados. Não há problema alguma para a base do governo, porque nós vamos manter os vetos. É a nossa posição. Só peço que na próxima sessão nós possamos deliberar acerca deles.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu, como vice-líder da bancada, aceito retirar os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Há concordância dos líderes.

Estão retirados da pauta os vetos que foram relacionados na Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se é possível realizarmos uma sessão extra para deliberar sobre as matérias que foram aprovadas em segundo turno.

(Os líderes aquiescem.)

Está Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h10.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 060ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h10, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Moacir Sopesla - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha o voto contrário à redação final do PL n. 0438/2009.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se ao ensino a distância; pede a retirada do PLC n. 0014/2009, que municipaliza o ensino fundamental.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Agradece ao deputado Pedro Uczai o parecer favorável ao projeto de sua autoria que proíbe qualquer discriminação relacionada ao ensino a distância.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença da professora Joseane e do ex-prefeito de Barra Velha, Walter Zimmermann, do DEM.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discorre sobre a municipalização do ensino fundamental.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Manifesta sua satisfação com a reunião que lançou Roberto Requião como pré-candidato do PMDB à Presidência da República; expressa sua gratidão pelo título de Cidadão Santaterezinhense.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Enfatiza a importância da pré-candidatura de Roberto Requião à Presidência da República.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Afirma que o povo de Curitiba não vê qualidades em Roberto Requião.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ironiza a pré-candidatura de Roberto Requião; critica as SDRs; critica o aumento da violência no estado e as dificuldades na Saúde.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) -

Anuncia a presença do prefeito Lenoir Bigolin, de Quilombo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa as causas do agravamento dos problemas de segurança pública.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Expressa satisfação pelo início das obras de ponte em Navegantes; manifesta sua alegria pela concessão do título de Cidadão Rio-sulense; Discorre sobre sua agenda do final de semana.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta o deputado Peninha pela outorga do título de cidadão de Rio do Sul.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Enfatiza que o trabalho do deputado Peninha é o responsável pelo reconhecimento da população.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Cumprimenta os colegas que receberam títulos de cidadão honorário; protesta contra as mudanças no trânsito da capital.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Agradece à deputada Professora Odete de Jesus por haver realizado em Joinville sessão solene de outorga do título de Cidadão Catarinense a José Alencar.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Ressalta a importância da água na vida humana e do planeta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0049/2009, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA sim

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CARLOS CHIODINI sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JOSÉ NATAL

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA sim

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSEIRA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS

Consulto se todos os srs. deputados exerceram seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim" nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria com emenda em segundo turno.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 1.212/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0280/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0281/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0322/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0438/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, novamente a nossa bancada vai posicionar-se contra a privatização de um espaço público em Florianópolis. Não podemos concordar com isso. Portanto, a bancada do Partido dos Trabalhadores é contra a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria, com os votos contrários dos deputados Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai, Pedro Baldissera e Ana Paula Lima.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0784/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 0785/2009 e 0786/2009, de autoria de deputado Adherbal Deba Cabral; 0787/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0788/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0789/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.807/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.808/2009, 1.809/2009 e 1.810/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1.811/2009, 1.812/2009 e 1.813/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 1.815/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.816/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.817/2009, 1.818/2009 e 1.819/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.820/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.821/2009, 1.822/2009, 1.823/2009, 1.824/2009, 1.825/2009, 1.826/2009, 1.827/2009, 1.828/2009 e 1.829/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.830/2009, 1.831/2009 e 1.832/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 1.833/2009, 1.834/2009 e 1.835/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 1.836/2009, de autoria do deputado Joares

Ponticelli; 1.806/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; e 1.814/2009, de autoria do deputado Darci de Matos.

Moção n. 0240/2009, de autoria do Adherbal Deba Cabral, a ser enviada ao ministro dos Transportes e à ministra-chefe da Casa Civil, solicitando que seja incluído o município de Curitiba nos estudos e no projeto executivo da extensão da ferrovia leste/oeste, ligando Itajaí a Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0241/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao presidente do BNDES, solicitando apoio para a agilização do processo de liberação do financiamento de R\$ 25 milhões para a empresa Busscar Ônibus S.A.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0242/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao ministro da Fazenda e ao secretário da Receita Federal, apelando pela restituição do crédito prêmio de IPI à Empresa Busscar Ônibus S.A., conforme decisão judicial transitada em julgado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0158/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre processos administrativos por acúmulo de cargo público pelos funcionários públicos vinculados àquela secretaria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0159/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes a ser enviado ao diretor-geral do Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, de Joinville, pedindo esclarecimentos sobre os repasses do governo federal e estadual, quais funcionários recebem adicional de insalubridade, quantas cirurgias foram realizadas e quais são as empresas vencedoras das licitações.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito em primeiro lugar o sr.

deputado Pedro Uczai, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, assomo à tribuna para falar sobre educação e o deputado Professor Grandó esteve conosco na comissão de Educação, num grande seminário que discutiu a educação a distância.

Na semana passada, fizemos um grande seminário para discutir a violência e as drogas nas escolas. Na próxima semana, além do congresso dos prefeitos, que vão discutir a municipalização da educação, teremos uma audiência pública sob a presidência do deputado Marcos Vieira, na comissão de Finanças e Tributação, para discutir a municipalização da educação em Santa Catarina.

Em relação à discussão do projeto de educação a distância, construímos um manifesto no seminário de ontem expressando os preconceitos que ainda existem com relação a esse tipo de educação. Ouvimos os representantes do MEC sobre a política do governo do presidente Lula a respeito da educação a distância; os questionamentos das diferentes entidades com o Conselho Estadual de Educação, na pessoa do seu presidente, Adélcio Machado, a quem queremos agradecer por sua presença durante todo o dia; a manifestação das instituições comunitárias do Sistema Acafe, através do secretário executivo Darci Laske, colocando a importância da educação a distância, mas reafirmando a importância de preservar a qualidade desse tipo de educação; e a manifestação do Sistema Ampesc, das associações das entidades particulares de ensino superior em Santa Catarina, através do professor Everardo.

Então, nós vamos tornar público esse manifesto e vamos continuar com essa luta. Apresentei parecer favorável ao projeto do deputado Professor Grandó, que propõe o fim da discriminação aos diplomas dos formandos oriundos dos cursos a distância oferecidos no estado de Santa Catarina.

Portanto, a Assembleia Legislativa, através da comissão de Educação, Cultura e Desporto, cumpre o seu papel democrático, plural, de trazer a esta Casa esse tema, essa pauta, essa agenda política. Conseqüentemente, temos que admitir os problemas da educação a distância e em deles são as instituições que não levam a sério esse tipo de educação. Mas isso não pode significar o eixo central da defesa do direito à educação, pois essa é uma modalidade que garante mais acesso ao ensino de jovens e adultos.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Professor Grandó, concedo um aparte a v.exa. e em seguida passarei para outro tema.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Quero parabenizar v.exa. como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Surpreendeu-me o relatório do secretário do Ensino a Distância do MEC, que informou que, em dois anos, o número de estudantes que utilizam o ensino a distância passou de cinco mil para um milhão! Isso é algo fantástico e só poderia ocorrer neste país! Isso significa inclusão social e cidadania!

Estamos vivendo agora a Semana do Ensino a Distância e o nosso projeto já tem parecer favorável de v.exa., que também combate a discriminação e o preconceito a formandos e diplomados oriundos dessa modalidade de educação. Esse projeto se encontra na comissão para ser relatado por nossa grande deputada Professora Odete de Jesus. Acho que amanhã a comissão irá reunir-

se e s.exa. poderá apresentar seu parecer, a fim de que possamos dar um presente aos mais de 35 mil estudantes, desse um milhão, que utilizam o ensino a distância em Santa Catarina.

Portanto, faço um apelo à deputada Professora Odete de Jesus, para que amanhã, na reunião da comissão de Finanças e Tributação, dê um parecer favorável, a fim de darmos um presente a todos os alunos do ensino a distância trazendo o projeto a plenário para deliberação.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Incorporo-o ao meu pronunciamento e com certeza a deputada Professora Odete de Jesus terá a sensibilidade de, na Semana do Ensino a Distância, apresentar esses 35 mil estudantes de Santa Catarina.

Em segundo lugar, quero dizer que na próxima semana haverá um grande debate aqui sobre a municipalização da educação. Se por um lado este deputado tem a disposição de votar no aperfeiçoamento do projeto de lei que municipaliza a educação, por outro lado acha que deve haver colaboração para definirmos claramente qual é a responsabilidade do governo do estado.

Não havia pensado em tornar pública a minha posição de contrariedade em relação à municipalização do ensino fundamental, mas conversei com mais de 100 prefeitos neste estado e o questionamento é quase unânime dos vereadores, dos secretários municipais de Educação e das associações de municípios do estado de Santa Catarina.

Em terceiro lugar, ao invés de discutir e aceitar a municipalização do ensino fundamental, os municípios têm que entender que a partir do próximo ano será obrigatório oferecer educação infantil de zero a seis anos em todo o Brasil. Essa vai ser uma decisão democrática da conferência nacional e, conseqüentemente, cada município de Santa Catarina terá de atender as crianças em creches.

Quando vejo cinco, seis mil crianças em Chapecó fora das creches, quando vejo o prefeito de Chapecó dizendo que custa muito caro manter as crianças nas creches em tempo integral (inclusive, ele está diminuindo a carga horária das crianças nas creches daquela cidade), como se pode discutir municipalização do ensino fundamental?! Deputado Antônio Aguiar, tenho certeza de que centenas de crianças em Canoinhas não estão nas creches. E não é porque o prefeito não quer, é porque ele não possui condições financeiras para atender a todas as crianças neste momento, em função dos recursos de que dispõe.

Portanto, o governo do estado e o governo federal, nesse regime de colaboração, é que universalizarão o direito à educação infantil, que é um direito de todas as crianças deste país; não serão os municípios que irão atender e universalizar esse direito. Assim sendo, não é necessário colocar em discussão na Assembleia o PLC n. 0014/2009; ele tem que ser devolvido ao estado, tem que ser arquivado e extinto desta Casa, para não criar tanta insegurança aos professores.

Hoje, recebi os professores de uma escola de Palhoça. Ao invés de o deputado José Natal fazer tanto discurso agressivo contra o presidente Lula, deveria visitar a escola estadual de Palhoça para ouvir os professores, para ouvir os estudantes que não querem, que não desejam a municipalização. O referido deputado deveria visitar a escola de Biguaçu que foi fechada pelos índios porque não há merendeira.

Há poucos dias recebi mais uma visita de uma escola de Fraiburgo, da rede estadual, que está com um problema sério.

Eles querem que a comissão de Educação, Cultura e Esporte visite a escola. Imaginem: se nós construirmos o processo de municipalização da educação fundamental, não só os prefeitos, não só os secretários municipais da Educação, mas os professores todos virão procurar-nos! Em todas as audiências que fizemos nenhum professor da rede estadual levantou a mão apoiando a municipalização. Nenhum professor da rede municipal concorda com a municipalização do ensino fundamental da rede estadual. Há salários distintos, filosofias distintas, gestões distintas, planos de carreira distintos e padrões distintos.

Conseqüentemente, é preciso universalizar a educação, nacionalizar a educação, ampliar o financiamento do governo federal, do governo estadual e, em regime de colaboração com os municípios, universalizar a educação infantil municipal. Mas a educação fundamental poderá ser do município e do governo do estado, com o apoio do governo federal. É assim que iremos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar aqui, com satisfação, a presença da professora Joseane, do Democratas de Caçador, que nos está visitando, como também do grande ex-prefeito de Barra Velha, o amigo Walter Zimmermann, do Democratas, que dirigiu aquela cidade por oito anos com uma gestão impecável, corajosa, ousada, transformando-a de tal maneira que hoje aquele balneário é um dos grandes balneários da região norte, do vale do Itapocu, do nosso estado.

Seja bem-vindo, grande ex-prefeito Walter Zimmermann!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o seu registro, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz a esta tribuna refere-se à educação.

Ouvi a manifestação do deputado Pedro Uczai e quero dizer que tive a oportunidade de ser prefeito da cidade de São Bento do Sul, deputada Professora Odete de Jesus, onde priorizei a educação como uma área não só importante, mas indispensável para o desenvolvimento e crescimento do município.

Entendo que não se pode pensar a educação como uma fração, mas como um todo dentro de uma comunidade, de um estado, de uma nação, porque é através da educação que conseguimos dar oportunidade de trabalho, de renda, de conhecimento, de cultura às pessoas - ao jovem, à criança e ao adulto -, para que tenham condições de ter uma vida melhor. Enfim, para que elas possam também ter condições de dar sua contribuição, sua colaboração à sociedade local, estadual ou nacional.

Por isso, srs. deputados e sras. deputadas, ouvindo o debate, nesta Casa, sobre a municipalização do ensino fundamental, entendo que a municipalização se tornará necessária com o tempo. Porque é nos municípios, deputado Reno Caramori, v.exa. que já foi prefeito, que se pode ter uma saúde e uma educação melhores. Há eficiência em todos os investimentos feitos pelo município, eles são de mais qualidade, o resultado é

melhor. Isso vale para a habitação, para o transporte coletivo, para a mobilidade urbana etc.

Deputado Professor Grando, v.exa., que foi prefeito - o nosso economista e médico, deputado Serafim Venzon, poderá ter a oportunidade também de ser prefeito -, sabe que é no município que são colocadas as necessidades e as prioridades por parte do poder público, em função da aproximação, acima de tudo, com a população. É lá que o cidadão procura o prefeito, a secretária, o secretário, o vereador, as lideranças para a solução dos seus problemas em qualquer área. Por isso entendo que a municipalização da educação vai ser inevitável, até para o seu próprio bem.

Nós aprovamos nesta Casa, há poucos dias, deputado Reno Caramori, um projeto que praticamente consolidou a educação infantil. Na prática, a grande maioria dos municípios já havia efetivado a municipalização da educação infantil, o que faltava era uma regulamentação. Por conta disso, fiz uma emenda a um projeto de lei retroagindo-a a janeiro deste ano.

O ensino fundamental está em debate e nos próximos dias teremos um encontro com os prefeitos e com os secretários, para que possamos ouvi-los. Eu entendo e volto a repetir que a solução dos problemas se encontra nos municípios, por isso defendo também a municipalização, mas não apenas a transferência da educação com toda a responsabilidade financeira para os municípios.

O projeto de lei que ora está nesta Casa não contempla alguns aspectos que defendemos como municipalistas. Por outro lado, há também o entendimento por parte do governo de que esse projeto terá que ser aperfeiçoado, porque como está não há viabilidade de ser aprovado. Entre outras coisas, está contido nele um assunto que merece toda a nossa atenção, que diz respeito, principalmente, ao primeiro ano em que serão transferidas do estado para os municípios as unidades escolares. Até podem ser optativas por parte dos municípios as séries ou a unidade escolar como um todo, mas é preciso levar em consideração que no primeiro ano quem receberá os recursos da união, os recursos federais, será o estado, por conta das matrículas que foram realizadas no ano anterior pelo próprio estado. Já a partir do segundo ano, desde que se faça o registro das matrículas junto à união, os municípios é que receberão os tais recursos.

Então, no primeiro ano da municipalização o estado terá que repassar o valor correspondente ao número de alunos daqueles municípios que, evidentemente, aderirem à municipalização. Além disso, é bom lembrar que muitas unidades escolares terão necessidade de fazer reformas, ampliações, adequações, para que possam assumir o ensino fundamental com condições de qualidade e de responsabilidade.

Eu acredito, sras. deputadas e srs. deputados, que vamos ter a oportunidade de debater esse assunto com aqueles que são os maiores interessados e que também irão assumir a responsabilidade da educação que hoje está sendo executada pelo estado. E na medida em que os municípios assumirem, terão a responsabilidade de administrar tanto o aspecto financeiro, o aspecto físico, bem como, e é o principal, o planejamento pedagógico do ensino fundamental, priorizando a qualidade. Volto a frisar: se o município assumir essa responsabilidade é porque tem condições financeiras de dar mais qualidade à educação.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados e sras. deputadas, hoje eu quero dirigir-me à comunidade catarinense falando sobre a reunião feita em Curitiba, no sábado de manhã, que tratou do pré-lançamento da candidatura de Roberto Requião à Presidência da República.

Roberto Requião é, sem dúvida, o candidato do sul, ou seja, o candidato que representa o sul do país. Ele reúne, sim, as condições para ser presidente da República. Ele foi três vezes governador do estado do Paraná e nas três oportunidades realizou grandes administrações, governando com seriedade, honestidade e transparência.

Na referida reunião estavam presentes pessoas de ilibada consciência pública, como Pedro Simon, senador do Rio Grande do Sul; Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina; Orestes Quêrcia, ex-governador de São Paulo; além de representantes de 15 estados brasileiros, os quais apoiaram a pré-candidatura de Roberto Requião, o candidato do sul.

A imprensa fala em teatro! Então, Dilma Rousseff está nesse teatro, como também José Serra e Roberto Requião! Temos certeza de que todos têm o direito de aspirar a candidatura a presidente do Brasil! E nós, do sul, também temos esse direito!

Na reunião elaboramos a proposta da pré-candidatura de Roberto Requião à Presidência da República, com a participação de lideranças importantes que vieram de Minas Gerais, de São Paulo, do Piauí, de Sergipe, da Bahia, enfim, dos estados mais longínquos do país. Temos certeza de que essa pré-candidatura veio para ficar e no dia 20 de dezembro, na convenção nacional do PMDB, será homologada pelos convencionais peemedebistas.

Quero também reportar-me aos catarinenses, especialmente àqueles do município pujante e alegre de Santa Terezinha, que está localizado entre o alto vale do Itajaí e o planalto norte, pois lá tive a honra de receber, ontem, o título de Cidadão Santaterezinhense.

Aquele município tem como presidente da Câmara Municipal o vereador Leopoldo Blonkowski, sendo que os vereadores que lá estiveram, em torno de nove, pronunciaram-se em nossa homenagem, o que fez com que a sessão solene ficasse mais enriquecida. A sessão foi também enriquecida pela presença do prefeito e do vice-prefeito e a partir de agora vamos portar-nos como um verdadeiro cidadão de Santa Terezinha, que é um município próspero, que está em pleno desenvolvimento e que vai, nos próximos anos, crescer ainda mais.

O deputado Rogério Peninha Mendonça, candidato a deputado federal, também foi lembrado, assim como o deputado federal João Matos. Temos a certeza de que v.exa., que tem ajudado bastante Santa Terezinha, também será lembrado por todos os municípios na próxima eleição.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Antônio Aguiar, líder da minha bancada, foi com grande satisfação que ouvi o seu pronunciamento sobre o encontro em Curitiba das lideranças do nosso partido. E não poderia deixar, como peemedebista que sou, de dizer que fiquei bastante satisfeita com a decisão da bancada catarinense em apoiar o trigovernador Roberto

Requião à Presidência da República, porque é inaceitável que um partido como o nosso, o maior partido deste país, o partido que foi o mais sacrificado no decorrer de toda a ditadura, um partido de grandes figuras e de muita responsabilidade para tornar este país democrático, não lance o seu candidato ao cargo máximo da nação. Tenho certeza de que se lançarmos realmente o trigovernador Roberto Requião, o peemedebista estará nas ruas como nos áureos tempos, lutando para conquistar a Presidência da República.

Parabéns pelo seu discurso! Parabéns ao PMDB! Parabéns ao nosso presidente Eduardo Pinho Moreira, que também esteve lá e que talvez seja o nosso candidato a governador.

É assim, unidos, com força e com garra, que chegaremos ao poder federal.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Temos a certeza de que a candidatura de Roberto Requião vai ao encontro do trabalhador, do setor produtivo, vai contra a especulação monetária, em que só os banqueiros ganham. Temos certeza de que o presidente Lula deveria mudar o viés do seu governo para esse viés colocado por Roberto Requião, de valorizar o setor produtivo, fazendo com que os trabalhadores realmente sejam os grandes beneficiados.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Com todo o respeito que tenho por v.exa., por quem nutro grande admiração, gostaria de dizer que sou paranaense, nascido em Curitiba, onde vivi 30 anos e onde tenho irmãos e família.

Vou fazer uma leitura de 30 segundos sobre o que pensa o pessoal de Curitiba sobre o seu candidato.

(Passa a ler.)

"O sr. Roberto Requião é um político sublime, um homem ético, uma liderança nacional e deve ser lançado candidato à Presidência da República pelo PMDB. Agora, a realidade: Requião é um governador medíocre, sem obras, com um governo recheado de denúncias de corrupção e preocupado apenas em atender aos interesses da família. Entre o sonho e a realidade do requianismo, portanto, abre-se um precipício."

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É isso que o PSDB quer. O PSDB quer tirar os votos do PMDB. Essa é uma agressão que v.exa. faz ao povo do Paraná. Temos a certeza de que o ex-governador Roberto Requião não é isso que v.exa. disse ao microfone da Assembleia Legislativa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputada Professora Odete de Jesus, parece-me que esse negócio do Roberto Requião é para aumentar o valor do negócio. Até aqui, aquela turma séria do José Sarney, do Renan Calheiros, do Jader Barbalho, a turma dos "estadistas" que só pensam no bem do Brasil, já haviam entregue o CNPJ para Dilma Rousseff. E agora a turma que não tinha levado nada, parece-me, está reagindo e pensando: esperem aí, se for para fazermos um negócio, então que façamos um grande negócio.

Mas o meu medo, deputada, é que isso encareça demais para o presidente Lula, para o PT e para o Brasil. Essa é a minha preocupação. Esse é apenas um comentário zinho para fazermos uma reflexão. Mas vamos cuidar das coisas da nossa paróquia.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Joares Ponticelli, com a sua permissão,

gostaria de anunciar que estamos com a presença do nosso amigo Lenoir Bigolin, prefeito do PP do município de Quilombo. Ele vem frequentemente a Florianópolis em busca de recursos, porque as SDRs só encaminham, mas não dão solução. Então, ele tem que se deslocar do oeste e vir até Florianópolis para mobilizar as secretarias, no sentido de fazer com que aquele município também seja atendido pelo menos com o mínimo possível.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Também quero saudar mais uma vez o nosso companheiro, prefeito Lenoir Bigolin, e dizer a s.exa. que esse privilégio de a secretaria de Desenvolvimento Regional aprovar tudo e não pagar nada não é apenas de Quilombo, não! Isso está acontecendo por toda Santa Catarina. Nos conselhos aprova-se tudo, desde creche, escola, conjunto habitacional no céu, enfim. Mandam para as SDRs e os conselhos aprovam tudo, até desencravamento de unha. Mas para acontecer a obra é um parto, é uma dificuldade. O que tem de ata dos Conselhos de Desenvolvimento Regional é um absurdo! E se reciclarmos somente esses papéis das atas que foram aprovadas sem consequência, vai dar para ajudar muitas entidades a manterem durante anos as suas obras sociais.

O *Diário Catarinense* de ontem trouxe uma notícia, uma grande matéria, deputado Nilson Gonçalves, com a seguinte manchete: "Combate à violência - Plano, eles têm. Ações, nem tanto". Ou seja, é o que estou dizendo. É um governo de muitos planos, de muitos sonhos, de muitas promessas, de muita obra aprovada no Conselho de Desenvolvimento Regional, mas de pouca ação.

Se o deputado Antônio Carlos Vieirão estivesse aqui repetiria o seu *slogan* de campanha o tempo todo: "Menos papo e mais ação". E é o que falta ao governo. O *Diário Catarinense* sintetizou isso ontem.

(Passa a ler.)

"Propostas para diminuir criminalidade em SC demoram a sair do papel. Anunciado no dia 2 de setembro como uma arma para reduzir a criminalidade em Santa Catarina, o Plano de Segurança Pública para o estado apresenta resultados tímidos até agora. Houve aumento do número de assassinatos em seis das 12 cidades escolhidas como alvo da mobilização policial."

Deputado Sílvio Dreveck, isso seria cômico se não fosse trágico. Desde que começaram as ações para combater a violência o número de assassinatos aumentou.

Em Itajaí, antes de anunciarem as medidas, deputado Nilson Gonçalves, houve seis assassinatos anunciados. Agora esse número saltou para 12. Dobrou o número de assassinatos! Inclusive, o jornalista Roberto Salum noticia isso diariamente e com certeza repercutiu esses números também no seu programa.

Em Biguaçu, tivemos no quadrimestre anterior dois assassinatos. Depois de implementadas as medidas, tivemos três. Em São José, antes das medidas, tivemos sete homicídios. Depois das medidas, deputado José Natal, tivemos nove. Em Balneário Camboriú, antes das medidas, tivemos dois assassinatos. Depois das medidas, três. E aconteceu com todos aqueles holofotes, deputado Sargento Amauri Soares, que o secretário mandou preparar. Em Gaspar, antes de implementar as medidas, tivemos zero no bimestre anterior. E após implementadas as medidas, tivemos um. Em Florianópolis, antes das medidas, tivemos dez assassinatos. Depois das medidas, 13. Em Joinville eram 14 e permaneceram 14. Em Caçador eram quatro e permaneceu esse número.

O número de assassinatos diminuiu apenas em Palhoça, Rio Negrinho, Navegantes e

Camboriú. Ou seja, de 12 cidades escolhidas, exatamente na metade, deputada Professora Odete de Jesus, aumentou o número de homicídios depois das medidas adotadas. Em duas os números se mantiveram e apenas em quatro os números tiveram redução. É a falência total.

Eu procuro abordar outros temas, tenho feito um esforço para isso porque temos muitas matérias na fila esperando ser abordadas. Até fiz uma agenda de 14 municípios, em regiões diferentes, de quinta-feira até agora, e é queixa generalizada. Mas não há como não abordar a questão do crescimento da violência todos os dias nesta Casa, porque agora é o interior que começa a reclamar. A cada dia estou mais convencido de que a única descentralização que este governo conseguiu de verdade foi a da violência, que já não é mais um problema dos grandes centros. Enquanto isso, o secretário continua firmemente na campanha.

Estive na serra no final de semana, fui a Lages no sábado, e quando passei em Bom Jardim da Serra vi que o QG de campanha do secretário da Segurança estava movimentado. Portanto, muita ação na serra, mas não era ação policial, era de campanha. Até porque estava acontecendo o encontro dos despachantes em Lages e certamente ele estava lá fazendo aquelas conversas de pé de ouvido, que não podem ser divulgadas.

Já existe muita notícia de estruturação de campanha. E vamos ter que levantar essas coisas com despachantes, com autoescolas. Existem notícias por aí que, se forem verdadeiras, vamos ter que chamar a Polícia Federal rápido para ajudar a cuidar. E a violência cresce sem limites, para a desgraça da família catarinense.

Paralelamente a isso, gostaria de dizer que tenho pelo secretário Dado Chermem um profundo respeito, mas as notícias da Saúde também são desalentadoras, pois o que tenho ouvido é que durante a greve o atendimento estava melhor do que agora. Os corredores, as emergências, as filas são intermináveis.

Não sei para onde caminha o estado. Neste momento, o que me parece, deputado Dagomar Carneiro, é que não há mais comando. Existe, sim, muita confusão interna. De um lado o pessoal do Leonel Pavan esperando que Luiz Henrique cumpra o prometido, ou seja, renunciar para deixar Pavan ser governador de verdade; do outro lado, o governador Luiz Henrique dizendo que vai apenas tirar férias, tirar licença, porque aí pode deixar a faca no pescoço do Pavan, eis que ele não vai ser governador de direito, será apenas de fato. Sendo assim, Luiz Henrique poderá voltar a qualquer momento. Com certeza esse será o recado que ele deverá dizer no ouvido do Pavan, no dia em que sair de férias. E aí vira essa torre de Babel, onde ninguém manda, onde ninguém decide.

Digo isso com muita tristeza, deputado Dagomar Carneiro, honestamente. Infelizmente, estamos vendo que as coisas caminham para um final de mandato melancólico. É um salve-se quem puder. É a hora da xepa na feira. Está todo mundo cuidando do seu, mas dos interesses da coletividade poucos estão cuidando, deputado Silvío Dreveck. É o que vimos caminhando estado afora por toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Aleisc Digital e os que estão presentes nesta sessão.

Deputado Joares Ponticelli, gostei muito dessa matéria publicada no *Diário Catarinense* de ontem, que, aliás, está de parabéns por publicar a verdade, por mostrar a realidade tal qual ela é.

Tenho falado desta tribuna que se tem feito muitos factoides na Segurança Pública no estado de Santa Catarina. E já disse aqui que quando as capas de jornais começam a aparecer com colunas de fileiras de viaturas que serão entregues aqui e acolá, em manchetes espetaculares, é preciso prestar atenção, porque o barco está afundando. O sintoma de que a Segurança Pública está ruindo e que tende a piorar é quando começam a criar factoides para tentar justificar e convencer a população de que tudo está certo. Podem fazer quantos programas quiserem, inclusive podem gastar muito dinheiro com esses programas, mas a Segurança Pública continuará piorando porque o que faz segurança não é manchete de jornal, não é notícia disseminada pelo governo, não são os atos cheios de pompas e circunstâncias, às vezes até com aplausos e por vezes com vaia também. O que faz segurança não é um conjunto de autoridades fazendo discurso a respeito de segurança pública, com todo respeito às autoridades, todas elas.

Quem trabalha na Segurança Pública, quem a constrói no cotidiano de cada sociedade, meu caro Salum? E você sabe, como policial civil que é. É o ser humano que faz segurança pública ou o soldado da Polícia Militar, porque a maioria é do efetivo da Segurança Pública. O cabo, o sargento, o subtenente e também os oficiais, são os que estão efetivamente trabalhando no serviço operacional. O agente de polícia, o comissário, o escrivão, aqueles que estão lá na ponta atendendo à população, é que fazem segurança pública.

Tenho falado, deste microfone, desde maio de 2007, que a Segurança Pública iria piorar, mas o governo anunciava que estava melhorando. Nesse mês de maio, e daí para frente, começou a piorar, pois foi quando a maioria dos servidores da Segurança Pública, infelizmente, teve que deixar de confiar nos governantes porque os acordos foram rompidos; porque a perspectiva foi frustrada; porque os discursos de 2003, de 2004, de 2005 e de 2006 foram esquecidos, foram negados! Segurança Pública se faz com *feeling*, com tino policial.

Não adianta dar ordem que tem que abordar 50 carros por dia e fazer uma ficha dizendo qual a placa, qual o nome do proprietário, qual o número do telefone, para, eventualmente, alguém poder ligar e conferir por amostragem se efetivamente o soldado fez aquela quantidade de abordagens. Quando pedem para fazer isso é porque já não confiam nele! Por isso é que tem que fazer essa ficha!

Segurança Pública se faz com *feeling* policial. Que passem mil ou dois mil carros, mas se a antena do ser humano que faz segurança pública estiver acionada, o milésimo primeiro suspeito ele vai abordar. E a tendência é acertar na maioria das vezes, mas é preciso que haja essa motivação, é preciso que haja essa confiança, é preciso que haja a perspectiva de carreira, otimismo, perspectiva de acreditar na autoridade que comanda e que governa. Tirando isso é a desesperança, é um caos, é obedecer a ordens cegamente, é preencher o formulário de veículos abordados por dia, que é a tarefa que foi definida como padrão. E aborda os 50 carros e deixa o 51º, que era o que seria necessário abordar, passar.

Essa é a concepção de segurança pública que foi instalada, infelizmente - e digo infelizmente porque é infelizmente mesmo. Enquanto não houver uma reviravolta na consciência da autoridade governante essa situação vai continuar piorando!

Eu torço, apelo e até imploro para que o governador do mês de janeiro, deputado Silvío Dreveck, olhe para aqueles que fazem segurança pública e diga: "Ei, você, soldado, sargento, cabo, agente da Polícia Civil, agente prisional, venha aqui que vamos conversar! Vocês têm entidade representativa?" Esse simples gesto pode começar a reverter essa situação, como aquele outro gesto do dia 15 de maio de 2007 reverteu para baixo. Será que é difícil fazer isso?

Eu volto a apelar para o governador no mês de janeiro: nós precisamos conversar!

Por que vai piorar, deputado Silvío Dreveck? Porque a maioria dos servidores da Segurança Pública, especificamente o maior subgrupo, que é formado pelos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, estão sendo golpeados, violentamente, desde o começo deste ano, porque foram reivindicar aquele compromisso assumido de pagar a Lei n. 254.

A discriminação, nesse segundo mandato do governador Luiz Henrique, aumentou com relação ao que era antes do primeiro mandato. A perspectiva do mandato de 2003 a 2006 foi revertida, foi negada.

O Projeto de Lei Complementar n. 27, que deu origem à atual Lei Complementar n. 454 - e não é Lei n. 254, é Lei n. 454, olhem a ironia cruel, mas ironia... A Lei n. 454 concedeu para o soldado, que é o maior subgrupo dentre os praças, inclusive, mesmo com 20 anos de serviço, deputado Silvío Dreveck, R\$ 76,00 de incremento salarial. Política salarial do segundo mandato do governador Luiz Henrique para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros: R\$ 76,00 para os soldados. "Ah, mas tem o abono"! Que o delegado também recebeu, que o coronel também recebeu, que, aliás, todos receberam. E teve R\$ 100,00 até agora e os outros serão ainda em agosto.

Está tramitando na Assembléia projeto que eleva o teto salarial no estado, e amanhã vai ser discutido aqui um abono de R\$ 2 mil só para os delegados. Vamos apresentar emendas, já prevemos o resultado no plenário e nas comissões, mas também já sabemos o resultado lá na Segurança Pública junto à sociedade: mais desestímulo, mais balde de água gelada no empenho, na vontade, no ânimo e na alma do trabalhador da Segurança Pública de Santa Catarina. Aí não entendem por que está piorando! E olha que temos dito isso já há quase dois anos e meio!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, sra. deputada Professora Odete de Jesus, srs. deputados, vou usar este espaço para falar de alguns assuntos de interesse da região e também de todo estado de Santa Catarina.

Primeiramente, eu gostaria de fazer um convite aos srs. deputados, às sras. deputadas e a todos aqueles que nos assistem pela TVAL para comparecerem, às 19h, na Fundação Badesc, ao lado do Teatro Álvaro de Carvalho, no lançamento de um livro do escritor Sérgio da Costa Ramos, com ilustrações do meu irmão Dante Mendonça, jornalista e chargista que mora na cidade de Curitiba.

Mas quero falar também sobre uma ação muito importante do governo do estado, da qual tive o privilégio de participar, de assistir e de ouvir. No último domingo, ao meio-dia, o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, esteve no município de Ilhota, deputado Dagomar Carneiro, onde foi assinada a ordem de serviço para a construção de uma ponte que era reivindicada há mais de 50 anos.

Muitos governantes que passaram pelo estado, prefeitos, deputados, lá foram, prometeram e nunca fizeram. É uma obra de cerca de R\$ 35 milhões, sendo que aproximadamente a metade dela será feita com recursos do governo do estado e a outra metade com recursos do governo federal, oriundos de emendas de toda a bancada federal no Congresso Nacional, tanto de senadores como de todos os deputados federais de Santa Catarina. É verdade que o com esforço principal e maior do deputado federal João Matos, que mora em Navegantes e tem uma ligação muito forte com a foz do rio Itajaí e com o município de Ilhota.

Finalmente, aquela cabeça de burro, como disse o governador Luiz Henrique, está desenterrada. A obra não é mais um sonho, mas uma realidade. As máquinas, provavelmente neste momento, já estão roncando, trabalhando. Foi iniciada uma obra tão importante, esse elo do município de Ilhota, uma parte numa margem do rio, outra parte na outra margem, e as duas divididas pelo rio Itajaí-Açu.

É um município que sofreu com as enchentes, mas que, graças ao brio, à garra da sua gente, ao trabalho do prefeito Ademar, de toda a sua equipe administrativa e dos vereadores, está conseguindo dar a volta por cima. E agora, com essa ponte, o município de Ilhota vai, sim, viver novos tempos, com toda a certeza.

Queria também, neste espaço, presidente Dagomar Carneiro, fazer referência a uma sessão solene da qual participei ontem, no município de Rio do Sul. Eu tive o privilégio de ser agraciado com o título de Cidadão Rio-sulense, por iniciativa primeira do vereador Diógenes Della Giustina, mas aprovada pela unanimidade dos dez vereadores do município de Rio do Sul.

Eu digo sempre que muitas vezes nascer numa cidade é até uma coincidência, mas quando o povo daquela cidade, através dos seus representantes legais, escolhe-nos, deputado José Natal, para que sejamos um deles, concedendo-nos o título de cidadão honorário, como aconteceu comigo, ontem, em Rio do Sul, é um orgulho muito grande.

Eu costumo dizer também, deputado Joares Ponticelli, até usando aquela frase do escritor francês Antoine Sant-Exupéry, que tu serás eternamente responsável por aquilo que cativas. E, com certeza, de alguma forma eu cativei, mas muito mais fui cativado pelo povo de Rio do Sul, e tenho esse privilégio de ser também um deles, da capital do alto vale do Itajaí, região de onde é oriundo o deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Eu permito, antes de dar sequência à minha fala, um aparte ao deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Peninha, eu quero cumprimentá-lo. Eu estava em Rio do Sul, ontem, mas não estava devidamente paramentado para participar da sessão solene. Mas estava lá o vereador que apresentou o projeto de lei concedendo o título de Cidadão Rio-sulense a v.exa. e tive oportunidade cumprimentá-lo.

Quero cumprimentar v.exa. porque conheço o seu trabalho. Eu fiz um roteiro extenso no alto vale também, em dois dias, e percebi o respeito que v.exa. tem, por ser um deputado extremamente trabalhador, dedicado a todo o estado, mas especialmente àquela região e a cidades como Rio do Sul, que o adotou.

Eu o cumprimento. Foi muito merecido o título que v.exa. recebeu. Às vezes votamos a concessão de título de Cidadão Catarinense, deputado José Natal, e não nos damos conta do quanto isso faz bem para as pessoas. Recentemente, há duas semanas, o deputado

Silvio Dreveck recebeu o título de cidadão honorário de São Bento do Sul, cidade que ele dirigiu por oito anos consecutivos e onde teve os melhores índices de aprovação. Mas como não pôde escolher São Bento do Sul para nascer, escolheu para viver, para construir a sua carreira profissional e política e exerceu um grande mandato. E assim aconteceu com v.exa., que recebeu mais esse título.

Eu também já tive a oportunidade de receber o título de cidadão honorário de sete municípios: Tubarão, Gravatal, Armazém, São Martinho, Imbituba, Florianópolis e Braço do Norte. E é realmente um momento de muita alegria e por isso sei que o coração de v.exa. deve estar feliz, como esteve há poucos dias o coração do deputado Silvio Dreveck.

Parabéns, portanto, a v.exa. e aos que têm das suas comunidades esse reconhecimento pelo trabalho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli. Com certeza é uma alegria muito grande quando recebemos um título desses.

Eu também recebi o título de cidadão honorário do município de Ituporanga, onde tive o privilégio de ser prefeito, da mesma forma como o deputado Silvio Dreveck, e também foi um orgulho muito grande. Após ser prefeito, os vereadores se reuniram e disseram: "Nós queremos que tu também sejas um dos nossos, de fato, efetivamente, através de um título dado pela população". Realmente é uma honra e um orgulho muito grandes.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo um aparte ao deputado José Natal, que foi vereador e, com certeza, já deu também alguns títulos de cidadão no seu município, São José.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Peninha, recebi o convite para prestigiar-lo em Rio do Sul e não compareci porque tinha compromisso já assumido no vale do rio Tijucas. Mas posso assegurar-lhe que, independentemente paixão política - porque esse não é muito o meu forte -, com certeza absoluta o título - e foi mais um recebido por v.exa. - reflete aquilo que eu, na primeira legislatura, tinha ouvido falar de v.exa. em muitas regiões do estado de Santa Catarina. E ouvi isso no município de Três Barras, na última sexta-feira à noite, quando lá eu me encontrava.

Quero dizer que isso realmente cada vez mais fortalece a nossa missão de homens públicos. Se v.exa. recebeu o título foi porque aquela cidade que lhe concedeu sabe que v.exa. é uma pessoa importante. Por isso lhe concedeu tal honraria.

Da mesma forma, fico honrado de estar aqui nesta Casa há menos de três anos e também já ter recebido o título de Cidadão Rio-oestense e de Cidadão Josefense.

E volto a dizer que v.exa., em Brasília, deputado Peninha, fará a diferença entre aqueles que lá estão e que não têm compromisso com o estado, na maioria das vezes. E se v.exa. continuar nessa sua trajetória de dedicação ao seu estado em Brasília, nós continuaremos sendo felizes com a representação catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado, deputado José Natal. E que Deus ouça as suas palavras, que realmente isso aconteça e que em 2011 eu esteja lá em Brasília representando muitos catarinenses, inclusive v.exa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Muito obrigado, deputado Peninha.

Está Presidência gostaria de parabenizar v.exa. por haver recebido o título de Cidadão Rio-sulense. E somos testemunhas do seu trabalho por todo o vale de Itajaí, Itajaí-Mirim, Itajaí-Sul e alto vale. Sem dúvida nenhuma, está de parabéns a comunidade de Rio do Sul por acolher mais esse grande filho, agora filho de Rio do Sul também.

Está inscrita para falar em Explicação Pessoal a eminente deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, demais integrantes da Mesa, sras. deputadas, srs. deputados, nossas queridas taquigrafas, imprensa falada, escrita e televisada, quero também parabenizar esse brilhante parlamentar, deputado Peninha, que tem sido um exemplo nesta Casa Legislativa e por ter recebido mais esse título graças ao seu trabalho sério e competente. V.Exa. é um deputado desbravador, uma pessoa que ama o povo catarinense e que tem trabalhado muito em toda essa jornada de três legislaturas.

Também gostaria de parabenizá-lo e dizer que estive na terra de v.exa., deputado Peninha, Ituporanga, e pude constatar o quanto o povo o ama, deputado, respeita-o e tem apreço por v.exa.

Quero cumprimentar o deputado Silvio Dreveck, que também recebeu o título em São Bento do Sul. Realmente é um deputado que tem contribuído muito com este Parlamento.

O deputado Joares Ponticelli disse que recebeu sete títulos em vários municípios. Isso é muito bonito e faz bem para um homem público receber um título.

O nosso vice-presidente, José Alencar recebeu o título de Cidadão Catarinense e ficou tão feliz, tão contente e agradeceu. E isso faz bem.

Eu também recebi a Medalha Antonieta de Barros, conferida pelo deputado Onofre Santo Agostini, e fiquei muito feliz. Tenho a medalha lá no meu gabinete! Recebi também o título de Cidadã Benemerita do Conselho Tutelar, lá em Curitiba, das mãos de Paulo Kons. Fiquei feliz! Recebi também o reconhecimento do Rotary Club e também sou Cidadã Florianopolitana, pois recebi esse título da Câmara Municipal.

Então, é muito bom receber um título, é um reconhecimento. Mas quero dizer a v.exas. que como cidadã florianopolitana, deputados Peninha, Nilson Gonçalves e Sargento Amauri Soares, e como uma moradora deste belo município, estou elaborando um manifesto - e vou colher assinaturas dos srs. deputados e das sras. deputadas, assim como da população - porque não sei se v.exas. observaram o transtorno que está acontecendo no trânsito da nossa capital.

O secretário municipal de Obras, sr. José Nilton Alexandre, é o responsável por essa vergonha em que se transformou o trânsito no centro, pois os carros ficam sem saída. Um secretário que não conhece nem o mapa do município! Se ele quiser umas aulas sobre como analisar um mapa, aqui está uma professora de geografia. Ele deveria ter estudado! Essas mudanças estão causando um transtorno enorme, porque as pessoas ficam rodando como palhaças, como bobas!

Quem perde com isso? O povo, certamente! Mas quem ganha com todas essas lambadas? Nas costas de quem vão? Não é nas costas do secretário ou do prefeito. O prefeito nem observou o transtorno que está acontecendo aqui em Florianópolis, porque sempre quem paga o pato é o cabeça do município. As pessoas entram no centro e não têm como sair, tendo que voltar para a ponte, fazer a volta, perdendo tempo e dinheiro. Os turistas já estão falando, deputado José Natal! Eu já entrei e não conseguia sair. Eu

tinha que estar aqui para a sessão e não conseguia chegar!

Amanhã farei um manifesto mais ou menos com os seguintes termos: secretário de Obras que não conhece o município, secretário de Obras que não conhece o mapa, que não fez um estudo, uma pesquisa, faz catástrofe e atrapalha a vida da população!

Nós, do meio político, temos que favorecer, ajudar, contribuir, abrir portas para a população e não atrapalhar, deixar a população nervosa, irritada. Muitas pessoas estão ficando muito nervosas porque não conseguem chegar onde querem. O número de ônibus foi reduzido; os automóveis não conseguem transitar!

Então, mando este recado para o secretário de Obras do município, pois alguém da prefeitura deve estar acompanhando esta sessão: sr. José Nilton Alexandre, o senhor está atrapalhando a vida da população.

Eu até pesquisei para saber quem ele é, pois deveria ter feito um estudo sobre o assunto. Mas o fato é que ele está deixando a população irritada e está atrapalhando. Ao invés de ajudar ele está atrapalhando, e as lambadas, as pedradas, caem todas na cabeça do coitado do prefeito da capital.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Nobre deputada, desculpe por não ter feito esse aparte logo no início do seu pronunciamento, pois eu não poderia deixar de registrar a minha satisfação e o agradecimento a v.exa. por proporcionar aos joinvillenses a possibilidade de receber o vice-presidente da República. E a iniciativa de conceder o título de cidadão aquele homem foi sua. Ele é uma pessoa que emociona a todos nós só com a sua presença, sua dignidade, seu caráter e v.exa. proporcionou isso à nossa Joinville, naquela sessão solene.

Eu ainda não havia tido a oportunidade de publicamente agradecer-lhe, mas quero que fique registrado nesta Casa esse meu sentimento de gratidão e de admiração também pelo seu ato em relação ao nosso vice-presidente da República.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Agradeço o aparte de v.exa., deputado.

Gostaria de dizer que eu é que tenho que agradecer por v.exa. ter-se deslocado para Joinville, já que estava na capital, para prestigiar a nossa sessão solene juntamente com os deputados Kennedy Nunes, Darci de Matos, que já foi presidente da Câmara Municipal de Joinville, e Dirceu Dresch, do PT.

Quero agradecer também ao deputado Jorginho Mello que cancelou a sessão para que nós estivéssemos lá entregando o título de Cidadão Catarinense ao nosso vice-presidente da República

Muito obrigada e até a próxima oportunidade!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Professor Grando, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados e companheira deputada, como faço em todos os meus pronunciamentos, gostaria de falar sobre o grande encontro mundial que acontecerá em Copenhague, em dezembro deste ano, no qual estarão presentes mais de 60 líderes, presidentes dos países mais importantes, inclusive o nosso presidente Lula. E o noticiário de ontem divulgou

que os americanos e chineses estiveram reunidos e confirmaram também sua representação.

E o que pensa a UNFCCC, que trata das mudanças climáticas, *change climate*, através dos presidentes dos principais países do mundo, dos cientistas e das organizações das Nações Unidas? Pensa que é possível, sim, todos nós enfrentarmos essa crise e ajudarmos a diminuir esses fenômenos que estamos vivendo a cada dia que passa. Os mais antigos têm sensibilidade e percebem que o clima mudou, que o desenvolvimento, que essa fórmula de industrialização tem sido uma das grandes causadoras dessa mudança climática. Mas temos que nos unir, porque desse problema ninguém se salva sozinho. Então, temos que ter metas e propostas a serem seguidas por todos os países do mundo para salvarmos esta grande nave, que é o nosso planeta Terra.

Faltam 12 dias para começar esse grande encontro que entendo ser a mais importante reunião mundial. Assim como se discutiu a questão do desarmamento, a questão nuclear, agora vamos discutir algo bem importante, pois é possível, através da vontade humana, mudar essa realidade para as gerações futuras.

O Brasil, segundo o Banco Mundial, e isso me preocupa, é um dos países que mais inflaram os dados do dióxido de carbono. O Banco Mundial diz que o Brasil aumentou esses dados. Por quê? Porque hoje, de forma científica, podemos medir o quanto o Brasil emite de dióxido de carbono. É bem simples isso, chama-se inventário.

Então, tenho que saber quanto estou produzindo hoje para saber quanto vou mitigar para dentro da minha meta, para reduzir em 2020 ou 2030. E o que se está discutindo é até 2050 ou até o final deste século.

Então, se o Brasil inflou, dizendo que está emitindo 2,7 bilhões de toneladas de CO₂, o Banco Mundial estima que o Brasil esteja emitindo 1,6 bilhões de toneladas. Portanto, o Brasil estimou 1 bilhão de toneladas a mais. E se ele vai reduzir, e estimou a mais, isso é grave, porque a questão científica parte do princípio da seriedade e não dá para ficar no "achômetro".

O Brasil está tendo dificuldades, por isso a grande contradição entre o ministério do Meio Ambiente e o ministério da Agricultura. Há contradição entre a ciência e a tecnologia. Mas espero que isso se esclareça e o importante é que isso já está sendo colocado em nível nacional pela *Folha de S.Paulo*.

O dado que confirma que o Brasil inflou o CO₂ é do Banco Mundial, que é um dos grandes bancos de financiamento. E todo banco de desenvolvimento ao financiar um país, o primeiro certificado que pede é o de licenciamento ambiental. Todos são assim. Esse acordo foi feito pelas Nações Unidas! O Banco Mundial, o J-Bic, a Agência de Desenvolvimento, o BNDES, o BRDE, o Banco do Brasil, que tem uma boa carteira agrícola, enfim, em todos os bancos, o primeiro documento que exigem, além do dinheiro que está emprestando para um investimento, além da segurança, do avalista, com a mesma intensidade, é licenciamento ambiental. Se não tiver esse documento não haverá financiamento para aquela obra, seja para uma PCH, para uma plantação.

No caso do arroz, agora temos um termo de ajustamento de conduta; na questão da olaria, também haverá um TAC; no caso da cerâmica vermelha, idem; no caso da maçã, haverá também o ajuste de conduta. Esse é um papel que o Ministério Público vem exercendo com competência.

Daí a importância de entender por que estão ocorrendo algumas modificações no Código Florestal Brasileiro, pois agora estão aceitando que se plante em certas declividades, como é o caso das parreiras, porque ajuda a segurar o solo; como é o caso da maçã, na qual se firmou a questão da área consolidada; como com o arroz, tendo que ter apenas cuidado com os agrotóxicos para não contaminar a água, porque o arroz necessita de muita água.

Aliás, um dos grandes estudos do mundo hoje se chama água virtual. O que significa isso? Significa que para produzir um quilo de milho, precisamos de mil litros de água; um quilo de frango, dois mil litros de água, deputado José Natal; um quilo de trigo, 300 litros de água; e assim por diante.

Então, na tecnologia moderna, para purificar o silício, para purificar aqueles semicondutores usa-se muita água também. São critérios utilizados até para medir o desenvolvimento do país. Esse processo é chamado de água virtual. Por isso nós temos que ter o conhecimento da importância da água na questão da preservação do meio ambiente.

A água estando preservada recuperaremos o meio ambiente, o solo e o ar, mas se a água estiver poluída, torna-se difícil recuperar o solo e o próprio ar. A água é vida, é alimento. Água é a palavra mais transversal. A água além de ser vida e alimento, é energia e com ela nós produzimos energia hidroelétrica. O cuidado com a água transforma-se em saúde, em higiene, pois 70% das doenças são transmissíveis pelo sistema hídrico, pela água: a malária, a dengue, o tifo.

Aí reside a importância de trabalharmos pelo saneamento, pela bacia hidrográfica e de saber utilizar bem e de forma correta esta potencialidade que é a água.

Portanto, srs. deputados, faltam 12 dias para este grande encontro no qual serão tratados todos esses assuntos. E o Brasil tem metas que serão verificadas para saber se inflou o inventário, o que não é exato, não é científico, como falei anteriormente. Ninguém engana mais ninguém hoje, pois há satélites, boias, universidades independentes, ONGs, institutos e cientistas que estão disponíveis e preocupados com a humanidade. Em todos os setores têm que haver transparência e comunicação, seja no setor humano, político, econômico e também no científico.

Srs. deputados, faltam somente 12 dias para o encontro de Copenhague!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência comunica que, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 109ª Sessão Ordinária, do dia 25/11/2009: discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s.: 0351/2009; 0355/2009; 0439/2009; 0449/2009; 0110/2009; 0160/2008; 0160/2009; 0277/2009; 0345/2009; 0379/2009; 0392/2009; 0399/2009; 0408/2009; 0418/2009; 0420/2009; 0427/2009; 0428/2009; e 0430/2009.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei Complementar n. 0047/2009; discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0048/2009.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos 30 anos da Cidade.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 548/09

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Corredores de Rua de Biguaçu - ACORBI - com sede e foro no município de Biguaçu, neste Estado.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Corredores de Rua de Biguaçu - ACORBI - sociedade civil sem fins econômicos, inscrita no CNPJ nº 07.930.618/0001-08, fundada em 21 de setembro de 2005, com sede no município de Biguaçu - SC.

Art. 2º À Entidade de que trata o Art. 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para concessão da declaração de Utilidade Pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver;

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Deputado José Natal Pereira

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/09

JUSTIFICATIVA

Trata-se do pedido de declaração de Utilidade Pública Estadual da Associação dos Corredores de Rua de Biguaçu, entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de Biguaçu, que tem por finalidades, entre outras, a promoção, coordenação e a divulgação de atividades ligadas ao atletismo e, principalmente, às corridas de ruas e caminhadas.

A presente Associação tem participação ativa perante a sociedade, desenvolvendo o aprimoramento técnico, cultural e humano dos seus associados, incentivando, apoiando e estimulando a prática do atletismo nas crianças e nos adultos, dando auxílio a comunidade carente através de ações entre os associados.

Em assim sendo, entendemos importante o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Associação dos Corredores de Rua de Biguaçu - ACORBI - o que lhe dá condições para o presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 549/09

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos escolares disponibilizarem a "Carteira Escolar Inclusiva - CEI" e dá outras providências.

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, dos ciclos fundamental, médio ou superior, ficam obrigados a disponibilizar em cada sala de aula, tantas "Carteiras Escolares Inclusivas - CEI" quantos sejam os alunos portadores de deficiência.

§ 1º Para os fins desta Lei os modelos de "Carteira Escolar Inclusiva - CEI" a serem instalados pelos estabelecimentos de ensino deverão ter aprovação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, e atender rigorosamente às normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim como, no que for pertinente, pelo que mais for definido pelos profissionais técnicos da área.

§ 2º A instalação em sala de aula do mobiliário "Carteira Escolar Inclusiva - CEI" favorecerá, sempre, a acessibilidade do aluno portador de deficiência.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de que trata o art. 1º instalarão a "Carteira Escolar Inclusiva - CEI" no prazo de até dezoito meses, contado a partir da vigência desta Lei.

Art. 3º Cada constatação de descumprimento do quanto aqui determinado, ou ao não cumprimento das Intimações da autoridade, sujeitará o estabelecimento de ensino infrator a pena de:

I - Na primeira constatação, advertência escrita conjunta com intimação para que o estabelecimento de ensino infrator faça a integral adequação ao quanto determina esta Lei no prazo improrrogável de dez dias.

II - A reincidência, multa equivalente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em conjunto com intimação para que o estabelecimento faça a integral adequação ao quanto determina esta Lei no prazo improrrogável de dez dias; e

III - na não regularização no prazo da Intimação, multa diária correspondente a:

a) R\$50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso no cumprimento da Intimação prevista no inciso I, incidindo até a data da conclusão da regularização; e

b) R\$100,00 (cem reais) por dia de atraso no cumprimento da Intimação prevista no inciso II, incidindo até a data da conclusão da regularização.

Parágrafo único. Ocorrendo descumprimento às intimações do Poder Público por prazo superior a cento e vinte dias, o Estado poderá adotar medidas para suspender as atividades do estabelecimento de ensino infrator, até que este faça a integral adequação ao quanto determina esta Lei.

Art. 4º O Estado de Santa Catarina poderá celebrar convênios de cooperação com Municípios para ampliar a fiscalização quanto à aplicação desta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que se faça necessário.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/09

JUSTIFICATIVA

O final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, pelo número de crianças com algum tipo de deficiência física oriunda da poliomielite, da ação da *talidomida*, da formação atípica e de sequelas permanentes por acidentes ou outras moléstias, assinalavam a necessidade de uma ação que organizasse antecipadamente os meios para proporcionar condições adequadas ao desenvolvimento da vida daquelas crianças, tanto na socialização, como no desenvolvimento intelectual, e na adaptação dos ambientes.

Mas ao invés da ação preventiva, organizadora, o que ocorreu naquela hora?

Predominou a visão fatalista, do infortúnio inarredável, e a idéia de que aquelas pessoas não teriam como ajustar-se ao mundo dito "normal", visão que sustenta o confinamento, a exacerbação das limitações, a exclusão, impondo à grande maioria daquelas crianças uma vida que poderia ter sido muito diferente da que tenham tido.

Mas naquele mesmo momento, pais não conformistas insurgiram-se e tomaram as atitudes iniciais que, passados quase 50 anos, semearam a profunda transformação do pensamento coletivo sobre as pessoas portadoras de deficiências, daí resultando vigorosas alterações do ordenamento jurídico.

Porém, ainda que já consubstanciado o novo pensamento, ainda que já decantado o novo direito, seguimos tendo muito por fazer a fim de garantir às pessoas portadoras de deficiências os meios adequados para realizar a extensão dos seus direitos que a Constituição e as leis proclamam.

A adoção da "Carteira Escolar Inclusiva - CEI" que aqui se propõe é mais um passo na concretização dos meios indispensáveis para que as crianças e adolescentes, portadores de deficiências físicas possam contar com um equipamento apropriado, especialmente desenvolvido, para proporcionar-lhes acomodação e estruturação do corpo em sala de aula.

Isto porque tais equipamentos são ajustáveis às necessidades e peculiaridades decorrentes das deficiências físicas portadas, ajustes que não são possíveis de obter com as carteiras escolares convencionais.

Portanto, a medida preconizada nesta proposição decorre dos mandamentos contidos nos arts. 205 e 206, inciso I, da Constituição da República, *litteris*:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Há, ainda, o quanto determina o art. 4º, inciso III, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, *litteris*:

Art. 4º O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

.....
 III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;"

Posto isto, contamos com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 550/09

Declara de utilidade pública o *Centro de Recuperação Desafio Jovem Canoinhas*, município de Canoinhas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, o *Centro de Recuperação Desafio Jovem Canoinhas*, município de Canoinhas.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprido os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 26/11/09

JUSTIFICATIVA

O *Centro de Recuperação Desafio Jovem Canoinhas*, fundada em 20 de março de 2008 na cidade de Canoinhas, é uma Associação de caráter assistencial, sem fins lucrativos, com duração ilimitada, que tem por objetivo principal "educar, assistir e recuperar pessoas dependentes de álcool e drogas", além de proporcionar assistência e serviços sociais diversos, a todas as pessoas, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso, tais como: grupo de apoio as famílias carentes, projeto de prevenção - palestras contra o uso de drogas; doações de alimentos para familiares carentes dos internos, doações de roupas; auxílio médico, odontológico e ajuda na fase de ressocialização dos internos.

Anexo ao presente, segue a documentação exigida pela Lei nº 14.182, de 1º de novembro de 2007.

Assim, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 551/09

Institui o Dia Estadual de Parapsicologia do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de julho.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Parapsicologia do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 29 de julho de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 26/11/09

JUSTIFICATIVA

A humanidade sempre buscou compreender os mistérios da vida e o poder da mente humana. Com a chegada deste milênio, que se preconiza a "ERA DO AUTOCONHECIMENTO", é necessário despertar para esta realidade. O homem é influenciado facilmente por sugestões externas, principalmente negativas, e é resultado daquilo que acredita conforme suas crenças, convicções e preconceitos. A partir do momento em que ele descobre o seu potencial, o seu Poder Mental, através da compreensão certamente consegue livrar-se dos condicionamentos errados, das sugestões prejudiciais que ao longo de sua vida contribuíram para atrair situações que muitas vezes se manifestam em forma de fobias, medos, traumas, mágoas, timidez, depressão, vícios, etc. impedindo a sua felicidade.

Tudo o que criamos em nossa mente estamos na verdade programando o nosso Subconsciente e este por sua vez atrai as oportunidades para o que foi programado tornar-se realidade. O que plantamos em nossa mente com certeza colheremos mais tarde. E esta é a grande descoberta que a Parapsicologia moderna veio nos trazer. O subconsciente move toda a nossa realidade, portanto muito cuidado com o que você programa em sua mente através dos pensamentos e emoções.

No dia 29 de julho de 1953 na cidade de Utrech - Holanda houve a realização do I Congresso Internacional de Parapsicologia e nesta ocasião a Parapsicologia foi reconhecida como uma nova Ciência.

Estas são, em síntese, as razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, contando desde já com o imprescindível apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 552/09

Obriga a pessoa que destruir ou provocar danos aos postes da CELESC a indenizar os prejuízos e da outras providências.

Art. 1º Aquele que, culposa ou dolosamente, destruir ou provocar danos aos postes de energia das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. A reparação recairá nos prejuízos materiais e nos valores gastos na remoção e colocação do poste.

Art. 2º Não será responsabilizado a indenizar aquele que destruir ou provocou danos aos postes da CELESC por culpa de terceiro, devendo este último ser responsabilizado.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 26/11/09

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por objetivo fazer com a pessoa que provoque qualquer estrago aos postes de energia da CELESC indenize a empresa para que ela possa continuar cumprindo a sua atividade sem prejuízo..

Verifica-se que muitas pessoas, por conduta dolosa ou culposa, causam danos aos postes da CELESC, muitas vezes por meio da utilização de veículos, quando, ao ultrapassarem os limites legais, colidem e destroem postes e a CELESC fica obrigada a colocar outro poste no lugar e acabam por arcar com esse prejuízo, prejudicando sua atividade e, conseqüentemente, tornando mais onerosa para os usuários de energia.

Este projeto visa encurtar o caminho para a CELESC cobrar esse prejuízo, e também para criar uma consciência nas pessoas, principalmente nos condutores de veículos automotores, para não ultrapassarem os limites legais..

Sala de Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 553/09

Declara de utilidade pública a Associação Videirense de Judô.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Videirense de Judô, no município de Videira.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, a Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 26/11/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Videirense de Judô é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 06 de novembro de 1969, que tem por finalidade o bem estar cívico, cultural, social e moral da comunidade do município de Videira, incentivando seus associados na prática do esporte marcial (Judô, Karatê), proporcionar aos associados dentro de suas possibilidades, reuniões de caráter desportivo e social, sem visar recompensa financeira pessoal, estimular e promover elevado padrão de ética.

Para que a referida entidade possa dar continuidade aos trabalhos sociais que vem desenvolvendo ao longo de seus anos de atividade, e diante do exposto, faz-se necessário o reconhecimento desta Associação Videirense de Judô no Município de Videira, que tantos benefícios trarão a comunidade.

Certo de estar atendendo a vontade da população do grandioso município de Videira venho solicitar o apoio dos Nobres Pares Deputados neste Projeto de Lei.

*** X X X ***